

Universidade Federal de Minas Gerais

Emiliane Moraes Silva

**PERCURSOS DA SOLIDARIEDADE:
SOBRE A LEGITIMAÇÃO DE BOATOS
NO MERCADO FINANCEIRO**

Belo Horizonte

Faculdade de Letras da UFMG

2014

Universidade Federal de Minas Gerais

Emiliane Moraes Silva

**PERCURSOS DA SOLIDARIEDADE:
SOBRE A LEGITIMAÇÃO DE BOATOS
NO MERCADO FINANCEIRO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção de título de doutora.

Área de Concentração: Teorias do Texto e do Discurso
Linha de Pesquisa: Análise do Discurso (2B)

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sônia M.^a de Oliveira Pimenta

Belo Horizonte

Faculdade de Letras da UFMG

2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS



FOLHA DE APROVAÇÃO

Percursos de solidariedade: sobre a legitimação de boatos no mercado financeiro

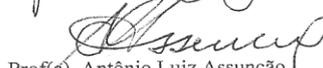
EMILIANE MORAES SILVA

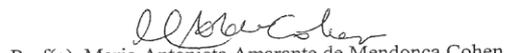
Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Doutor em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, área de concentração LINGUÍSTICA DO TEXTO E DO DISCURSO, linha de pesquisa Linha E - Análise do Discurso.

Aprovada em 30 de maio de 2014, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Sonia Maria de Oliveira Pimenta - Orientador
UFMG


Prof(a). Valeria Iansen Bortoluzzi
UNIFRA


Prof(a). Antônio Luiz Assunção
UFSJ


Prof(a). Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen
UFMG


Prof(a). Helcira Maria Rodrigues de Lima
UFMG

Belo Horizonte, 30 de maio de 2014.

*Ao, para sempre, Eu-Sou;
autor e consumidor da minha fé.
À minha família, irmãs e pais, Gilson e Janita,
À minha avó Cecília (in memoriam),
A todos os demais, amados D'Ele.*

AGRADECIMENTOS

A Deus,

minha referência de graça e amor, com quem, através de seu unigênito, tenho aprendido a sonhar, a entender, a aceitar erros e a alçar superações.

À minha família,

Vovó Dr^a Cecília (in memorian), por seus ensinamentos sobre firmeza e caráter;

Gilson e Janita, pelo amor incondicional;

Cecília, a quem eu desejo superação;

Cássia, pelo amparo;

Emilene, pelas orações;

Gilsane, pela cumplicidade;

Aos meus amigos,

Marcelo Costa e família, pelo apoio e pelas discussões de viés marxista, pela leitura crítica da minha tese e apresentação às publicações de Marcondes-Filho,

Grupo DNA, Betel e Caverna, em especial, ao pastor Magno Vieira, homem cheio de graça que abraçou os meus, como se fossem seus, e os adotou em oração,

Eudes Gonzaga e família, pela presença sempre cuidadosa e disponibilidade,

Padre Júnior Mariano, homem cheio do dom da misericórdia, que fez leitura crítica da minha dissertação,

David Carruthers, de Nova Iorque, por fazer nossa amizade possível e por cuidar da revisão de parte de minhas traduções,

Clayton Kennedy, de Loveland, por quem, hoje, guardo carinho e respeito,

Chris Kudialis, de Grosse Pointe Woods, pela leitura de fragmentos.

E ainda,

À Sônia Pimenta, minha orientadora;

Aos profissionais e pesquisadores que me auxiliaram na condução e finalização dessa pesquisa: Valéria Bortoluzzi, Antônio Assunção, M^a Antonieta Cohen, Helcira de Lima, Adail Rodrigues-Júnior, Ida Lúcia Machado, Cláudio Márcio do Carmo e José Luiz Meurer (in memorian);

Ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UFMG;

À professora Jane Amarante que, em meu passado, soube fazer diferença;

E a todos que me deram motivos para caminhar e fazer valer a pena.

"Vincit omnia veritas"
[A verdade sempre vence]
Cícero, De Oratore, 3, 215

"[...] nada se faz para ficar oculto, mas para ser descoberto"
Jesus de Nazaré, Marcos 4:22b

RESUMO

Essa tese tem como objetos de pesquisa notícias e ofícios, comunicados ao mercado, que agregam práticas sociais comuns ao universo do mercado financeiro brasileiro, ou seja: transações, compra e venda de valores mobiliários, da BM&FBovespa S.A. O objetivo principal da investigação é traçar os percursos motivados, recursos, modos, organizações linguístico-discursivas, que sustentam o boato: fenômeno sociolinguístico comum ao capitalismo da especulação. O foco é o discurso das fontes jornalísticas e o nosso intuito é perceber as *escolhas realizacionais*, a estruturação e a disposição dos itens lexicais e as orações em discurso direto ou indireto (hipotáticas e paratáticas) que mascaram o engano, sustentam blefes e atraem a atenção de leitores/investidores, convencendo-os a arriscar o próprio capital em ações nada ou muito pouco promissoras. Os pressupostos teóricos que sustentam esse trabalho são a Análise Crítica do Discurso de Norman Fairclough, os estudos gramaticais de Michael Halliday e Christian Matthiessen e a Semiótica Social de Hodge e Kress. Nesses, destacamos, respectivamente, a formação da oração, as *metafunções* da GSF (Gramática Sistemico-Funcional), os *modos semióticos* que sustentam a dissimulação, e ainda as representações, estilos e identidades, sugestionadas no discurso. As publicações de Nelson Traquina, Ciro Marcondes-Filho, Lúcia Helena Müller e Luiz Carlos Iasbeck também são relevantes para a investigação da ética, da *práxis* jornalística e da configuração dos rumores. Entre os temas discutidos, enfatizamos: a informação midiática como produto de consumo não-durável; a *luta hegemônica*, as hierarquizações entre o produtor e o consumidor da notícia, e as formas de encobrimento de agente sociais da informação. Assim, demonstramos como a esfera de veiculação de fatos relevantes é oportuna e conveniente não só à propagação de hipóteses legais e de projeções legítimas, mas também de invenções enganosas e de má-fé. É nesse contexto que as fontes consultadas pelos jornalistas tornam-se o nosso objeto significativo de observação, já que o encobrimento desses agentes revela-se como escolha estratégica eficiente para a propagação da especulação falsa ou do embuste.

Palavras-chave: mídia-informativa, mercado-financeiro, empoderamento, encobrimento, boato, representação, fonte, texto e discurso.

ABSTRACT

This thesis is built around news, trades and official market communications that bring together social practices common to the universe of the Brazilian financial market. Examples include purchases and sales of securities on behalf of BM&FBovespa SA. The main objective of the investigation is to trace the motivated steps, features, modes, and linguistic-discursive organizations supporting a sociolinguistic phenomenon common in speculative capitalism: the rumor. The focus is on journalistic sources. It is our goal to identify the realizational choices, structuring, and arrangement of lexical terms and clauses as direct or indirect speech (hypotactic and paratactic) that hide fallacies, sustain bluffs, and attract readers' and investors' attention by convincing them to risk their own capital in actions that promise very little or nothing at all. The theoretical assumptions underpinning this work include the critical discourse analysis of Norman Fairclough, the grammatical studies of Michael Halliday and Christian Matthiessen, and the social semiotics of Hodge and Kress. In these, we emphasize, respectively, the formations of sentences and metafunctions from SFG (Systemic-Functional Grammar); the semiotic modes that sustain dissimulation and even the representations, styles, and identities suggested in the discourse. Publications by Nelson Traquina, Ciro Marcondes-Filho and Luiz Carlos Iasbeck are relevant to investigate ethics, journalistic practice and the configuration of rumors. Among the topics discussed are: media information as a product of unsustainable consumption; the hegemonic struggle and the hierarchization between the producer and the consumer of the news and forms of concealment of social agents of information. Through their illustrations, we demonstrate how the sphere of the propagation of relevant facts is opportune and convenient not only for the propagation of legal hypotheses and legitimate projections, but also of deceptive inventions and malfeasance. In this context, the sources consulted by journalists become a significant subject for observation, since the concealment of these agents reveals itself as an efficient strategic choice for the propagation of false speculation or hoaxes.

Keywords: informative-media, financial market, empowerment, masking, rumor, representation, representation, text and speech.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	-	Estratificação	30
Figura 2	-	A gramática da experiência	33
Figura 3	-	Concepção tridimensional do discurso	52
Figura 4	-	Concepção tridimensional do discurso e proposta de análise	79
Figura 5	-	Cadeia para análise oracional transitiva	80

LISTA DE FLUXOGRAMAS

Fluxograma 1 -	Sistemas e tipo de modalidade	39
Fluxograma 2 -	Os tipos de relações entre sentenças	43
Fluxograma 3 -	Atores e relações de poder	46

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	- As dimensões (formas de ordenação) na linguagem e seus princípios ordenadores	28
Quadro 02	- Resumo dos tipos de processos	34
Quadro 03	- Dado ou demanda, bens-e-serviços ou informação	35
Quadro 04	- Funções da fala e respostas	36
Quadro 05	- Projeção e expansão em sentenças e sentenças complexas	42
Quadro 06	- Noções-base da TSD	55
Quadro 07	- Constituintes de produção e consumo	82
Quadro 08	- Discriminação de <i>corpus</i>	83
Quadro 09	- Constituintes de produção e consumo (Caso 1)	84
Quadro 10	- Constituintes de produção e consumo (Caso 2)	96
Quadro 11	- Constituintes de produção e consumo (Caso 3)	103
Quadro 12	- Constituintes de produção e consumo (Caso 4)	111

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. MODELOS & TEORIAS	25
1.1 <i>A Linguística Sistêmico-Funcional (LSF)</i>	25
1.1.2 As dimensões da linguagem	27
1.1.3 A oração como mensagem	30
1.1.4 A oração como representação: o sistema de transitividade	32
1.1.5 A oração como troca	35
1.1.5.1 Modalidade e graus de solidariedade	37
1.1.6 Grupos, sintagmas e orações complexas	40
1.2 <i>A Semiótica Social</i>	45
1.3 <i>A Análise Crítica do Discurso (ACD): sobre a Teoria Social do Discurso</i>	48
1.3.1 Texto, prática discursiva e prática social	52
2. VERDADES & BOATOS em tese	57
2.1 <i>Notícia versus verdade</i>	57
2.1.2 Sobre espelhos e verdades: teorias do jornalismo-notícia	60
2.1.3 O papel da fonte.....	63
2.1.4 Identificação e anonimato das fontes	66
2.1.5 Marcondes-Filho (1986) e o caráter mercadológico da informação.....	68
2.2 <i>Sobre o boato: a versão não-autorizada da notícia</i>	70
2.2.1 Fatos e boatos no mercado de ações	72
3. DESCRIÇÃO & ANÁLISE DE <i>CORPUS</i>	77
3.1 <i>O corpus e os procedimentos para a análise</i>	77
3.2 <i>Caso1: Cemig fura “bloqueio” para adquirir distribuidoras em recuperação</i>	83
3.2.1 Comunicados ao mercado: os esclarecimentos da Cemig e da Cemat	88
3.2.1.1 Da Cemig.....	88
3.2. 1.2 Da Cemat.....	92

3.3 <i>Caso 2: Minoritário</i>	95
3.3.1 Comunicado ao mercado: o esclarecimento do BB.....	100
3.4 <i>Caso 3: Eike negocia a entrada de sócio na OGX</i>	102
3.4.1 Comunicado ao mercado: o esclarecimento da OGX.....	106
3.5 <i>Caso 4: Títulos da Lupatech despencam com aumento de apostas em calote</i>	110
3.5.1 Comunicado ao mercado: o esclarecimento da Lupatech.....	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130
BIBLIOGRAFIA	141
ANEXOS	148

INTRODUÇÃO

“A era de ouro do boato” é o título da reportagem assinada por Leonardo Attuch e publicada em *Isto é dinheiro* na edição de 25 de fevereiro de 2009. Nela, esse consultor e jornalista da Editora Três trata da especulação: um fenômeno comum ao universo do mercado financeiro, capaz de gerar, segundo ele, “ganhos fáceis para uns e grandes prejuízos para os incautos”.

No texto, Attuch afirma que a nossa geração é marcada pela informação veloz, *on-line* e, por isso, em meio a probabilidades e fatos revelantes¹, a propagação de boatos entre os investidores das bolsas de valores é extremamente dinâmica, o que requer das autarquias governamentais, como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM)², um olhar mais atento e intervenções diretas que venham impedir prejuízos como a desestabilização da moeda e a temida fuga de capitais³.

Tal jornalista entende o alastramento de rumores como prática usual e até relevante ao universo da BM&Fbovespa S.A.⁴ e de outras instituições que negociam capital aberto. Entretanto, ele afirma que, num passado recente, essas especulações impulsionavam apenas entre 5% a 10% das movimentações financeiras. E que, naquele tempo, a inserção e a credibilização de informações novas nas bolsas era um processo legitimado ao longo de dias e até mesmo semanas.

Sob essa perspectiva, o mercado de capitais parece se assemelhar não só a um jogo de compra e venda de títulos *on-line*, mas também de apostas, de validação de informações tácitas - fruto de inferências, dicas, palpites e de boatos.

¹ Conforme ratificação de orientação de nº 5, de 27 de novembro de 2008, de autoria do CODIM (Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado), em consonância com a legislação da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), considera-se ato ou fato relevante quaisquer decisões de ordem econômica que possam influir de modo ponderável na: a) cotação dos valores mobiliários de emissão da companhia; b) decisão dos investidores de comprar, vender ou manter valores mobiliários c) decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados.

² A Comissão de Valores Mobiliários é uma autarquia federal subordinada ao Ministério da Fazenda. Ela foi criada através da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, para disciplinar ações e valores no mercado brasileiro.

³ Segundo Portella-Filho (1994, p.119), a fuga de capital costuma ter forte efeito regressivo sobre a distribuição de renda. Ela permite que os cidadãos mais ricos do país transfiram riqueza para fora, aproveitando o subsídio implícito do dólar desvalorizado, colocando suas riquezas em paraísos fiscais livres de impostos.

⁴ A BM&FBOVESPA S.A. (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros) foi criada em 2008 com a integração entre a Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) e a Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA). Juntas, as companhias formam a 3ª maior bolsa do mundo em valor de mercado, a 2ª das Américas e a líder no continente latino-americano.

Autor do *Dicionário de economia do séc. XXI* (2005), o economista Paulo Sandroni⁵ explica que o atual “jogo financeiro” é eficiente e, supostamente, honesto e sem manipulação, quando há obediência às regras pré-determinadas. Na prática, durante uma “partida”, um pregão, compradores e vendedores, atentos à antiga lei da oferta e da procura, se encontram, trocam informações e alcançam um patamar de equilíbrio de preços para, entre eles, melhor repartir os lucros e racionar os dividendos.

De forma particular, um bom investidor seria aquele que vislumbra cenários e, sobre esses, infere de forma bem-sucedida. Ele sabe propor, aceitar e recusar ofertas; seja em período de euforia, de extrema especulação, ou no momento da materialização dos rumores, quando o valor de título cai e a compra desse deixa de ser interessante ou vantajosa.

Assim, saber validar informações, realizar análises e fazer julgamentos sobre o próprio mercado, considerando, para isso, as regras pertinentes a esse e as atuações e trajetórias das empresas e instituições financeiras envolvidas, são habilidades necessárias a quem deseja atuar, operar ou obter lucros, no mundo dos valores mobiliários.

Em cartilhas disponibilizadas ao público, a CVM, o Ministério da Fazenda e o Departamento de Proteção de Defesa do Consumidor discriminam os passos a serem observados pelos brasileiros interessados em aplicações.

Dentre outras instruções, no “Boletim de proteção do consumidor/investidor”, publicação de junho de 2011, destaca-se o seguinte alerta: “Investigue antes de investir”⁶. Nesse, os autores orientam os leitores a não acreditarem em promessas de ganhos fáceis ou muito elevados, nem levarem em consideração boatos, dicas e informações de fontes não autorizadas a aconselhar sobre investimentos.

⁵ Paulo Sandroni é professor de Administração de Empresas da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e da Faculdade de Economia e Administração da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Ele, ainda, é “fellow” do Lincoln Institute of Land Policy. As considerações sobre mercado acima estão no artigo “Crítica de Mandelbrot”, disponível em: < <http://sandroni.com.br/?p=81>>. Acesso: 18/10/2012. Tal artigo integra o compêndio *Dicionário de economia do século XXI*.

⁶ O Boletim de proteção ao Consumidor-Investidor, instituído em 16/06/2011, é resultado de uma parceria firmada entre o Ministério da Fazenda e a Secretaria do Direito Econômico. Tais informativos têm distribuição gratuita e são disponibilizadas no site da autarquia. O texto utilizado nessa introdução está disponível em < http://www.cvm.gov.br/port/infos/BoletimCVM_DPDC%202011.pdf>. Acesso: 19/10/2012.

Considerado amoral e de má-fé, entendemos que o boato é tipo de especulação enganosa respaldada em invenções, o qual tem o poder de causar alvoroços, desestabilizar o mercado e legitimar perdas. Além das instituições financeiras envolvidas, ele prejudica as empresas, os governos e, diretamente, os núcleos familiares da sociedade de consumo.

A desestabilização de uma empresa vítima de falsos rumores afugenta investidores, causa retração de produções e investimentos, impulsiona demissões e pode provocar fortes elevações do preço de produtos; os quais chegam às bancas e às prateleiras de lojas e supermercados assustando o consumidor. Esse cenário caótico, quando instaurado, sugere a vulnerabilidade do atual sistema, expõe governos, colocando-os em descrédito, e subtrai o poder de compra, além da qualidade de vida do sujeito-ator trabalhador.

“A era de ouro do boato” trata da volatilidade dos créditos e da eficácia do engano, faz com que o leitor reflita sobre a manipulação de discursos e de informações; e também sobre as fragilidades que abalam as engrenagens do chamado capitalismo especulativo⁷. A reportagem faz isso, relatando episódios protagonizados por grandes grupos empresariais, entre esses: a Brasil Ecodiesel, a OGX e a Parmalat.

Em seu texto, Attuch prioriza a ocorrência que envolveu a empresa brasileira, especializada em *hardware* e programas educativos, Positivo Informática; a qual foi vítima de um falso rumor que virou manchete na mídia especializada em 16 de fevereiro 2009. Ele conta que, durante o pregão daquele dia, os papéis da referida empresa foram valorizados em 78% e, em seguida, perderam 25% de seu valor.

Attuch afirma que a informação a qual estimulou o acréscimo no preço dos títulos da Positivo se tratava de uma suposta união entre essa e a Lenovo - um dos mais bem-sucedidos fabricantes de computadores pessoais do mundo e o maior na região do Pacífico asiático, desde 2006.

⁷ Segundo teóricos como Carcanholo e Nakatani (2006, p.210-211), ao final dos anos 70, assistimos ao surgimento uma nova etapa capitalista: o “capitalismo especulativo”. Esse seria marcado pela voracidade do capital especulativo e limitada expansão do capital substantivo. O capital especulativo se apropria cada vez mais de um excedente cuja produção para nada contribui; e, ao mesmo tempo, o capital substantivo se vê limitado em sua expansão; o desemprego de massas consideráveis de assalariados seria a manifestação mais evidente disso.

Segundo a revista, o boato ganhou *status* de verdade, ao ser veiculado no *Bloomberg*: um dos principais provedores mundiais de notícias para o mercado financeiro, o qual tem terminais de consulta presentes em quase 100% dos bancos, corretoras e seguradoras do planeta.

Além da mídia especializada, a reportagem menciona um outro agente que teria propiciado a credibilização do blefe: o operador Décio Pecequilo, da TOV Corretora. Esse teria afirmado que a suposta transação estava em andamento e acarretaria em uma nova oferta do papel da Lenovo e que esse, por sua vez, poderia chegar a R\$ 31, revelando, assim, uma alta de 233%.

Embora não seja citado por Attuch, ao final daquele pregão, por ordem da CVM, a Positivo Informática divulgou um ofício, um comunicado⁸. Nesse, a empresa curitibana não cita a *Bloomberg*, mas responde à notícia veiculada no sistema de difusão da Agência Estado, *broadcast*, intitulada: “Ação ON da Positivo dispara 36,92% com rumor de nova oferta por Cia”.

No comunicado, o vice-presidente financeiro e diretor de relações com investidores da Positivo, Ariel Leonardo Szwarc, afirma ter feito diligência junto a seus acionistas controladores e membros da administração da empresa e não ter obtido qualquer confirmação de negociação em curso que sustentasse as divulgações de *Notícia*. Essas se tratariam, então, de informações “totalmente infundadas”.

No final do texto, Szwarc afirma que a companhia recomenda aos seus acionistas a não tomar qualquer decisão de investimento com base em especulações; e ressalta sobre a importância dos fatos relevantes serem divulgados na forma da regulamentação em vigor, ou seja: de acordo com as regras e estatuto da CVM.

Práticas sociais, relacionadas às crises ou instabilidades geradas por ditas verdades e boatos no mercado financeiro impulsionam a produção dessa tese. Em nossa trajetória nos Estudos Linguísticos, entendemos que, há muito, os estudos do texto, da linguagem e do discurso da mídia informativa, comumente, objetivam decifrar ou perceber, em diferentes contextos, a partir da análise de códigos ou imagens, sentidos que delimitam a trajetória de identidades,

⁸ POSITIVO INFORMÁTICA S.A. “Esclarecimentos sobre consultas CVM/BOVESPA”, comunicado ao mercado. Ofício/CVM/SEP/GEA-2 054/08. 16/02/2009. Disponível em <<http://www.econoinfo.com.br/comunicados/POSITIVO-INF/Comunicado-ao-mercado/753838476161?p=1>>Acesso: 24/03/ 2014.

culturas e representações, expondo, através de recortes, versões da realidade ou incoerências explícitas ou sugestionadas⁹.

Alinhados aos estudos dos signos, à análise do texto e do discurso, cremos que tais investigações contribuem para o entendimento dos conceitos, valores, estilos e hierarquias, as quais sustentam, modalizam ou modificam o sujeito-ator, suas relações interpessoais e os diferentes grupos sociais nos quais atuamos, perpassamos ou estamos inseridos.

Nesse trabalho, propomos, explorando o universo das bolsas de valores, uma investigação voltada para a análise de relações linguístico-discursivas que sustentam a dissimulação, a informação falsa proferida pela mídia informativa: *agente social*¹⁰ que, de forma institucional, se dispõe, supostamente, à investigação de fatos precisos e à veiculação de verdades públicas.

Interessados em saber como um boato adquire valor, o firme *status* social de autenticidade, começamos a investigar o que denominamos de “percursos da legitimação”. Fazemos isso a partir da análise de episódios semelhantes ao da empresa Positivo. Preocupa-nos, nesse processo, a observação das instâncias produtoras e, de forma especial, de suas respectivas fontes.

O nosso foco principal é o texto, mais especificamente, as seleções lexicais, a estruturação e organização das sentenças discursivas que sustentam as vozes, as declarações de fontes, de atores e de agentes institucionais, envolvidos nos casos a serem apresentados, os quais contribuem para mascarar enganos, sustentar blefes e atrair a atenção de leitores/investidores, convencendo-os a arriscar o próprio capital em ações nada ou muito pouco promissoras.

No que se refere ao *corpus*, à constituição desse, selecionamos casos em que evidenciamos as seguintes práticas: (i) a publicação da notícia ou matéria em colunas ou seções de economia em periódicos de alta projeção ou *site* especializados; (ii) a reprodução da notícia em outros

⁹ Mencionamos trabalhos recentes sobre “A popularização da ciência” do grupo de pesquisa professora Désirée Mota-Roth da UFSM. E, ainda, os estudos sobre “Discurso institucional e representações na mídia escrita”, coordenados pela professora Denize Helena Garcia da Silva da UNB; além das orientações sobre “Mídia, informação e poder” realizadas pela professora Sônia Pimenta da UFMG.

¹⁰ Fairclough (2003, p. 223) e outros analistas do discurso observam os sujeitos como *ator* ou *agente social* capazes de influenciar ou de serem influenciados. Esses traduzem maneiras de ser, representações e identidades individuais ou coletivas.

meios de comunicação, de maior ou menor grau de *solidariedade*¹¹; (iii) a discussão da mensagem em *sites* e fóruns da *internet* - e, por fim - (iv) a publicação de comunicado ao mercado propagado pela vítima da falsa informação.

O comunicado ao mercado trata-se de uma modalidade de ofício, por vezes requerida às empresas pela CVM, para esclarecimentos, a legitimação ou não de uma informação, para a divulgação de fatos relevantes ou a elucidação de dados prestados por terceiros, o que inclui as publicações da mídia informativa. Conforme demonstraremos na descrição de *corpus* e procedimentos para análise, é a partir desses comunicados que consideraremos o que é supostamente falso ou legítimo nas notícias selecionadas.

Compõem o arcabouço teórico dessa pesquisa: a Teoria Social do Discurso (TSD), base constitutiva da Análise Crítica do Discurso (ACD) de Norman Fairclough, a Linguística Sistemico-Funcional, os estudos sobre gramática, texto e contexto de Michael Halliday (incluindo as contribuições de Christian Matthiessen); e, ainda, as proposições da Semiótica Social de Hodge e Kress.

Tanto os estudos da ACD quanto da Semiótica Social privilegiam, além dos aspectos constitutivos da linguagem, as chamadas práticas discursivas, as ações, mudanças e projeções sociais materializadas por atores produtores que se manifestam a partir de suas *escolhas realizacionais*¹² - constituintes verbais ou não-verbais que projetam relações e hierarquizações entre os indivíduos.

Essas escolhas acontecem de acordo com os objetivos e o papel social assumidos nas práticas particulares, nas quais um ator evoca e representa convenções; as chamadas ordens sociais servidoras de interesses, os *complexos ideológicos*, discriminadas nos trabalhos de Hodge e Kress.

¹¹ Hodge e Kress (1988, p.3) afirmam que as relações de *poder* e *solidariedade* (aceitação ou resistência) são sustentadas por *complexos ideológicos*. Esses, por sua vez, representam a ordem social servidora de interesses de dominados e subordinados. Segundo os semioticistas, é a partir da real oposição de interesses que se gera a necessidade de contraposição dentro dos próprios complexos. Dessa maneira, a *solidariedade* diz respeito às ações de aceitação, reprodução de tradições e valores hierárquicos.

¹² As *escolhas realizacionais*, *modos* (ou recursos) *semióticos* ou estruturas de significação não-arbitrárias, são mencionadas nos trabalhos de Fairclough (1997, 2003), de Hodge e Kress (1988) e de Kress e Van Leeuwen (2001).

Para os estudos semióticos, é através da reprodução das falas e dos discursos de *agentes sociais* de alta projeção – os seres com influência que têm seus comportamentos, estilo de vida, valores e até suas interpretações refletidas ou solidarizadas por um determinado público ou comunidade – que as instituições sociais sustentam hegemonias, mantendo desigualdades e segregações.

No tipo textual notícia ou reportagem, as chamadas fontes, *atores* consultados e citados direta ou indiretamente pela esfera produtora, são *agentes sociais* reincidentes. A voz e a identidade desses aparecem, comumente, através de sentenças projetadas de locução ou em alusões e referências; agregando, ou não, legitimidade a um valor ou ponto de vista apresentado.

Em *Média discourse* (1995), Norman Fairclough observa que sugestões de variações de projeções de identidades, estilos e de hierarquias ocorrem, sim, a partir da exploração da voz, do discurso, de populares ou *experts* entrevistados por quem produz, redige e publica notícias.

Nesses estudos, além das vozes e dos papéis dos sujeitos interactantes, instâncias discursivas, esse pesquisador analisa outros caracteres de constituição da produção jornalística britânica. Entre os recursos linguísticos e semióticos observados, estão o uso de linguagem semi-técnica e a inserção de recursos pragmáticos, como cores, sons de impacto, edições de falas e de imagens.

Além dessas facetas, das parcelas contributivas do fazer jornalístico, dos coadjuvantes da informação e das *escolhas realizacionais* eficazes à produção de versões ou construções da realidade, Fairclough (1995) nos convida a perceber as conexões discursivas que sustentam e projetam estereótipos, convenções sociais e convicções partidárias, as quais propagam ideologias, incentivam consumos e a reprodução de *práticas sociais* de interesse, por vezes, marginais ou excludentes.

Discorrendo sobre um leitor-consumidor, Fairclough (1995, p.44) observa que os textos midiáticos, comumente, assumem a função política de educar os seus leitores. Tal função estaria atrelada, historicamente, ao Estado de Direito do mundo ocidental, à trajetória de governos republicanos instaurados na Europa ainda no século XIX, cujo modelo foi, em seu

cerne, reproduzido por nações americanas, asiáticas e por outros Estados alinhados à faceta moderna daquele sistema capitalista vigente.

Como herança dessa configuração liberal, ainda em dias atuais, as atividades de imprensa e as concessões de sistemas de radiodifusão são comumente entendidas como uma espécie de serviço à democracia; uma prestação pública imprescindível à formação da cidadania e à propagação de conhecimento cultural, político e também econômico.

Aos interessados em pesquisar o universo da mídia informativa, Fairclough (1995), atentando para uma imprensa servidora de interesses capitalistas, alerta para a importância da análise dos chamados “pontos de tensão”. Entre esses estaria, por exemplo, a ampla inserção de *marketing* e de entretenimento em noticiários - fenômeno contemporâneo que foi, e ainda é, discutido por teóricos como Jean-Claude Bertrand, Nelson Traquina e Ciro Marcondes-Filho¹³.

Por um viés dialógico, interessados em composição de estudo sobre o deslocamento de papéis formais socialmente legitimados, o nosso “ponto de tensão” diz respeito à inserção do blefe em notas de economia. Nesse sentido, persiste o ponto central da discussão faircloughniana: o subjugo da suposta função educacional da imprensa e a subordinação dessa a interesses particulares ou a de grandes grupos patrocinadores.

A ótica ingênua e conservadora que associa a *práxis* do jornalismo à defesa ou à publicação de uma verdade absoluta se remete à chamada “Teoria do Espelho” do século XIX. Tal teoria e outras proposições da trajetória do jornalismo-notícia, ao longo dos séculos XIX, XX e XXI são discriminadas pelo professor Nelson Traquina em estudos contemporâneos sobre o papel da imprensa e a informação.

¹³ Claude-Jean Bertrand (1954-2007) foi professor no Instituto Français de Presse da Universidade de Paris. Suas publicações são referência ao estudo da deontologia e da ética jornalística. Entre seus textos, destaca-se a obra *A deontologia dos media* (2002). Nela, os princípios da elaboração da notícia são debatidos. Nelson Traquina é professor catedrático de jornalismo na Universidade Nova de Lisboa. Ele é mestre em Política Internacional, formado em Jornalismo pelo Instituto Français de Presse e doutor em Sociologia. Traquina trabalhou como correspondente da UPI (United Press International Television News). Hoje, ele se dedica ao estudo do jornalismo e à análise sociológica dos processos de produção das notícias. As publicações de Traquina são fundamentais na construção dessa investigação. Ciro Marcondes-Filho é jornalista e cientista social. Atualmente, ele é professor titular da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. Marcondes-Filho publicou *O capital da notícia – jornalismo como produção social de segunda natureza* (1986); obra-referência para os estudos acadêmicos da comunicação jornalística, a qual também é citada nessa tese.

É a partir de *Teorias do jornalismo: por que as notícias são como são?* (2005) que vislumbramos a notícia, a construção dessa, associada à propagação de virtudes românticas, ditas liberais e republicanas. Atemo-nos à desconstrução desse *complexo ideológico* em momento posterior, quando, a partir de *O capital da notícia - jornalismo como produção social de segunda natureza* (1986), de autoria de Ciro Marcondes-Filho, identificamos a produção da imprensa como mercadoria, negócio lucrativo que sustenta monopólios e hierarquizações.

Coerentes com o nosso objetivo, para tratarmos especificamente das fontes, suas identidades e contribuições para a composição do texto informativo midiático, utilizamos as categorias de atribuição discriminadas em *Elementos de jornalismo impresso* (2001), publicação de Jorge Pedro Sousa, professor de análise do discurso do jornalismo impresso da universidade portuguesa Fernando Pessoa.

Entre as reflexões e as proposições de Sousa (2001), destacam-se os critérios para a noticiabilidade, os modelos estruturais e as estratégias para a manutenção de anonimato e ou identificação de colaboradores. Considerando os estudos das fontes em “off”, ditas encobertas pela instância produtora do discurso, Sousa (2001) identifica tipos de atribuição.

Nesses, são validadas desde fontes que se tornam o objeto de destaque de uma notícia até as que prestam a informação, mas têm suas declarações ou opiniões retidas, não publicadas, caso em que o dado pode viabilizar e conceder legitimidade a uma linha investigativa já percebida ou desenvolvida pelo ator-noticiador.

Traquina (2005) e Marcondes-Filho (1986) ainda são nossas referências, quando fazemos menção à ética, à deontologia, relacionada à *práxis* jornalística. Para o pesquisador português, no que diz respeito ao conjunto de normas que regem os agentes da notícia hoje em dia, tanto a instância produtora quanto o leitor devem assimilar e buscar as diferentes versões e histórias de um fato ou evento publicado¹⁴.

Sendo assim, no exercício de seu ofício, interpretamos que competiria ao agente da informação averiguar os dois ou mais lados de uma notícia, caberia ao jornalista atentar para

¹⁴ TRAQUINA, 2005, p.139.

as variações da estrutura-padrão familiar que, normalmente, compõe o “lead” de seu texto: o saber o “quem”, o “o quê”, o “quando”, o “onde”, o “porquê” e o “como” se deu determinada ação ou prática particular.

Afastando-se da imagem da imparcialidade sugerida em estereótipos naturalizados do jornalista e de sua *práxis*, Marcondes-Filho (1986, p.25), sob uma ótica marxista, defende a importância de se incitar a construção de posicionamento crítico perante as produções da imprensa, as quais, segundo ele, são meras informações transformadas em mercadorias.

Por essa perspectiva, caberia ao ator entender que, ao adquirir o jornal, ao ler suas manchetes, ele entra em contato com um produto perecível, artificial e cuidadosamente tratado para atender interesses de grupos que investem diretamente na mídia informativa com o objetivo de promover imagens, fazer articulações políticas ou de mobilizar a opinião pública para os seus interesses comerciais.

Cientes de que ditas verdades e jornalismo, necessariamente, não tecem percursos congruentes, em meio a versões ou fragmentações de realidades e a julgamentos de leitores ou interessados, o nosso intuito, nessa pesquisa, não é investigar, averiguar teores ou estabelecer níveis de veracidade em torno das informações discriminadas nas unidades de composição de *corpus*.

Ao traçar os “percursos da solidariedade”, ratificamos que cedemos destaque às fontes, às vozes co-participativas do fazer jornalístico. Atemo-nos ao discurso e às identidades desses colaboradores, a fim de analisar a fala, o pronunciamento organizado, em forma de *projeções hipotáticas* ou *paratáticas*, de agentes especializados ou cidadãos comuns consultados para a elaboração, sustentação e legitimação de notas, notícias ou reportagens de economia de jornais de grande impacto e circulação.

Preocupa-nos o caráter persuasivo dos textos, as estratégias, os confrontos e as contradições discursivas apontadas nas publicações da imprensa especializada, e em seus respectivos ofícios-respostas (comunicados ao mercado), requeridos ou intermediados pela CVM.

Portanto, não é nosso objetivo realizar apreciação moral dos episódios ou das ações protagonizadas pelos atores ou agentes envolvidos; nem é nossa finalidade apontar a verdade

ou estabelecer razões em torno dessa, avaliando preceitos e conceitos particulares evocados por quem, supostamente, os profere.

Expostas tais circunstâncias e escopos, ao final dessa breve introdução, ratificamos a seguinte preocupação: a de tornar nítida que essa proposta trata-se de um estudo alinhado à investigação do texto e do discurso; já que nos interessa, de igual modo, a materialidade, a organização dessa, e a relação social de poder entre o leitor, o produtor da notícia e os papéis desempenhados pelos diferentes *agentes sociais* envolvidos.

É a partir da relação texto-discurso que examinamos as possíveis estratégias motivadoras de operação ideológica, direcionadas à instância receptora, capazes de incentivar o reconhecimento e a sustentação do patamar de autoridade ocupado pela mídia informativa especializada em economia.

Acreditamos que a configuração social dos casos em análise mantém, em sua base hierárquica, um leitor que consome informações de alto preço, reveladas posteriormente como meras especulações e blefes. Na prática, esse sujeito comum adquire os valores burlescos publicados pela mídia como se esses fossem bens significativos ou aferidores relevantes para suas metas de investimento ou ações.

Concluídas as análises e traçados os cenários da disputa de poder, nas considerações finais, resgatamos os episódios protagonizados pelas companhias (Cemig, Banco do Brasil, OGX e Lupatech) e voltamo-nos para o papel da mídia informativa como *agente social* para veiculação de interesses de grandes grupos capitalistas.

Questionamos a faceta da *práxis* jornalística que parece ter corrompido a lógica “tratar do fato e transformá-lo em notícia”, discriminada nos trabalhos de Marcondes-Filho (1986) e Traquina (2005), e promovido notícias objetivando a transformação dessas em fato solidarizado.

Nesse sentido, defendemos, como conquista eficaz, a criação de órgãos reguladores da imprensa, os quais venham inibir práticas burlescas e trazer consequências legais para instâncias que têm ocupado o espaço de publicação dita objetiva para difundir especulações

de ordem econômica, promovendo “furos” ou divulgações mercadológicas que são meras materializações de rumores propagados por investidores interessados em lucrar com a credibilização desses blefes.

A seguir, apresentamos as teorias e modelos citados nessa introdução.

1. MODELOS & TEORIAS

1.1 A Linguística Sistêmico-Funcional (LSF)

Em *An introduction to functional grammar*, Halliday e Matthiessen (2004, p.2) afirmam que o *texto* é um objeto, materialidade construída, um fenômeno social multifacetado, cujos significados podem ser explorados a partir de diferentes pontos de observação. Para esses autores, uma unidade semântica sustenta valores sociais que podem ser identificados na constituição léxico-gramatical.

Esses valores traduzem conceitos, relações ou princípios questionados ou defendidos oriundos de um *contexto de produção*; o qual pode ser educacional, literário, político, dentre outros. Dessa maneira, a noção de *contexto* da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) associa-se às experiências e às relações humanas.¹⁵

O produto ou parte significativa dessas experiências é o próprio *texto*, o registro. Sob essa ótica, as características semânticas, léxico-gramaticais, fonológicas e fonéticas de uma materialidade apontam para as instâncias envolvidas em uma interação e para as situações discursivas protagonizadas por essas.

Segundo a Gramática Sistêmico-Funcional (GSF), uma unidade textual é formada pelos seguintes elementos: *oração*, *sintagma (grupo)*, *palavra* e *morfema*. A teoria hallidayana afirma que, em relação à organização desses signos, não há arbitrariedade, como propõem os estudos saussurianos, mas as chamadas *escolhas realizacionais* motivadas.

Portanto, a construção do registro é feita a partir de seleções impetradas por um sujeito. Ou seja: a partir de objetivos, um falante pode se valer de diferentes combinações ou relações entre signos para organizar uma unidade processadora central.

Halliday e Matthiessen (2004, p. 10) discriminam como sistemas característicos de uma oração: o *tema*, o *modo* e a *transitividade*. E esses correspondem, respectivamente, à mensagem, à interação entre atores e à representação dos participantes envolvidos.

¹⁵ HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p.27.

Considerando a função e o significado das diversas produções sociais, essas categorias podem ser entendidas como constituintes dialógicos de três macroesferas linguístico-semânticas; as *metafunções textual, interpessoal e ideacional*.

No que se diz respeito à *metafunção textual*, o construto lexical *tema* é entendido como o ponto de partida da mensagem.¹⁶ Na estruturação de uma informação, ele é acompanhado, seguido, pelo *rema*. Tal unidade significativa pode ser constituída por um *grupo nominal*, *grupo adverbial*, *locução prepositiva* ou ainda por um *grupo* ou *complexo oracional*.¹⁷

Pertinente à essa pesquisa, o *tema* pode revelar, por exemplo, o caráter persuasivo ou apelativo dos títulos, *leadings* ou orações introdutórias do corpo de texto das unidades de gênero analisadas, as quais, institucionalmente, deveriam ser marcadas por elementos constitutivos que indicassem referência, denotação ou objetividade - os caracteres tradicionais do universo da mídia informativa.

No que diz respeito à *metafunção interpessoal*, Halliday e Matthiessen (2004, p.59) especificam que o *modo* compõem os seres interactantes; à transação entre falante e ouvinte. E a oração é o objeto de uma troca, a qual é validada, legitimada e garantida pelos sujeitos envolvidos.

O sistema *modo* organiza a cláusula em dois componentes: o *modo oracional*, constituído pelo *sujeito* – aquele que é responsável pela validade da proposição, pelo *finito*; ligado às relações modais e temporais da proposição - e o *resíduo*; composto de *predicador*, *complemento* e *adjuntos* – partes constituintes do *grupo verbal*, as quais são essenciais para completarem o sentido da proposição.

Em relação a esse trabalho, o papel do *finito* como indicador de modalidade, o uso de verbos auxiliares para explicitar estimativas e probabilidades, permite observar, além do afastamento de uma linguagem jornalística formal, tentativas de troca de bens de serviços, através de estímulos direcionados ao leitor-consumidor.

¹⁶ HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p.68.

¹⁷ Tais noções são retomadas nos itens 1.1.1.5, 1.16 e no momento da análise do *corpus*.

Já a *transitividade*, que diz respeito à *metafunção ideacional*, corresponde à leitura de *processos* (ações) contínuos, comuns às experiências humanas. Nela, a oração é percebida como uma materialidade de representação.

É a partir da identificação dos constitutivos dessa macrocategoria funcional que introduzimos e desenvolvemos a nossa análise. É por nos preocuparmos com a linguagem como reflexão, que nos voltamos, por exemplo, para a observação dos diferentes *processos* e os sentidos sociais que esses adquirem, principalmente, ao serem modalizados.

Nesse tópico, introduzimos a proposta da Gramática Sistêmico-Funcional (GSF), a partir das noções *texto*, *contexto* e *metafunção*. No item 1.1.2, abordamos, mais uma vez, o modelo teórico de Halliday e Matthiessen (2004), priorizando as dimensões da linguagem. Apresentamos os princípios de ordenação e os diferentes estratos, micro e macro-categorias passíveis de análise.

1.1.2 As dimensões da linguagem

Sob uma ótica sistemática distinta, o modelo de Michael Halliday defende que a *linguagem* tem projeções múltiplas. Nessa perspectiva, ela pode ser percebida como (i) texto e sistema, (ii) como som, escrita e redação, (iii) como estrutura – configurações de partes significativas e (iv) como recursos – escolhas entre alternativas distintas.

As dimensões e os princípios de ordenação da linguagem estão organizados em quadro de estudo para as noções-base da GSF no capítulo 1, “Arquitetura da Linguagem”, de *An introduction to functional Grammar* (2004).

Na representação, identificamos as cinco dimensões de linguagem passíveis de observação: a *estrutura sintagmática* ou da *ordem paradigmática* e, ainda, as *estratificações semânticas*, os estudos das práticas em meios aos diferentes *contextos* e as *metafunções*.

A categoria *sintagmática* condiz aos estudos de organizações complexas, como *orações*, *grupos* ou *sintagmas* e também a unidades menores, como as *palavras* e os *morfemas*. E os

estudos das ordens *paradigmáticas* propiciam a descrição e a interpretação dos caracteres léxico-gramaticais.

Já a construção de sentidos, sugeridos pelo falante no momento interação, incluindo as projeções fônicas e fonéticas, corresponde à categoria de *estratificação* da *realização* da linguagem. A chamada *instanciação*, de acordo com Halliday e Matthiessen (2004, p.26), define a linguagem como sistema de organização para funções da vida humana, o qual é instanciado e estruturado na forma de texto.

Uma releitura do Quadro (1.3) da GSF é disposta a seguir. As colunas evidenciam, respectivamente, as dimensões, os princípios e as ordens possíveis de construtos lexicais, gramaticais e semânticos.

Quadro 1: As dimensões (formas de ordenação) na linguagem e seus princípios ordenadores

	Dimensões	Princípios	Ordens
1	Estrutura - Ordem Sintagmática	Categoria	Oração ~ Grupo ou sintagma ~ Palavra ~ Morfema
2	Sistema - Ordem Paradigmática	Fineza	Gramática ~ Léxico [Lexicogramática]
3	Estratificação	Realização	Semântica ~ Lexicogramática ~ Fonologia ~ Fonética
4	Instanciação	Instanciação	Potencial ~ Sub-potencial ou Exemplificação
5	Metafunção	Metafunção	Ideacional [Lógica ~ Experimental] ~ Interpessoal ~ Textual

Fonte: Halliday & Matthiessen (2004, p.20)

A partir do delineamento das dimensões da linguagem, entendemos que a visão sistêmico-funcional oferece, dentre outras contribuições aos estudos linguísticos, a proposição de uma análise textual além das particularidades de um “eu” enunciator, de um ser centralizador de ações que atua em uma determinada instância micro ou particular de interação.

Assim, a LSF busca um cenário de investigação voltado para o significado social (coletivo) das produções e alvitra uma gramática do significado, que se preocupa com o que “linguagem faz” e com a maneira como essa se comporta.

Sobre isso, Halliday e Matthiessen (2004, p.29) consideram:

sempre que usamos a linguagem, há sempre algo mais acontecendo. Enquanto construção, a linguagem está sempre também decretando: decretando nossa relação pessoal e social com as outras pessoas ao nosso redor. A oração gramatical não é apenas uma figura, representando algum processo - alguns fazendo ou acontecendo, dizendo, sentindo, sendo ou tendo - com seus vários participantes e circunstâncias, é também uma proposição, ou uma proposta, de acordo pela qual nós informamos ou questionamos, damos uma ordem ou faz uma oferta, e expressamos nossa avaliação das atitudes em direção a qualquer um com quem nós nos relacionamos/tratamos e sobre o que nós estamos falando.¹⁸

Para esses gramáticos, a linguagem, como instrumento institucional eficiente, satisfaz as necessidades humanas ao ser organizada funcionalmente, respeitando essas carências e demandas de interação.

Dessa maneira, o contexto, as situações e as relações sociais e culturais entre os falantes são um espaço múltiplo e ativo que abarca os seres e as suas respectivas produções (as materialidades linguísticas e seus constituintes ordenados).

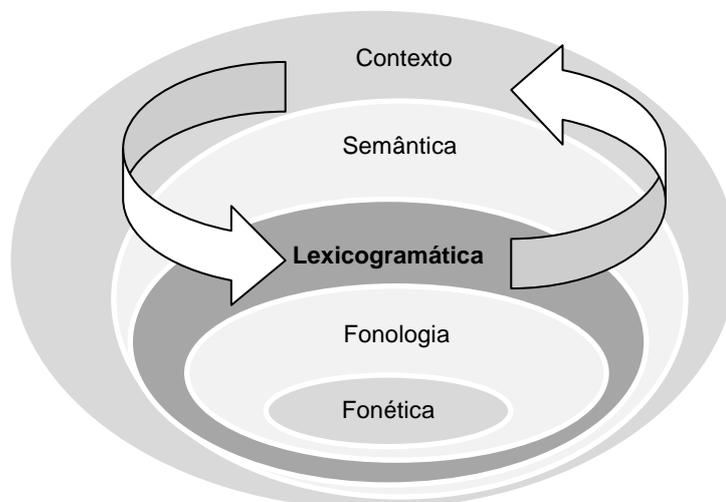
Como ilustração desse cenário teórico, destacamos, na Figura 1 a seguir, a releitura de “Stratification”¹⁹. Nela, evidenciamos em negrito o nosso ponto de partida: o *stratus*, ou nível, léxico-gramatical.

É a partir desse que propomos uma análise crítica, uma investigação textual e discursiva, de episódios protagonizados por grandes empresas brasileiras, acionistas do mercado mobiliário e atuantes na BM&FBovespa.

¹⁸ Nossa tradução de: whenever we use language there is always something else going on. While construing, language is always enacting: our personal and social relationship with the other people around us. The clause of the grammar is not only a figure, representing some process – some doing or happening, saying, sensing, being or having – with its various participants and circumstances; it is also a proposition, or a proposal, whereby we inform or question, give an order or make an offer, and express our appraisal of and attitude towards whoever we are addressing and what we are talking about.

¹⁹ HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 25.

Figura 1: Estratificação



Fonte: Halliday & Matthiessen (2004, p.25)

1.1.3 A oração como mensagem

Ao tratar das diferentes “linhas de significado”, a proposta da GSF explicita, num primeiro momento, a oração e sua estrutura temática, privilegiando o seu caráter como mensagem. Dessa maneira, nessa etapa, um investigador se ocuparia em observar as formas de organização e o fluxo do discurso.

Sobre isso, Halliday e Matthiessen (2004, p.64) explicam que

em Inglês, como em muitas outras línguas, a oração é organizada como uma mensagem por ter um estatuto distinto atribuído a uma parte dele. Uma parte da oração é enunciada como o tema, o qual, em seguida, combina-se com o restante, de modo que as duas partes em conjunto, constituem uma mensagem.²⁰

O *tema* é o elemento que serve como o ponto de partida da mensagem, isto é: ele localiza e orienta a oração dentro do seu contexto. O restante da mensagem, a parte em que o *tema* é desenvolvido, é o *rema*.

²⁰ Nossa tradução de: in English, as in many other languages, the clause is organized as a message by having a distinct status assigned to one part of it. One part of the clause is enunciated as the theme; this then combines with the remainder so that the two parts together constitute a message.

A GSF identifica dois tipos de temas clássicos: *simples* e *múltiplo*. O *simples* seria o formado apenas pelo elemento experiencial, o sujeito ou agente da oração, e o *múltiplo* diz respeito à construção precedida por outros tipos de temas: o *textual* e o *interpessoal*, comumente.

Segundo Halliday e Matthiessen (2004, p. 64), o tipo de tema mais recorrente é formado por *grupo nominal*, constituído por um *participante* do *sistema de transitividade*. Entretanto, tal construído pode ainda ser um *grupo adverbial*, uma *locução prepositiva*, dentre outras elaborações linguísticas, *escolhas realizacionais*, como os *sintagmas (grupos) preposicionais* ou os *adjuntos modais*.

Considerando a configuração dos textos que compõem o *corpus* dessa pesquisa, cedemos destaque às chamadas orações declarativas, as quais são comuns aos comunicados e às notícias da mídia-informativa.

Halliday e Matthiessen (2004, p.73) consideram que, nesse tipo de organização, o *tema*, dito *não-marcado*, portanto correspondente a uma composição oracional distinta a da ordem direta, é comumente confundido com o sujeito. Eles explicam que, no ato declarativo, “o sujeito é o elemento escolhido como tema, a não ser que haja uma boa razão para se escolher outra coisa.”²¹

Portanto, se no exercício da *praxis* objetiva, um jornalista opta por um *tema marcado*, *sintagma adverbial* ou *sintagma preposicional* para introduzir sua redação, tal escolha se torna passível de discussão já que pode indicar utilização de recurso de persuasão ou de convencimento, no qual se percebe o deslocamento de sentidos e até mesmo a prática da dissimulação.

Pertinente ao *tema múltiplo*, a GSF especifica, além do tema *textual*, o tema *interpessoal*. O *textual* evidencia desde movimentos-respostas entre os interactantes a constituições-elos em expansões ou orações projetadas.²²

²¹ Nossa tradução de: The Subject is the element that is chosen as Theme unless there is good reason for choosing something else.

²² As *orações complexas*, as *projeções* e as *expansões* serão tratadas no item 1.1.6 e no decorrer das análises.

O tema *interpessoal* pode ser evidenciado desde o emprego de *vocativo*, de *adjuntos modais* até o *verbo operador finito*²³. Assim, a partir do estudo dessas estruturas, é possível ao pesquisador identificar o julgamento possível do escritor-falante ou a postura desse em relação à mensagem²⁴.

1.1.4 A oração como representação: o sistema de transitividade

Halliday e Matthiessen (2004, p.106) afirmam que as diferentes representações linguísticas de significado e interpretações da realidade se realizam dentro de um *sistema de transitividade*, o qual se distribui em tipos de *processos* (construções verbais), a partir de três elementos: o *participante*, ou *grupo nominal*, aquele que realiza a ação ou é afetado por ela; o *processo*, ou *grupo verbal*, que é a ação propriamente dita; e as *circunstâncias*, ou grupos opcionais como os *adverbiais* ou os *preposicionais*.

Esses gramáticos afirmam que há três tipos de *processos* principais: *material*, *mental* e *relacional* e três tipos de processos intermediários: *comportamental*, *verbal* e *existencial*. Os *processos materiais* relacionam-se às experiências externas, às ações no mundo físico; os *processos mentais* estão ligados às experiências do mundo interior, dos pensamentos e das emoções; e os *relacionais*, às relações de identificação e à classificação.

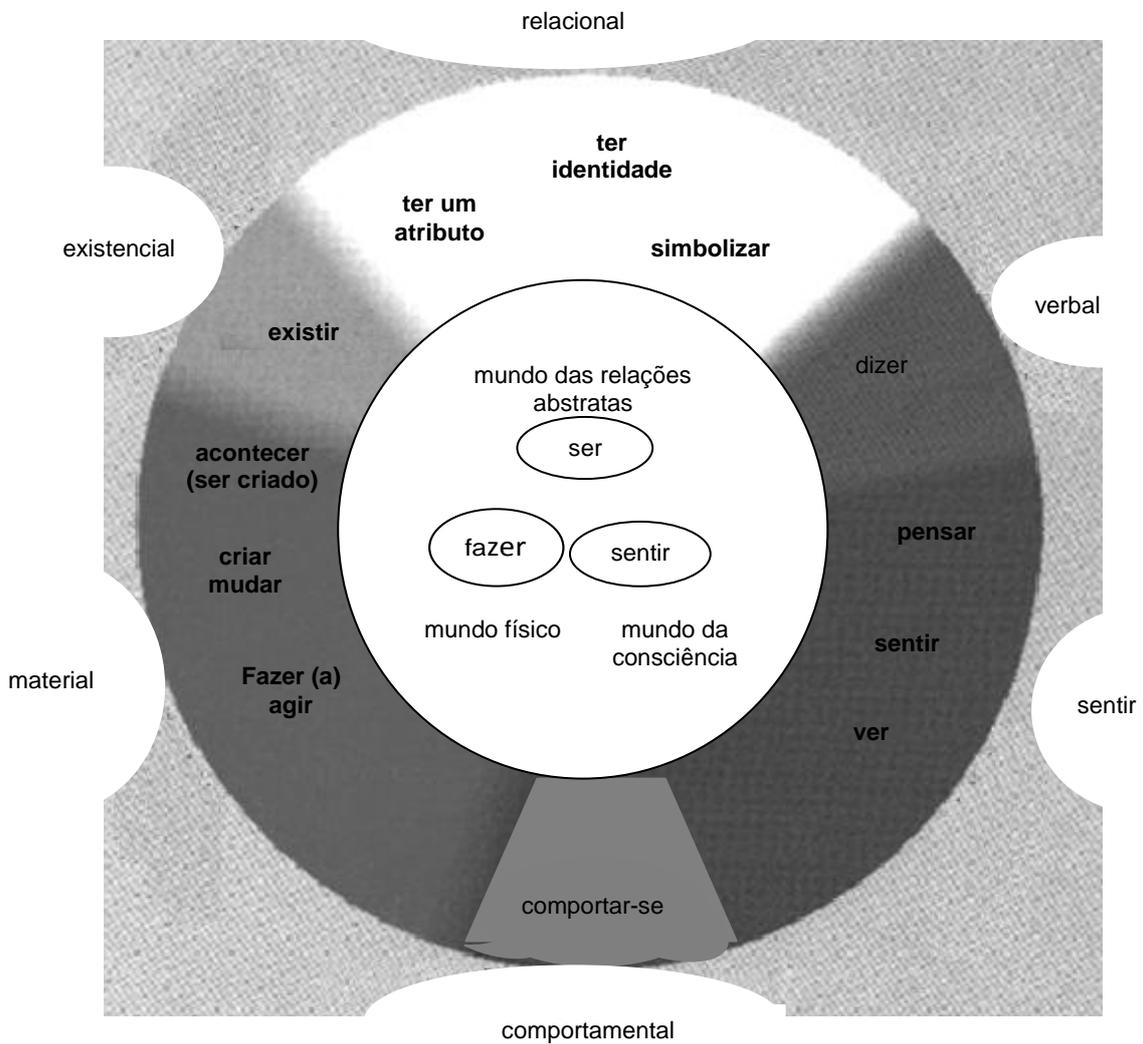
Os processos intermediários encontram-se na fronteira entre os principais. Os *comportamentais* encontram-se entre os *materiais* e os *mentais*, e dizem respeito às manifestações externas do mundo interior. Os *verbais* são situados entre *processos mentais* e os *relacionais* e representam relações simbólicas exteriorizadas através da linguagem. Já os *existenciais*, como o próprio nome já indica, encontram-se no simples fenômeno da existência.

A Figura 2, tradução de representação disposta na GSF, estabelece os tipos de *processos* e os tipos de significados veiculados em cada um deles.

²³ Tais indicadores gramaticais são retomados nos itens 1.1.1.5 e tratados no item 1.16 e nas análises dessa tese.

²⁴ HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p.81.

Figura 2: A gramática da experiência



Fonte: Halliday e Matthiessen (2004, p.172)

Além das unidades processuais, tanto a Figura 2 quanto o Quadro 2 da página seguinte fazem referência aos mundos e aos contextos interacionais. Sobre isso, Halliday e Matthiessen (2004, p.170) explicam que tais esferas estão relacionadas às nossas impressões mais poderosas, dizem respeito às experiências e são resultados de um fluxo de eventos ou de acontecimentos. E esse produto é fragmentado em figuras, imagens de ação e de representação.

Essas, por sua vez, são sustentadas pela gramática da oração e podem evidenciar o: “acontecer”, “fazer”, “sentir”, “dizer”, “ser” e “ter”; figuras que consistem de um processo de desdobramento através do tempo e de um participante diretamente envolvido²⁵. Nesse contexto, todas as unidades linguísticas de composição podem ser validadas, até as circunstâncias processuais, como as de tempo e de espaço, são passíveis de identificação e, portanto, de estudo e de reflexão.

Halliday e Matthiessen (2004, p.170) ratificam que todos os valores são classificados na gramática da *oração*. Assim, essa se firma como sequência significativa que revela, além de modo de ação de dar e de demandar informações, bens-e- serviços, modos de reflexão e de se impor a ordem em variações infinitas de diferentes fluxos de eventos. De forma objetiva, o Quadro 2 mostra os diferentes *processos* e os principais *participantes* do sistema de *transitividade* hallidayano.

Quadro 2: Resumo dos tipos de processos

Tipo de Processos	Categoria de significado	Participantes, diretamente envolvidos	Participantes, obliquamente envolvidos
Material: Ação Evento	Fazer Fazer Acontecer	Ator Objeto	Receptor, Cliente, Atingido, Iniciador, Atributo
Comportamental	Comportar-se	Comportante	Comportamento
Mental: Percepção Afeição Cognição	Sentir Ver Sentir Saber	Experienciador Fenômeno	
Verbal	Dizer	Dizente Alvo	Recebedor Verbiagem
Relacional	Ser/Estar Atribuir Identificar	Portador, Atributo Identificado, Identificador Valor, Característica	Atribuidor, Beneficiário, Designador
Existencial	Existir	Existente	

Fonte: Halliday e Matthiessen (2004, p.260)

²⁵ HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p.170.

Concernentes às análises dessa pesquisa, os constituintes ideacionais serão identificados para interpretações discursivas em *orações* comuns, mas também em *expansões* de *complexos oracionais*, outras estruturas de significação não-arbitrárias a serem especificadas a seguir.

1.1.5 A oração como troca

Segundo Halliday e Matthiessen (2004, p.107), a oração também define relações de troca. Nesse sentido, o registro e a organização de uma cláusula podem ser estudados pelo viés da interação entre seus interlocutores. Discursivamente, essas trocas podem ser melhor compreendidas a partir da observação do contexto, dos interesses e das expectativas de uma prática social particular e, ainda, dos produtos ou resultados oriundos dessas interações.

A GSF apresenta dois tipos de funções de troca: o *dado* e a *demanda*, as quais evidenciam a informação prestada, dada, e a informação solicitada, demandada, por um dos membros da interação. Essas funções podem evidenciar atitudes de bens e serviços ou de informação. E, assim, sustentar uma oferta, uma assertiva, um comando ou uma questão, conforme é demonstrado no Quadro 3, releitura de “Giving or demanding, good-and-services or information”.

Quadro 3: Dado ou demanda, bens-e-serviços ou informação

	Produto Trocado	
Função na Troca	(a) Bens-e-serviços	(b) Informação
<i>Dado</i>	Oferta [Ex.: Gostaria de saber isso?]	Assertiva [Ex.: Ele está dando isso agora.]
<i>Demanda</i>	Comando [Ex.: Dá-me a isso.]	Questão [Ex.: O que ele está dando agora?]

Fonte: Halliday e Matthiessen (2004, p.107)

As respostas às organizações de *dado* ou *demanda* também são objetos de estudo da LSF. As expectativas referentes à interação são discriminadas como aceitação, nova oferta, execução de comando, aceitação de assertiva (declaração) e, ainda, a réplica. Esses tipos de “feedbacks” também são listados em quadro pelos propositores da LSF, conforme dispomos no Quadro 4, baseado em “Speech functions and responses”.

Quadro 4: Funções da fala e respostas

		(1) Iniciação		(1) Resposta	
				(a) Esperada	(b) Discricionária
<i>Dado</i>	Bens-e-Serviços	Oferta [Ex.: Deve dar-lhe isso?]	Aceitação [Ex.: Sim, por favor, dá-me.]	Rejeição [Ex.: Não, obrigado.]	
		<i>Demanda</i>	Comando [Ex.: Dê-me isso!]	Sujeição [Ex.: Aqui está.]	Recusa [Ex.: Não darei.]
<i>Dado</i>	Informação	Assertiva [Ex.: Ele está dando isso.]	Confirmação [Ex.: Ele está?]	Contradição [Ex.: Não, não está.]	
		<i>Demanda</i>	Questão [Ex.: O que ele está dando?]	Resposta [Ex.: Isso.]	Rejeição [Ex.: Não sei.]

Fonte: Halliday e Matthiessen (2004, p.108)

No que diz respeito a essa pesquisa, seja em blefes jornalísticos ou inseridos em comunicados oficiais, o *produto trocado* é a informação *dada*, *assertiva* (ou *declarativa*), capaz de gerar tipos diferentes de respostas: a *esperada* de *confirmação* ou a *discricionária* de *contradição*.

Assim, sobre essa perspectiva funcionalista, o boato circula enquanto é, predominantemente, resposta de *confirmação* recorrente em práticas particulares, como os comentários postados nos fóruns mencionados nas análises, os quais, em meio às incertezas, agregam valor à especulação e concedem maior projeção ao fenômeno em questão.

Em relação aos comunicados ao mercado, concernente à constituição de *prática social*, esses são, num primeiro momento, uma *sujeição* ao *comando*, *demanda* de *bens-e-serviços*,

iniciada, imposta, pelo sujeito-interlocutor, a autarquia CVM. Tais registros amenizam ou colocam um fim nas especulações enganosas a partir de uma resposta *discricionária* de *contradição* ou da negação absoluta discriminada pela réplica de *rejeição*.

Ainda, em meio ao estudo da *metafunção interpessoal*, do processo de formulação de orações, a GSF se preocupa com outras particularidades da cláusula, como o uso de *operadores modais*, *escolhas realizacionais* as quais, discursivamente, podem sugerir hierarquias, ratificar, omitir, subjugar valores e delinear as motivações do sujeito produtor, sua identidade, forma de representação e sugestão de estilos.

Considerando o boato²⁶ como um fenômeno sociolinguístico da dissimulação, travado e nutrido no campo das incertezas e da insegurança, a seguir, voltamo-nos, estrategicamente, para os estudos da *modalidade*, das composições que definem graus intermediários de significação. Desde já, entendemos que a reincidência de modalizadores de dúvidas em texto jornalístico informativo sugere, para nós, distanciamento do valor objetividade e, portanto, descaracterização de gênero e também da própria *práxis* jornalística.

1.1.5.1 Modalidade e graus de solidariedade

Para tratar da modalidade, Halliday e Matthiessen (2004, p.146) definem, primeiramente, a noção de polaridade: “a escolha entre sim e não”. Entre esses extremos, a GSF se preocupa com a modalidade, região da incerteza, a qual traduz graus intermediários capazes de serem entendidos como indicadores de indeterminação.

Para Halliday e Matthiessen (2004, p.147),

entre as certezas do “é” e do “não é”, encontram-se as probabilidades relativas de “deve ser”, do “será” e do “pode ser”. Da mesma forma, entre os determinantes “faça!” e “não faça!” encontram-se as opções discricionárias “deve fazer”, “deveria fazer”, “pode fazer”. O espaço entre “sim!” e “não!” tem um significado diferente para proposições e apresentação de propostas²⁷.

²⁶ A noção de boato é melhor abordada especificamente nos tópicos 2.2 e 2.2.1 dessa pesquisa.

²⁷ Nossa tradução de: In between the certainties of “it is” and “it isn't” lie the relative probabilities of “it must be”, “it will be”, “it may be”. Similarly, in between the definitive “do!” and “don't!” lie the discretionary options “you must do”, “you should do”, “you may do”. The space between “yes!” and “no!” has a different significance for propositions and for proposals.

No que diz respeito às proposições, a GSF se atem aos polos assertivo e de negação comuns ao “ser”. Nesse contexto, firmam-se dois tipos intermediários de possibilidades: (i) os graus de *probabilidade*, com expressões como “possivelmente”, “provavelmente” e “certamente” e (ii) os graus de *usualidade*, com expressões como “às vezes”, “normalmente” e “sempre”. É essa escala de níveis semânticos de concretização de eventos que define a modalidade.

A *probabilidade* e a *usualidade* podem ser expressas de três maneiras diferentes. A primeira corresponde ao emprego do *operador modal finito* em um *grupo verbal*. A segunda é evidenciada pelo emprego de um *adjunto modal*. E a terceira maneira é explicitada pelo uso dos dois tipos de expressão em setenças correlacionadas²⁸.

Considerando os casos de apresentação (realização) de propostas, a GSF se atem a polos assertivo e negativo comuns ao “fazer”. Há também, nessa categoria, outros dois tipos de sub-classificações. Essas indicam possibilidades intermediárias distintas e dependem, respectivamente, das funções de *demanda* ou de *oferta*.

A partir da *demanda* podemos evidenciar os pontos intermediários de níveis de obrigação, os quais comumente são expressos em seleções com “deveria”, “obrigado a”, “permitido a”. Já a partir da *oferta*, podemos verificar os diferentes níveis de inclinação representados. Esses podem ser percebidos no emprego de *escolhas realizacionais* como “disposto a”, “determinado para” e “ansiosos para”.

Halliday e Matthiessen (2004, p.147) afirmam que tanto a *obrigação* quanto a *inclinação* podem ser organizadas de duas maneiras: por um *operador modal finito* ou por uma expansão de um *predicador*, através de um verbo em voz passiva ou adjetivo típico²⁹.

O *predicador*, assim como o *complemento* e o *adjunto*, é consituente de *resíduo*, o qual é composto por elementos funcionais que agregam outros valores à estrutura significativa

²⁸ HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p.147.

²⁹ A constituição semântica da frase, dito *modo oracional* nos significados interpessoais, é composta pela oração que, por sua vez, é formada por duas partes sustentatórias: o *sujeito* e o *finito*. O *sujeito* precede o *finito* e é formado por um grupo nominal. Ele é responsável pelos agentes, os seres que definem a *oferta* e a *demanda*. Já o *finito* é formado por um grupo verbal. Ele expressa a opinião do falante a partir de operadores temporais ou modais, tal qual demonstramos nas análises dessa pesquisa. Tal explanação é tratada por Halliday e Matthiessen (2004, p. 112-113), ao abordarem a oração como “troca”.

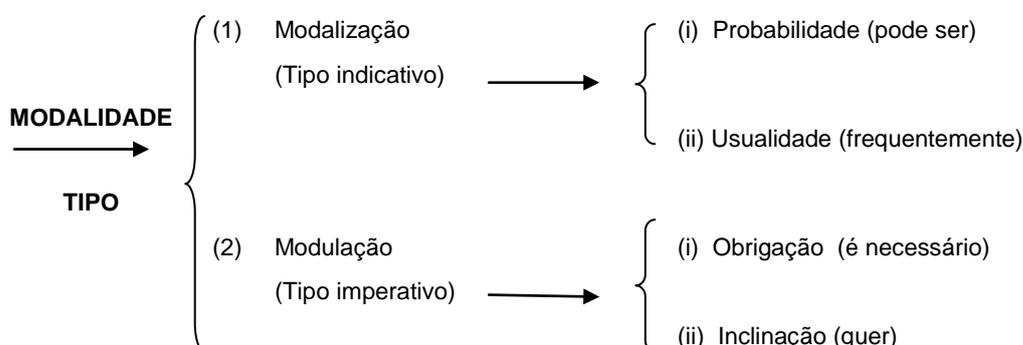
sujeito + finito. Comumente, o *predicador* está presente em orações principais, exceto as marcadas por elipse. Tal elemento, além de especificar o tempo de referência em relação à fala do sujeito, aponta *processos* indicativos de atributo ou de avaliação do falante.

Alinhados à dimensão *paradigmática* da linguagem, percebemos, assim, que essas construções léxico-gramaticais de modalidade (ou modalizadas), por vezes explicitadas em *predicador*, imprimem *fineza* (ou *delicadeza*) às relações entre os falantes no momento da externalização de julgamentos ou de pedidos de apreciação.

Durante a proposição de um estudo “além” da oração, a GSF trata mais uma vez da *modalidade*, resgata o tipo de *modalização* indicativa e especifica a categoria formada por representações imperativas, retomando, assim, o grupo da *modulação* e as formas constituintes desse. Nesse contexto, a gramática hallidayana ainda descreve a sub-categoria de *obrigação*.

De ordem epistêmica, essa diz respeito a comandos que expressam e legitimam, em relação ao sujeito falante, maior distanciamento e autoridade sobre o ouvinte; diferentemente da categoria de ordem deôntica de *inclinação* em que a ação coercitiva é menos incisiva. Abaixo, o Fluxograma 1 resume os diferentes tipos possíveis de modalidade, os quais mencionamos ou fazemos uso no decorrer das análises, quando necessário.

Fluxograma 1: Sistemas e tipo de modalidade



Halliday & Matthiessen (2004, p.618)

1.1.6 Grupos, sintagmas e orações complexas

Em *An introduction to functional Grammar* (2004), o modelo gramatical proposto é dividido em duas partes. A primeira trata das três metafunções e a combinação entre essas macroestruturas sob a perspectiva da oração. E a segunda se volta para linguagem como expressão de relações lógicas estabelecidas a partir de unidades complexas, isto é: uma combinação de palavras sob uma base lógica e especial de relação.

Os *grupos* e *sintagmas*, as *orações complexas* e os *grupos* e *sintagmas complexos*, são os objetos de estudo e de análise do registro que permitem a realização de investigações linguísticas sob uma perspectiva ampla que objetiva investigar constitutivos de materialidade “acima”, “abaixo” e “além” da unidade mínima de significação ou da própria oração.

“Abaixo” da oração, Halliday e Matthiessen (2004, p.310) propõe uma investigação atenta para a categoria *sintagma* e *grupo*. Os gramáticos especificam os seguintes grandes grupos relacionais: o *nominal*, o *verbal* e o *adverbial*; e ainda: o *preposicional* e o *conjuntivo*. O *grupo nominal*, comumente, pode desempenhar a função de sujeito ou de complemento. Ou seja: pode atuar, efetivamente, como os *participantes* do *sistema de transitividade*.

O *grupo verbal*, constituído por *processos*, assume a função de *finito + predicador*. O *grupo adverbial*, assim como o *preposicional* e o *conjuntivo*, evidenciam caracteres textuais que podem indicar circunstância e também modulações interpessoais.

Ao tratar das particularidades desses grupos, Halliday e Matthiessen (2004, p. 311) afirmam que “o *sintagma* é diferente de um *grupo* na medida em que um *grupo* é uma expansão de uma palavra e o *sintagma* é a contração de uma *oração*.”³⁰

A partir da leitura de Halliday e Matthiessen (2004, p.362), o estudo dito “acima” da sentença trata da perspectiva lógico-semântica, mais especificamente ao ponto de vista explorado

³⁰ Nossa tradução de: a phrase is different from a group in that, whereas a group is an expansion of a word, a phrase is a contraction of a clause.

durante a construção do evento e ao desenvolvimento do texto em seus diferentes níveis de significação.

Segundo a GSF, uma narrativa, por exemplo, tem o seu fluxo de eventos construído por uma série de episódios. Cada um desses, por sua vez, traduz uma sequência de figuras (representações para AD) que são coordenadas e encadeadas em torno de significados e de relações temporais, eventos iniciais e eventos subsequentes, os quais são familiarizados pelos leitores, os sujeitos cercados de convenções e formalizações linguístico-discursivas socialmente legitimadas.

Nessa perspectiva, mesmo que a estrutura léxico-gramatical não explicita, deixe às claras, as relações de significados entre seus elementos constituintes, essas podem ser inferidas pelo ouvinte ou leitor com base nas propriedades das figuras, representações, que compõem um episódio (ou uma *prática social* na visão de Norman Fairclough)³¹.

Para ilustrar tal evidência, fazemos menção aos conectores de adversidade da Língua Portuguesa. Ao se deparar com *escolhas realizacionais* como “mas” ou “entretanto” como constituintes de introdução de uma representação disposta em *expansão* ou em *projeção*, o leitor de uma unidade linguística considerará que a informação nova, disposta após a conjunção, trata-se de uma oposição, uma ideia contrária em relação à primeira informação dada.

A partir do sistema de transitividade, Halliday e Matthiessen (2004, p.367) definem os dois tipos de relações correspondentes. Segundo eles, a *projeção* corresponde às orações verbais e mentais e a *expansão* diz respeito às relacionais.

Tais formas são discriminadas, também, como relações lógico-semânticas sustentadas por elos que unem orações comuns e as transformam em complexas. A seguir, como sistematização didática, expomos o Quadro 5. Ele é uma releitura de “Projection and expansion manifested in clause and clause complex” de GSF.

³¹ HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p.363.

Quadro 5: Projeção e expansão manifestadas em orações e orações complexas

	Sentença		Sentença Complexa
	Tipo de processo	Tipo de circunstância	Tipo lógico-semântico
projeção	[verbal:] ele diz	[ângulo:] De acordo com ele (Isso é suficiente.)	[Locução de citação:] Ele disse que é suficiente
	[mental:] ele pensa	[ângulo:] Para ele (está quente demais)	[comunicação de idéia:] Ele acha que está quente demais
expansão	[relacional: intensivo]	[função:]	[elaboração:]
	[relacional: possessivo]	[acompanhamento:]	[extensão:]
	[relacional: circunstancial]	[localização, extensão, causa, maneira, etc.]	[intensificação:]

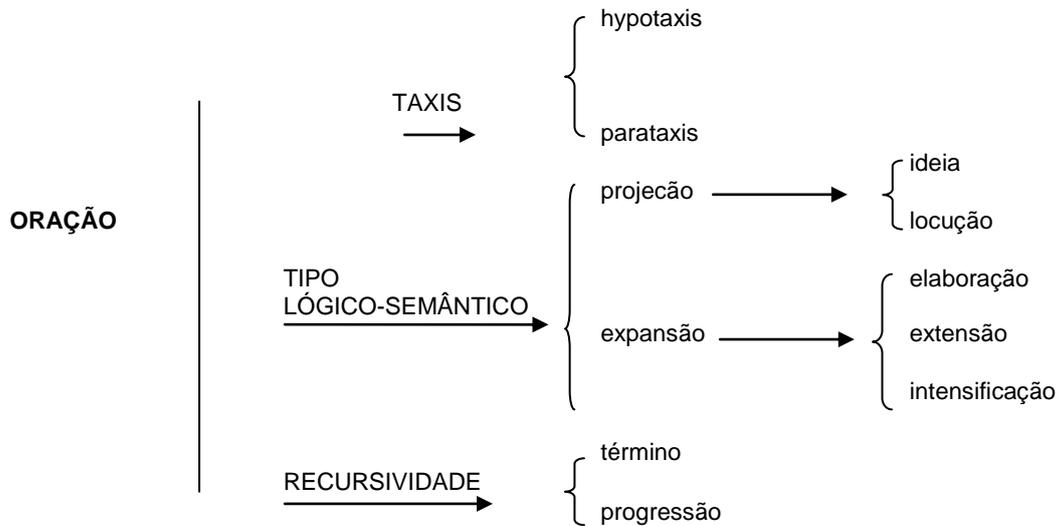
Fonte: Halliday e Matthiessen (2004, p.368)

Nele, além das considerações já expostas, podemos identificar o “tipo de circunstância”, exemplos de expressões indicativas de conformidade, comumente utilizadas em *projeções* que traduzem a voz do sujeito e o ponto de vista desse. O Quadro 5 ainda faz referência às *expansões* indicadoras de informações subsidiárias como, por exemplo, de acompanhamento, de forma e de localização.

Referente à produção do texto jornalístico informativo, essas estruturas circunstanciais são extremamente participativas. Elas respondem, no mínimo, a quatro das seis questões que impulsionam a redação do “lead”: o “como”, o “onde”, “quando” e o “porquê” de um fato ou de um evento publicado. Ou seja: esses tipos de construções lógico-semânticas, embora não sejam a parte central de manchetes, são fundamentais à sustentabilidade da informação e à credibilidade da notícia.

Os tipos de relações entre orações, aqui o Fluxograma 2, é sistematizado por Halliday e Matthiessen (2004, p.373) em esquema organizacional, mapa de recursos, que dispomos a seguir. Nele, evidencia-se o TAXIS e as categorias de relações lógico-semânticas.

Fluxograma 2: Os tipos de relações entre orações



Fonte: Halliday e Matthiessen (2004, p.373)

É importante ressaltar que o grau de interdependência *parataxis* é firmado pelo *status* de igualdade entre as orações e o *hypotaxis* pelo *status* da desigualdade. Nesse, um elemento depende de outro para atingir a sua plenitude semântica. Ou seja: uma sentença apoia uma outra percebida como principal.

Halliday e Matthiessen (2004, p.376, 377) explicam tais categorias de análise em tópicos precisos e expostos da seguinte maneira:

(ii) **RELAÇÃO LÓGICO-SEMÂNTICA: expansão/projeção.** Há uma ampla gama de relações lógico-semânticas, qualquer uma delas pode portar membro primário ou secundário de uma oração vinculada. Mas, baseado em dois tipos de relações fundamentais, é possível agrupar esses em um pequeno número de tipos gerais: (1) expansão e (2) projeção. (1) expansão: a oração secundária amplia a sentença primária, pela (a) elaboração, (b) extensão ou (c) intensificação. (2) projeção: a oração secundária é projetada através da sentença primária, a qual instaura uma (a) locução ou (b) ideia.³²

Dessa maneira, a GFS aponta cinco categorias possíveis para o estudo e identificação de sentenças constituintes de orações complexas: três expansões e duas projeções. A *expansão de*

³² Nossa tradução de: ii) LOGICO-SEMANTIC RELATION: expansion/projection. There is a wide range of different logico-semantic relations any of which may hold between a primary and a secondary member of a clause nexus. But it is possible to group these into a small number of general types, based on the two fundamental relationships of (1) expansion and (2) projection. (1) expansion: the secondary clause expands the primary clause, by (a) elaborating it, (b) extending it or (c) enhancing it. (2) projection: the secondary clause is projected through the primary clause, which instates it as (a) a locution or (b) an idea.

elaboração diz respeito às estruturas em que indicam igualdade, dispostas em “equals”, “igual a”. Ela serve para expressar detalhes, comentários ou exemplificações. Os conectores referentes a esse tipo de estrutura são constituições lexicais como “por exemplo” ou “isto é”.³³

A *expansão de extensão* evidencia acréscimo, como a enumeração de episódios e ações. Ela corresponde à inserção de um novo elemento que concede um caráter de exclusão ou, ainda, oferece uma alternativa ou opção. Essa categoria é traduzida pela expressão “é adicionado a”, discriminada na GSF como “is added to”. “E” ou “ou” são exemplos de constituintes de ligação comuns a tal tipo de relação.

Já *expansão de intensificação* permite a percepção de carga semântica que exprime valor de multiplicidade. Ela qualifica e pode especificar características de tempo, lugar, causa ou condição. A expressão utilizada por Halliday e Matthiessen (2004, p.377) para definir esse caso de expansão é “is multiplied by”, “é multiplicado por”. Nesse tipo de organização, entre os exemplos de elos de ligação comuns estão: “então”, “ainda” e “nessa ocasião”.

No que diz respeito à *projeção de locução* e à *projeção de ideia*, Halliday e Matthiessen (2004, p.378) afirmam que a primeira corresponde à citação dupla, já que se trata de uma oração desenvolvida (projetada) a partir de uma outra, a qual traduz uma locução, em discurso direto ou indireto, enfatizando a “construção da palavra”.

Já *projeção de idéia* é evidenciada por uma citação única em que não há locução, mas tradução da “construção do pensamento”. “Diz” e “pensa” são exemplos de *processos verbais* utilizados em sentenças de *locução* e de *projeção de ideias*, respectivamente.

Delineado os percursos pela LSF a serem mencionados ou privilegiados durante as análises, trataremos, a seguir, da Semiótica Social e da TSD. Em tais teorias, o discurso e as hierarquias sustentadas entre as comunidades discursivas são o foco das proposições. Assim, o sujeito ratifica-se como o ator ou o agente social e o texto como prática modalizadora de estilos, condutas e comportamentos, o qual é situado além da materialidade ou de suas configurações linguísticas.

³³ HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p.377.

1.2 A Semiótica Social

A Semiótica é ciência da interpretação de signos na sociedade. Segundo Pimenta (2001), ela baseia-se na capacidade inata do cérebro de produzir transformações mentais, a partir das nossas experiências corporais, e de codificá-las em forma de signos ou em sistema de signos.

A chamada Semiótica Social, de base australiana, tem os trabalhos Hodge e Kress como precursores. Nos estudos desses, privilegiam-se a observação da *semiose* – processo semiótico – e os efeitos da produção, reprodução e circulação de significados usados, de forma variada, pelos diferentes agentes da comunicação. Tais agentes correspondem a diversos *papeis sociais* legitimados. Esses têm, comumente, seus estilo de vida, interpretações, valores e até comportamentos reproduzidos, ou solidarizados, por uma determinada comunidade.

Essa reprodução ou sustentação de regras, de convenções, de comportamentos e de outras institucionalizações subjetivas é discriminada pela proposta australiana como conjunto de *regras logonômicas*. Hodge e Kress (1988, p.4) afirmam que

as *regras logonômicas* são especificamente ministradas por agentes sociais concretos, coagindo indivíduos em situações específicas através de processos que estão, em princípio, abertos ao estudo e análise. Eles são desafiados por agentes sociais - por exemplo, crianças, estudantes, funcionários. O *sistema logonômico* não pode ser invisível ou obscuro, senão, não funcionaria. Eles se tornam visíveis em convenções de polidez, etiqueta, relações industriais, legislação, e assim por diante.³⁴

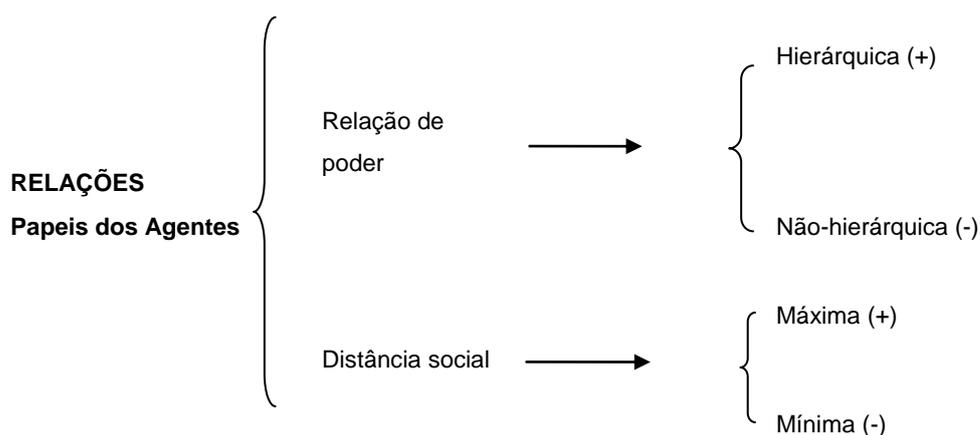
Assim, através dos *agentes sociais*, propagam-se valores e crenças nos quais se reconhecem a identidade de diversas *comunidades discursivas* e de suas respectivas instituições. Tais conhecimentos, traduzidos em ações, propiciam, conforme já introduzido, o processo contínuo de legitimação, ou resistência, de noções subjetivas percebidas, padronizadas ou classificadas, pela coletividade, como certas ou erradas, leais ou fraudulentas, de boa estirpe ou marginais.

³⁴ Nossa tradução de: the *logonomic rules* are specifically taught by concrete social agents coercing concrete individuals in specific situations by processes which are in principle open to study and analysis. They are challenged by social agents - e.g.; children, students, employees. *Logonomic system* cannot be invisible or obscure, or they would not work. They become visible in politeness conventions, etiquette industrial relations, legislation, and so on.

Portanto, na chamada Semiótica Social australiana, diferentemente da Escola de Praga e de Paris, o interesse que permeia as relações humanas e os discursos hegemônicos sustentados através das manifestações sociais são pontos primordiais de observação. Nesses estudos, a partir da conservação de ideologias dominantes modalizadas, as relações de poder e as estratégias capazes de seduzir ou persuadir uma macro ou microesfera destinatária são privilegiadas.

O Fluxograma 3, baseado nos trabalhos de Hasan (1989), exprime e dialoga, de forma bem-sucedida, com as perspectivas interacionais sugeridas nas propostas de Hodge & Kress. Ele discrimina as relações entre os atores e entre as diferentes maneiras de se dizer e de se significar, traduzindo as hierarquias sociais entre as instâncias envolvidas nas práticas sociais.

Fluxograma 3: Sujeitos e relações de Poder



Fonte: Meurer e Dellagnelo (2008, p.24)

Em suma, ao observarmos a representação acima, percebemos que a distância social entre os sujeitos-interlocutores define o grau de hierarquias entre eles. Assim, entendemos que quanto mais formal é uma prática, mas evidente a relação hierárquica.

Como outras escolas, a Semiótica Social também utiliza a noção de *signo* e *significado* advinda de Saussure (1975). Entretanto, em congruência com a LSF, Hodge e Kress afirmam que o *signo* está além das impressões de cunho psíquico e arbitrário. Eles ainda especificam que as significações são motivadas pela interação da *estrutura sintagmática* – que

correspondem ao nível da sentença – e da *estrutura paradigmática* – que corresponde às escolhas discursivas.

As relações de poder e a *luta hegemônica*³⁵ são foco principal do modelo semiótico australiano. Nessa perspectiva, o pesquisador é desafiado a traçar e delinear o perfil do sujeito atuante e a forma como esse influencia e é influenciado, impelido ideologicamente, pelas comunidades discursivas, nas quais atua e participa.

Ou seja, na trajetória investigativa de um semioticista, interessa o entendimento de como o indivíduo faz uso ou está sujeito ao conjunto de normas que prescrevem as condições de produção e recepção de significados, aos *sistemas logonômicos* vigentes em seu tempo e em seus respectivos espaços de atuação social.

Como para a Semiótica Social, é também objetivo da Análise Crítica do Discurso (ACD) observar como um ator-social tende a aceitar, contemplar ou romper, gradativamente, com as práticas sociais convencionais, elegendo ou refutando os eventos que transgridem as *regras logonômicas* institucionalizadas.

Esses conceitos e pressupostos oriundos da ótica marxista compreendem que o mundo material e social atendem formas de organização que propiciam, na sociedade do século XXI, por exemplo, a partir da concentração de renda e bens, a manutenção de desigualdades, a centralização de poder, legitimados pelo uso da força, e principalmente pela propagação de ideologias, mensagens de controle que modalizam o comportamento dos atores, fortalecendo as estruturas de dominação.

Nessa pesquisa, a afinidade entre leitor e produtor da notícia, por exemplo, é entendida como uma relação hierárquica, de poder; já que a imprensa se situa como detentora da informação, do produto-verdade, e o leitor é sujeito-consumidor, a instância que entende o conhecimento

³⁵ O espaço de *luta hegemônica* foi definido nos estudos marxistas sobre hegemonia cultural, materialismos e determinismos do cientista político e filósofo Antonio Gramsci (1891-1937). Tal noção se remete a embates que comportam não apenas questões vinculadas à estrutura econômica e à organização política, mas que envolvam também, no plano ético-cultural, a expressão de saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridade de base capitalista que se legitimam e se universalizam a partir da reprodução de estilos e hierarquias marcadas pela exclusão. Tal noção tratada por Gramsci em publicações como *Concepção dialética da história* (1995) também é apropriada pela TSD do Fairclough.

impresso em questão, por vezes mero boato, como valor significativo a ser, rapidamente, usufruído.

1.3 A Análise Crítica do Discurso (ACD): sobre a Teoria Social do Discurso (TSD)

A Teoria Social do Discurso (TSD), proposta pelo britânico Norman Fairclough na década de 90, se volta para a observação da linguagem como prática articulada no contexto social; que sugere ou traduz representações e relações sociais, identidades; e propicia a manutenção, quebra ou reformulação de sistemas de conhecimento e crença.

Tal teoria visa explorar relações de causalidade e determinação e investigar: as *práticas discursivas*, os eventos e os textos tradutores de conhecimentos socioculturais; as situações de interação em que se propaga ou se articula o discurso e as linguagens utilizadas em convenções e em instituições capazes de determinarem o *lócus* do indivíduo em sua respectiva comunidade.

Assumindo um caráter transdisciplinar, a TSD observa os discursos como parte de uma cadeia ativa e sugere, a partir de reflexões sobre linguagens, a caracterização do *espaço de luta hegemônica* – lugar onde circulam normas discursivas e ideológicas sob as quais os sujeitos se qualificam – como conceito referencial para observação e análise de contradições sociais e disputas pelo poder, legitimadas através das *escolhas realizacionais* dinamizadas pelo sujeito no momento da interação.

Para a TSD, os indivíduos, atores da pós-modernidade, são vislumbrados como seres direcionados por ícones institucionais de alta projeção e autoridade que auxiliam na sustentação das relações de dominação.

Essas podem estar presentes em formas simbólicas próprias da atividade social particular ou adquirir grau de naturalidade; a partir das autoconstruções reflexivas que propiciam a internalização de conceitos e valores dissimulados, aparentemente estratificados.

Nesse sentido, Fairclough (1992) afirma que a *luta hegemônica* pode ser vista como disputa pela sustentação de um *status* universal que atinge não só o plano material, mas mental e social; uma vez que o poder depende da conquista do consenso, atitudes de *solidariedade* e ideologias assimiladas.

Assim, para esse propositor da ACD, “o conceito de *hegemonia* implica o desenvolvimento – em vários domínios da sociedade civil [...] – de práticas que naturalizam relações e ideologias específicas e que são, em sua maioria, *práticas discursivas*.”³⁶

Fairclough (2001, p.12) ainda acrescenta que essas práticas “são investidas ideologicamente à medida que incorporam significações as quais contribuem para manter ou reestruturar as relações de poder”.

A noção de *ideologia* da TSD é oriunda da TSC, Teoria Social Crítica de Thompson (1995). Essa postula cinco modos gerais de operação ideológica. São eles: o *modus operandi* de *legitimação*, de *dissimulação*, de *unificação*, de *fragmentação* e de *unificação*.

As estratégias de *legitimação* dizem respeito às ações consideradas justas e dignas de apoio; as de *dissimulação* remetem-se à utilização de táticas coercitivas consideradas simbólicas, de negação ou de ofuscação de conceitos.

Os recursos de *unificação* correspondem à padronização ou aos símbolos de identificação coletiva para se adquirir *solidariedade*; as ações de *fragmentação* dizem respeito à segmentação de indivíduos e grupos que possam representar uma ameaça a um grupo dominante; e o *modus operandi de reitificação* é concernente às situações transitórias, as quais são representadas como permanente, ocultando, assim, o seu caráter sócio-histórico.

Perceber como esses *modi operandi* são projetados em unidades linguísticas é uma das possibilidades de estudo e análise proposta pela ACD. Nessa perspectiva, as *práticas particulares*, os textos, são distanciados da noção de registro e confirmados por Fairclough (2003, p.8) como elementos constituintes de eventos sociais capazes de ocasionar mudanças casuais ou regulares em percepções, atitudes, valores e relações sociais. Portanto, nesse

³⁶ FAIRCLOUGH, 1997, p.80.

modelo, a análise textual se firma parte essencial, mas não como o todo constitutivo da investigação.

Em *Analysing discourse: textual analysis for social research* (2003), Fairclough, ao agregar as noções de *metafunções de linguagem* da LSF à investigação de discursos e ideologias, propõe uma pesquisa que privilegie três significações: a *representacional*, a *acional* e a *identificacional*. Essas correspondem às práticas discursivas e, respectivamente, aos modos de representar, agir e ser das esferas de produção e recepção de discurso.

O *significado acional* observa o texto como modo de interação em eventos sociais; o *representacional* enfatiza a reprodução de aspectos do mundo físico, mental e social; e o *identificacional* atenta para a construção e para a negociação de identidades no discurso.

É tratando da significação *acional* que Fairclough (2003) volta-se para o estudo das orações e se dedica à percepção das relações de sentido (lógico-semânticas) construídas entre as unidades paratáticas e hipotáticas de um texto. Preocupando-se com “a lógica explicativa versus a lógica aparente”, o analista britânico observa como as configurações textuais aparam *legitimações* discursivas dispostas além da “superfície”³⁷.

Essas, empregadas comumente em discursos políticos e econômicos do atual contexto capitalista, remetem-se a uma estrutura de significação “profunda” sustentadora de representações hierárquicas; propósitos, identidades e ações previamente planejadas, as quais podem se traduzir ou viabilizar segregações, exclusões e intervenções promovidas em nome da estabilidade, da segurança ou até mesmo da dignidade da pessoa humana.

Referindo-se à significação *acional*, a partir dos trabalhos de Van Leeuwen e Wodak (1999), Fairclough (2003, p.98) elenca 4 tipos de *legitimação* a serem percebidas em uma unidade particular. São elas: a *autorização*, a *racionalização*, a *avaliação moral* e a *mythopoesis*. A primeira diz respeito às referências a tradições de autoridade, costumes, leis e registros institucionalizados.

³⁷ FAIRCLOUGH, 2003, p. 87-88.

A segunda, às ações de ordem cognitiva, racionalizadas, as quais abrangem conhecimento e percepções para utilidade social. A terceira remete-se aos sistemas de valores vigentes (*solidarizados*) em uma coletividade. E a última corresponde às estratégias narrativas para convencimento e persuasão.

Van Leeuwen (2008) esclarece que essas formas de *legitimação* podem ocorrer separadamente ou em combinação. Elas podem ser evidenciadas em construções que são avaliações diretas, dispostas ao longo de um texto, ou, ainda, em descrições ou prescrições indiretas e/ou pontuais.

Considerando o nosso intuito de entender o que as fontes proferem sobre as situações-problemas expostas em notícias, nessa tese, essas classificações, trabalhadas mais diretamente em *Discourse and practice* (2008), serão retomadas, ao longo das análises, considerando suas possíveis variações e os papéis (desempenhos) dos *atores sociais* dispostos em textos.

Por fim, antes de tratarmos do modelo tridimensional, entendemos ser necessária a ratificação da noção de *discurso* como a própria linguagem em uso, como o modo de ação e de representação, relacionada, portanto, à forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros.³⁸

Adeptos a tal perspectiva, corroboramos a ideia de que somente é possível um entendimento real dos efeitos de um *discurso* a partir da investigação do contexto social. Ou seja: se houver a observação de perto do que acontece quando pessoas falam ou escrevem.

A seguir, apresentamos, em 1.3.1., o modelo admitido pela TSD e o desenvolvimento dessa proposta voltada para análise *intertextual* e *interdiscursiva* de tradições micro e macrossociológicas.

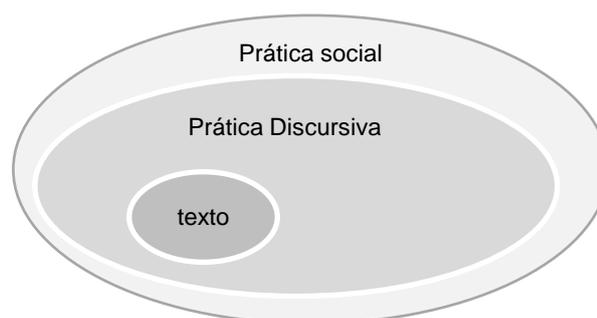
³⁸ Fairclough (1992, p.90) explica que o discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, a qual constitui e constrói o mundo em significado.

1.3.1 Texto, prática discursiva e prática social

Conforme abordamos, a ACD desenvolvida por Fairclough propõe que cada *evento discursivo* seja analisado sob três ângulos ou dimensões que se completam: *texto*, *prática discursiva* e *prática social*.

Tal modelo propicia ao investigador, no momento da análise, o contato com a descrição, interpretação e explicação do evento selecionado. Conforme mostra a Figura 3, a *prática discursiva* (produzir, distribuir e consumir textos) é uma forma de *prática social*, mas nem toda *prática social* (algo que as pessoas fazem) é uma *prática discursiva*.

Figura 3: Concepção tridimensional do discurso



Fonte: Fairclough (1992, p.101)

A análise do *evento discursivo* como *texto* privilegia a descrição dos elementos linguísticos, incluindo o léxico, as opções gramaticais, coesão e outras estruturas. Nessa perspectiva, a *prática discursiva* propiciaria a identificação e análise de processos sociocognitivos relacionados a ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares nas diferentes *práticas sociais* realizadas pelos atores.

Segundo Fairclough (1992), a *prática discursiva* pode focalizar a recepção e interpretação realizada pelos leitores, buscando discutir a coerência, construções de sentido, as intenções ou força ilocucionária pertinentes e, ainda, explorar as diferentes vozes e posicionamentos ideológicos, voltando-se, assim, para percepções de caracteres de *intertextualidade* e de *interdiscursividade*.

Para propor investigações marcadas pela observação da *intertextualidade*, Fairclough (1992) retoma essa noção a partir dos estudos de Bakhtin (1981, 1986) e Kristeva (1986). O analista resgata que, para o pensador russo, todos os enunciados, sejam na forma oral ou escrita, seja em uma conversa informal ou em um artigo científico, são demarcados por alternâncias entre os seres interactantes e orientados por manifestações de falantes anteriores.

De *Marxismo e filosofia da linguagem* (1986), Fairclough (1992, p.134) valida as discussões sobre graus de alteridade, de consciência e afastamento, além das variáveis desses graus, dispostas em expressões de valores, as quais assimilamos, trabalhamos e reacentuamos, através de práticas representativas, dialógicas e polifônicas.

Em empenho transdisciplinar, o propositor da ACD compõe diálogo entre as percepções bakhtinianas e as noções sobre *luta hegemônica* de Gramsci. Fairclough defende que o estudo da *intertextualidade* pode auxiliar no mapeamento de particularidades hegemônicas e dos processos de contestação e reestruturação de ordens discursivas³⁹.

Sobre as percepções da filósofa búlgaro-francesa, Kristeva (1986), a ACD faz uso da perspectiva que entende os processos intertextuais como a inserção da história (sociedade) em um texto e deste texto na história.

As projeções histórico-sociais em unidades linguísticas diriam a respeito ao controle que uma *prática particular* pode exercer sobre uma outra, sobre os textos subsequentes. E as inserções de textos na história corresponderiam às respostas, modalizações ou ratificações de práticas passadas, as quais podem ou não gerar mudanças e reestruturação de hierarquias macrossociais.

Para tratar da *interdiscursividade*, o analista britânico faz resgate, em um primeiro momento, das proposições iniciais de Pêcheux, filósofo francês e propositor da Análise do Discurso. Fairclough (1992, p.52) retoma a noção de *formação discursiva* (FD)⁴⁰ - aquilo que em uma

³⁹ FAIRCLOUGH, 1992, p.135.

⁴⁰ Conforme registra Charaudeau e Maingueneau (2006, p.240-241), a noção de formação discursiva (FD) foi introduzida por Foucault e reformulada por Pêcheux no quadro da análise do discurso e, em função dessa dupla origem, tal noção conserva certa instabilidade. Na perspectiva foucaultiana, a FD está associada a sistemas de regras historicamente determinadas. Nos estudos do Pêcheux, a FD diz respeito às posições políticas e ideológicas, marcadas por antagonismos, alianças ou formas dominação.

determinada formação ideológica determina o que pode e deve ser dito - e percebe a subjetividade da construção de sentido, associada ao posicionamento do sujeito-falante.

Também validando a noção de FD sob a ótica de Foucault, Fairclough (1992) valida conceito althusseriano de *aparelhos ideológicos do estado* (AIEs). Nesse, o sujeito, sob a crença de ideais de liberdade, é identificado como ser submetido, diariamente, às formas de dominação ideológica do estado, as quais, efetivadas, viabilizam a reprodução de comportamentos, valores e crenças de dominação.

Sobre isso, Fairclough (1992, p.51-53) expõe que

a fonte principal da abordagem de Pêcheux na teoria social foi a teoria marxista de ideologia de Althusser (1971). Althusser enfatiza a autonomia relativa da ideologia da base econômica e a contribuição significativa da ideologia para a reprodução ou transformação das relações econômicas. Ele também argumentou que, longe de ser meramente ideias descorporificadas, a ideologia ocorre em formas materiais. [...] As FDs são posicionadas em complexos de FDs relacionadas referidas como interdiscurso, e os sentidos específicos de uma FD são determinados “de fora” por sua relação com outras no interdiscurso. O estado particular do interdiscurso em um momento particular (quais as FDs nele contidas e quais suas relações) depende do estado da luta ideológica em um AIE.

É após traçar esse percurso sobre a AD e seus diálogos com a filosofia foucaultiana e as noções marxistas de Althusser, que Fairclough (1992) defende a relevância do desenvolvimento de investigações *interdiscursivas*, preocupadas com as constituições dos textos e com as convenções sociais abarcadas nesses⁴¹.

Assim, a partir de preocupações sobre delineamentos de gêneros de discursos, discursos, estilos e tipos de atividade, firma-se uma AD crítica que privilegia as *práticas particulares*, unidades de textos por exemplo, e suas respectivas *práticas discursivas*, procurando entender como aparatos ideológicos de hierarquias se projetam nos eventos protagonizados pelos falantes.

Nesse contexto, constituem-se diálogos entre tradições linguísticas e a análise etnometodológica para uma análise textual e discursiva, voltada para aspectos sociais ligados a formações ideológicas e formas de hegemonia.

⁴¹ FAIRCLOUGH, 1992, p.29.

Efetiva-se, assim, uma análise micro e macrosociológica, com características interpretativas, voltada para a identificação de circunstâncias institucionais e organizacionais do *evento discursivo* e para a percepção de maneiras, estratégias, que moldam a natureza de uma *prática discursiva*.

De maneira didática, em artigo sobre mercantilização do discurso público, trabalho traduzido em 2001, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Fairclough disponibiliza, em quadro, um resumo com as noções básicas da TSD.

Tal sumarização, Quadro 6, está disposta abaixo. Além desse espaço de apresentação de modelos e teorias, essas noções são, constantemente, retomadas ao decorrer de nossas reflexões e análises.

Quadro 6: Noções-base da TSD

(1) Discurso (substantivo abstrato)	Uso da linguagem concebido como prática social
(2) Evento Discursivo	Instância do uso da linguagem, analisada como <i>texto, prática discursiva e prática social</i> .
(3) Texto	A linguagem escrita ou falada produzida num evento discursivo.
(4) Prática Discursiva	A produção, a distribuição e consumo de texto.
(5) Interdiscursividade	A constituição de um texto a partir de discursos e gêneros diversos.
(6) Discurso (substantivo comum)	Modo de significar a experiência, a partir de uma perspectiva particular.
(7) Gênero	Uso da linguagem associado a uma atividade social particular.
(8) Ordem de discurso	Totalidade das práticas discursivas de uma instituição e as relações entre elas.

Fonte: Fairclough (2001, p.71) ⁴²

⁴² Em artigo intitulado “A análise crítica do discurso e a mercantilização do discurso político”, publicado em *Reflexões sobre análise crítica do discurso* (2001), tradução da prof^a Célia Magalhães da UFMG.

Dando sequência a essa investigação, o capítulo 2, a seguir, trata, num primeiro momento, da *práxis* jornalística, das trajetórias e teorias da construção da notícia. Posteriormente, voltamos para o entendimento do boato como fenômeno sociolinguístico e para a propagação desse no universo das bolsas de valores e demais instituições financeiras.

2 VERDADES & BOATOS em tese

2.1 Notícia *versus* verdade

Disposto a delinear o trajeto do jornalismo-notícia em seus estudos, Nelson Traquina (2005) se volta para o processo de consolidação das repúblicas ocidentais do século XIX; momento em que, segundo esse autor, ocorreram: a industrialização da imprensa, a instauração do mito do “quarto poder” e a adesão de jornalistas a uma *práxis* voltada para a publicação da veracidade dos fatos e não de opiniões.

Professor de sociologia da Universidade Nova de Lisboa (UNL), Traquina (2005) trata da mídia-informativa a partir de dois polos: o “econômico-comercial” e o “ideológico-intelectual”. Ou seja, trata da informação como mercadoria ou negócio lucrativo; ou como serviço público, alimento aos cidadãos carentes; necessitados de apoio e orientação para o exercício de deveres e direitos garantidos pelo processo de institucionalização do estado democrático.

Em meio a essa dualidade, esse sociólogo discute a construção do *ethos* jornalístico, a partir dos princípios e conceitos defendidos pela própria proposta republicana que tem, na Europa, a Revolução Francesa (1789-1799) como marco histórico delineador.

Traquina (2005, p. 126) afirma que, no contexto da teoria democrática, o jornalismo, inicialmente, é identificado apenas como imprensa. Essa deveria ser um veículo de informação para equipar os cidadãos com as ferramentas virais ao exercício dos seus direitos.

Nesse aspecto, é possível perceber que o elo entre a imprensa, a opinião pública e as instituições governamentais, ainda vigente no séc. XXI, se trata de uma engrenagem histórica cuidadosamente constituída.

Concernente a essa investigação discursiva, entendemos que esse *ethos* apontado por Traquina e a engrenagem, por nós metaforizada, se legitimam a partir da crença em um sujeito noticiador, percebido pela sua respectiva comunidade interpretativa como o agente social

desprovido de ambições particulares, que forneceria à opinião pública a constante vigilância na defesa de ideais de justiça e igualdade.

A partir da TSC, consideramos que essa imagem quase heroica do jornalista e da própria imprensa é resultado de processos ideológicos como o de *legitimação* e o de *unificação* de identidades; os quais competem à padronização de símbolo de identificação coletiva e às ações ponderadas como dignas de apoio.

Considerando a ótica marxista de Althusser, a atividade de imprensa evidenciaria, assim, formas de controle, expressões do *aparelho ideológico do estado*, exercidas sobre crenças de ideais de liberdade. O despertar de consciência em relação a tais formas de subjugo ou dominação resultaria em ações de resistência ou *solidariedade*, mais ou menos hierarquizadas, conforme defende a Semiótica Social australiana.

Nos dias de hoje, seja em rádio, televisão ou “internet”, as imagens construídas em torno das publicações informativas dispensadas por esses meios de divulgação ou suportes ainda estão atreladas à influência do aparato ideológico da teoria democrática do séc. XIX.

Assim, a notícia é um produto, comumente, associado a valores como a imparcialidade e a objetividade, virtudes dispostas além da qualidade textual, as quais traduzem clareza, transparência e coerência, inclusive ética e profissional.

Para os que sustentam esses princípios, a subjetividade é discriminada como a face oposta, o *versus* da moeda, o fator que distancia e prejudica a construção da verdade e que, por isso, deve ser disposto à margem, ser evitado, durante o processo de criação da notícia.

No cerne desse complexo ideológico, está a percepção de que a verdade tem teor absoluto e, portanto, deve ser livre de relativismos, pontos de vista ou de opiniões. Traquina (2005, p.139) relata que, por volta de 1930, historiadores e profissionais da área, como Schudson e Tuchman, colocaram em xeque, questionaram de forma mais organizada e contundente, essa suposta e defendida negação da subjetividade, a propagação da notícia pura e a existência de um jornalismo-verdade.

Tuchman (1972), por exemplo, defende a difusão de versões dos fatos. Assim, os jornalistas não teriam que assumir os papéis de juízes e nem seriam os agentes responsáveis por noticiar a história final: a suposta tradução real e autêntica de um episódio.

Caberia, então, aos profissionais da imprensa, demonstrar, ceder espaço, para as diferentes versões de uma mesma ocorrência. De forma didática, Traquina (2005, p.139), retomando os trabalhos de Tuchman, explica que nesse tipo de *práxis* “os jornalistas veriam, por exemplo, a afirmação ‘A disse X’ como um ‘fato’, mesmo que ‘X’ seja falso.”

Nesse percurso, o sujeito que contempla a notícia seria convidado a fazer a sua própria leitura. Caberia a esse, de certa forma, averiguar os dois lados da história, incluindo os depoimentos e os discursos proferidos através da informação. Nessa proposta de jornalismo, a fonte é o *agente social* que sustenta e legitima o trabalho do noticiador.

Sobre isso, Traquina (2005, p.140) observa:

Mesmo que um jornalista não consiga por si só confirmar a veracidade da afirmação da Fonte A, ele ou ela pode perguntar à Fonte B a sua posição. Ao apresentar tanto a versão da Fonte A, quanto da Fonte B, o jornalista pode, então, reivindicar que foi objetivo porque apresentou os dois lados da questão, sem favorecer qualquer indivíduo ou partido.

“Deixar os fatos falarem” é um jargão comum do universo da mídia-informativa. Numa perspectiva semiótica, a partir dele, supostamente, o sujeito produtor da notícia, detentor do poder, da informação, mantém seu *status* hierárquico, se afastando e evitando um confronto direto com o seu leitor.

Ou seja: o profissional transfere a responsabilidade de julgar ou legitimar verdades ao consumidor da notícia. Esse se solidariza, omite, apoia ou resiste à veiculação de informações que podem ser, como no caso dessa pesquisa, meras especulações travestidas de fato concreto ou de verdade.

A seguir, no item 2.1.2, expomos essa e outras diferentes perspectivas dos estudos jornalísticos. Mencionamos a Teoria do Espelho, arraigada nos princípios democráticos do séc. XIX, a Teoria Organizacional e a de Ações Políticas, as quais se voltam para os contratos

hierárquicos dos agentes produtores e promotores da informação. E ainda: as teorias de ordem construtivista e as de base estruturalista, as quais, respectivamente, resgatam a importância das versões e de papéis dos definidores primários.

2.1.2 Sobre espelhos e verdades: teorias do jornalismo-notícia

Segundo Traquina (2005, p.146), a Teoria do Espelho designa uma produção jornalística desinteressada, exercida por um profissional que tem um certo poder mítico em suas mãos e tem suas ações permeadas de moral social e ética profissional.

Esse agente da comunicação, supostamente, evidencia um “contrapoder” e peleja em prol da idoneidade, lisura e organização do Estado e do cidadão. Ele faz isso de forma legítima, reconhecida, a partir da credibilidade que lhe foi, historicamente, instituída.

Esse voto de confiança do leitor está atrelado à crença de que as notícias refletem ou espelham a realidade. Nessa linha ideológica, os jornalistas seriam seres imparciais que, devido ao respeito às normas profissionais, assegurariam o trabalho de recolher a informação e de relatar os fatos, sendo, assim, simples mediadores responsáveis pela reprodução do acontecimento em corpo de texto: a notícia.

Validado tal código de conduta, a Teoria do Espelho defende que a violação e a mentira não teriam espaço na imprensa; já que o vigorar de tais corrupções descaracterizariam a própria ação de referência e o objetivo central do jornalismo: o de informar.

Portanto, o que se teria no final de um relato burlesco seria uma história ficcional; e não uma reportagem, um artigo ou uma notícia. Ingênuo, tal teoria positivista será amplamente questionada, ainda nos meados do século XIX, por outras teorias recentes, mais engajadas, como a Teoria Organizacional e as de Ação Política.

Traquina (2005, p.152) relata que a Teoria Organizacional foi impulsionada por Warren Breed, sociólogo da Universidade de Columbia nos EUA, em artigo publicado no periódico *Forças sociais*. Tal proposição discute o papel do jornalista, o exercício da profissão, a

autoridade institucional e as suas respectivas sanções. Nos estudos organizacionais, o *ethos* profissional construído se distancia da imagem do sujeito vigilante e justiceiro delineado na Teoria do Espelho.

Publicados em 1955 e reeditados em 1993, os textos de Breed descrevem um jornalista que tem sentimentos de obrigação e estima para com os superiores e apresenta aspirações de mobilidade. Esse profissional tem suas peças alteradas pelos editores e trabalha, normalmente, sob pressão. Nesse contexto, as fontes são contatos relacionais. Elas podem ser próximas, íntimas e, portanto, participativas, ou distantes, sem interesse direto ou indireto nos fatos a serem divulgados.

Para a Teoria Organizacional, o jornalismo é visto como um negócio. As mídias são compostas por empresas que enfrentam, mais cedo ou mais tarde, o que Traquina (2005, p.158) cita como “balanço econômico final”. Ou seja: a comparação entre custos e receitas.

Assim, o espaço ocupado pela publicidade surge como peça fundamental para a sobrevivência de tal mídia. Nessa linha de observação, tanto o jornalista quanto o trabalho dele, a notícia produzida, dependem de recursos financeiros da esfera capitalista privada para, então, se projetarem para a instância pública, para o ouvinte ou o leitor.

A partir dessa visão teórica, a notícia é um produto perecível, que deve chegar ao cliente rapidamente para ser utilizada. Sobre isso, Traquina (2005, p.160) considera:

uma idéia muito propagada nas sedes das agências de notícias é que a notícia que chega primeiro será a primeira a ser utilizada durante todo o ciclo de notícias sobre esse acontecimento. [...] Assim, a dimensão econômica poderá igualmente enfatizar a dinâmica da concorrência entre as empresas jornalísticas, nomeadamente na luta pelo furo jornalístico.

Mais tarde, já nas décadas de 60 e 70, explorando os trabalhos de teóricos e sociólogos como Barthes (1977) e Hall (1977, 1978), os estudos do jornalismo debruçaram-se sobre as teorias de Ações Políticas; as quais buscavam priorizar e entender as implicações políticas e sociais das atividades relacionadas às de informação.

Nesse novo contexto, os pontos fundamentais enfatizados estão: o papel determinante dos proprietários dos meios de comunicação e a ligação estreita entre esses e as classes capitalistas, mais especificamente as elites dirigentes e os produtores patrocinadores das práticas midiáticas⁴³.

Assim, entre os focos de discussão dessa etapa, firmam-se: o acordo entre personalidades, a defesa de padrões sociais de conduta e de comportamento e a oferta do produto jornalístico de interesse. Ou seja: está em jogo a propagação de notícias e reportagens capazes de legitimar *status* de poder, alvitados a partir das versões de um mesmo episódio, conceitos, classificações e hierarquias das quais participam, inclusive, os próprios donos ou proprietários dos veículos de informação.

Segundo Traquina (2005, p.168), as teorias de Ações Políticas precedem às de base construcionista. Essas, por sua vez, sustentam que as notícias não traduzem, mas ajudam e contribuem para a construção da realidade. Para tal proposição, as produções da mídia-informativa tratam-se de meras representações de acontecimentos.

Teóricos construcionistas como Halloran e Tuchman defendem que a própria linguagem é múltipla e não pode funcionar como organização transmissora, ou tradutora, direta de significado ou de eventos. Nessa perspectiva, a construção de uma linguagem neutra é uma ambição utópica, inatingível, já que a subjetividade é coerentemente entendida como caractere inerente a todo e qualquer sujeito falante.

Sobre o entendimento da notícia como constituinte elaborado para a construção da realidade, Traquina (2005, p.174) menciona os trabalhos de Carey (1986). E afirma:

na perspectiva do paradigma construtivista, embora sendo índice do “real”, as notícias registram as formas literárias e as narrativas utilizadas para enquadrar o acontecimento. A pirâmide invertida, a ênfase dada à resposta, às perguntas aparentemente simples: quem? o quê? onde? quando? a necessidade selecionar, lecionar, excluir, acentuar diferentes aspectos do acontecimento, constrói o acontecimento e constrói a realidade.

Ainda nos anos 70, as teorias estruturalistas de Chomsky e de Herman redirecionam, mais uma vez, o estudo do jornalismo de informação à investigação das fontes, os “definidores

⁴³ TRAQUINA, 2005, p.165.

primários”. Esses são discriminados, agora, como os “empoderados” e são encarados de uma forma “atemporal” e “imutável”; pois são determinadores de uma suposta relação forte e “unilateral” com os jornalistas⁴⁴.

Em suma, entendemos que esses estudos são fundamentais para as investigações contemporâneas que preconizam e denunciam um jornalismo submetido a uma rede de interesses que tem, entre seus atores, as fontes oficiais, agentes que, ao se pronunciarem, além de concederem credibilidade à notícia, reivindicam e expressam ideais dominantes co-sustentadores de capital cultural e ambições de grupos políticos e econômicos hegemônicos, entre os quais integra e se destaca a própria mídia-informativa.

Em 2.1.3 e 2.1.4, voltamo-nos para a observação das fontes, os colaboradores do fazer-jornalístico. Tratamos dos critérios comumente utilizados para a seleção dos contatos, dos aspectos a fiabilidade (*autoridade, produtividade e credibilidade*) e, ainda, dos níveis de identificação, ordem de classificação usada a partir dos interesses e relações assumidas pelo jornalista em acordo com os demais agentes da informação.

2.1.3 O papel da Fonte

Segundo Traquina (2005, p.190), a lógica por detrás da colocação da rede noticiosa pressupõe três evidências. A primeira diz respeito à seriedade que existe na relação entre jornalistas e suas respectivas fontes. A segunda se remete ao investimento feito no cultivo ou à permanência dessas fontes; e a terceira corresponde aos critérios de avaliação que os membros da comunidade jornalística utilizam na interação com os seus depoentes.

Em relação à seleção dos contatos, tal sociólogo português observa que qualquer pessoa pode ser uma fonte de informação. Ou seja: a fonte pode ser um “expert” ou especialista no tema-central tratado por um repórter, ou pode ser uma pessoa comum, com conhecimento ou não de um assunto ou proposta. Ela pode ser envolvida, conhecedora ou, ainda, testemunha ocular de um evento ou ação.

⁴⁴ TRAQUINA, 2005, p.180.

Traquina (2005, p.191-192) declara que um dos aspectos fundamentais do trabalho jornalístico é avaliar e cultivar essas fontes. Nessa perspectiva, para a seleção dos contatos, o profissional considera, dentre outros aspectos, a fiabilidade da informação; mais especificamente os critérios *autoridade*, *produtividade* e *credibilidade*.

A *autoridade* da fonte diz respeito à carga e ao teor de responsabilidade atribuídos ao produtor da notícia: o jornalista. Ao preferir atrelar a informação à fonte, através de alusão, menção indireta ou citação, a esfera produtora do discurso delega autoridade ou reconhece o *status* de superioridade da instância, principalmente oficial, consultada.

Nesse contexto, o jornalista pode utilizar a fonte mais pelo que essa é e não pelo que essa sabe. O professor da UNL observa que a maioria das pessoas acredita na autoridade de posição instituída. Assim, quanto mais prestigiosos forem os títulos ou a posição do indivíduo que concede a informação, maior será a confiança das pessoas nas suas declarações. Esse fenômeno é chamado de “hierarquia da credibilidade”.

A *produtividade* é outro critério de avaliação de fontes. Traquina (2005, p.192) afirma que essa diz respeito às razões pelas quais, normalmente, prevalecem as fontes institucionais. Segundo o pesquisador, esse tipo de contato fornece materiais suficientes para se fazer a notícia, permitindo que os jornalistas não tenham de recorrer a demasiadas outras instâncias para obterem os dados ou os elementos de criação necessários.

A *produtividade* associa-se não só à quantidade e à qualidade de materiais que uma fonte é capaz de fornecer, mas aos prazos a serem cumpridos pelo profissional e aos custos comuns à elaboração de uma matéria.

O fator *credibilidade*, por sua vez, está ligado à avaliação tanto do teor da informação, quanto do sujeito, indivíduo habilitado a falar, a pronunciar, sobre determinado assunto ou pauta. Na nossa interpretação, Traquina (2005, p. 192) entende que fontes dominadoras de *modos semióticos* inspiradores de segurança e de alta convicção exigem um menor controle do jornalista. Assim, esse pode credibilizar e veicular a informação sem edições significativas.

Esses contatos, em especial, são considerados preciosos, são guardados em um rol de membros de colaboradores que têm boas probabilidades de serem reutilizados, até se transformarem em fontes regulares ou oficiais.

Ainda considerando os estudos da semiótica australiana, preferimos entender que, por traduzirem e representarem valores hegemônicos, por terem maior projeção como intermediadores de regras de *complexos logonômicos*, as fontes regulares ou oficiais concentram maior poder e, dessa maneira, encontram alta adesão, ações de *solidariedade*, e baixa resistência.

Em publicação conjunta, Bennett, Gressett e Haltom (1985, p.1-2), teóricos da comunicação, também tratam dessa relação simbólica, supostamente mutualística, entre as fontes e os jornalistas. Esses pesquisadores identificam os benefícios que ações de troca são capazes de propiciar aos diferentes sujeitos envolvidos dentro e fora de elaboração de uma matéria.

Para um sujeito jornalista, os benefícios seriam: eficácia, maior estabilidade no trabalho e autoridade capaz de validar sua matéria. Já para um sujeito fonte, as tais benesses seriam: publicação dos seus atos, projeção social e reforço de legitimidade.

As hierarquias pertinentes aos jornalistas, as fontes e as informações também são tema de discussão nos trabalhos de Schlesinger (1978). Esse autor ratifica que as fontes não são todas iguais ou igualmente relevantes, assim como o acesso a elas e aos jornalistas não está uniformemente distribuído.

O “empoderamento” dos sujeitos atuantes na esfera da construção de notícias também é objeto de estudo do sociólogo norte-americano Hebert J. Gans (1979, p.81). Para ele,

na realidade, fontes, jornalistas e público coexistem dentro de um sistema que se assemelha mais ao jogo da corda do que a um organismo funcional inter-relacionado. No entanto, os jogos da corda são decididos pela força; e as notícias são, entre outras coisas, o exercício do poder sobre a interpretação da realidade.

Sistematizados, tais estudos e percursos nos levam a refletir sobre o domínio, as influências do jornalismo, e dos jornalistas, e sobre o reconhecimento das práticas e responsabilidades dos sujeitos envolvidos nas produções da mídia-informativa.

Nesse contexto, persiste, para teóricos como Traquina, o temor da redução da notícia a uma simples mercadoria e a negação dos ideais nobres do jornalismo, como a transparência e a idoneidade, que, embora sejam sim românticos, apontam para uma *práxis* pautada pela ética, a qual ainda fornece, como assume esse pesquisador lusitano, “uma manta de legitimidade ao negócio”.⁴⁵

2.1.4 Identificação e anonimato das Fontes

Em *Elementos de jornalismo impresso* (2001), o professor da Universidade Fernando Pessoa, Jorge Pedro Sousa, também trata da trajetória do jornalismo no ocidente, destacando os critérios da noticiabilidade e o uso das fontes da informação. Concernente a essas, o pesquisador retoma a ideia de que qualquer entidade possuidora de dados susceptíveis de serem usados, no exercício de um profissional, pode ser considerada uma fonte de informação.

Adentrando os caminhos da *práxis* jornalística e os percursos a serem considerados no tratamento de fatos, Sousa (2001, p.63) ratifica que as fontes humanas devem ser escolhidas pela sua qualificação, para falar sobre algum assunto, competência e credibilidade.

O professor ainda defende que, frequentemente, o jornalista está (ou deveria estar) tão ou mais interessado na informação não dita pela fonte. Segundo ele, se for competente, o profissional procurará fugir do significado inicial que um contato oferece para, enfim, encontrar outros significados relevantes. Ou seja: “cabe ao profissional saber aproveitar as informações que a fonte lhe dá para assim encontrar as informações que a fonte lhe sugere”.⁴⁶

No que diz respeito aos níveis de identificação desses colaboradores, Sousa (2001, p. 67-68) propõe uma ordem de classificação que, para ele, é (ou deveria ser) eticamente usada, a partir dos interesses e relações assumidas pelo noticiador. Esses níveis correspondem às formas de *atribuição direta para publicação*, de *atribuição com reserva*, de *atribuição com reserva total* e à forma para preservação plena de identidades, a de *confidência total*.

⁴⁵ TRAQUINA, 2005, p.207.

⁴⁶ SOUSA, 2001, p.67.

Na *atribuição direta* para publicação, a fonte é identificada e o que ela profere pode ser objeto de enunciação jornalística. Tal nível corresponde à prática comum e caberia ser usado, quando o colaborador não pede confidencialidade.

Ao optar por uma fonte que não quer ser totalmente identificada, o profissional pode recorrer, então, à *atribuição com reserva*. Nessa, algumas pistas superficiais sobre o informante são discriminadas pelo construtor da notícia. Sousa (2001, p.66) expõe exemplos práticos desse nível, citando formas nominais comumente empregadas como: “fonte próxima do presidente da República”, “um vereador”, “um dos participantes da reunião”.

Ao fazer utilização de uma fonte que corresponde à *atribuição com reserva total*, o jornalista não identifica o informante nem o meio em que esse se movimenta, embora as informações fornecidas pelo sujeito consultado possam ser difundidas.

São exemplos de tal nível de identificação, as seguintes expressões nominais: "fonte bem colocada", "fonte bem informada", "fonte autorizada", dentre outras. Construções oracionais como “sabe-se” e “segundo julgamos saber” também são formas de *atribuição com reserva total*.⁴⁷

Por fim, a fonte pode ser consultada em *confidência total*. Nesse caso, ela não será identificada e a informação fornecida não pode ser divulgada. Contudo, para Sousa (2001, p.68), os dados obtidos nessas circunstâncias auxiliam, de forma eficaz, o trabalho do noticiador. Quando solicitado a manter o sigilo, “off”, o profissional pode tentar obter, junto de outra fonte, a confirmação ou o desmentido da informação original.

Incentivados a tratar do jornalismo e da produção da notícia como representações de interesse capitalista, associadas a grupos de interesses político-econômicos e projeções de cunho particularistas, a seguir, em 2.1.5, focamos o caráter mercadológico da informação, a partir dos estudos do professor Marcondes-Filho.

⁴⁷ SOUSA, 2001, p.67.

2.1.5 Marcondes-Filho (1986) e o caráter mercadológico da informação

A partir de uma perspectiva marxista, ao tratar da notícia como capital, Marcondes-Filho (1986) defende que o jornalismo, via de regra, atua concomitantemente com grandes forças sociais e econômicas. Assim, como atividade, ele é a voz de conglomerados econômicos ou de grupos políticos que querem dar lastro de objetividade às suas opiniões particularistas.

Esse professor da Universidade de São Paulo (USP) explicita que até mesmo as apregoações sobre a imprensa livre e representativa de todos os setores da sociedade são difundidas não pelos grupos de dominados, mas pelos próprios detentores do poder, na medida em que se sentem ameaçados em suas práticas monopolistas ou por ações de resistência e de confronto de grupos adversários.

Nesse sentido, a notícia é a informação transformada em mercadoria com todos os seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais. Ou seja: é um produto que sofre tratamento de adaptação mercadológica através de modos ideológicos operacionais como a generalização, a padronização, a simplificação e a negação do subjetivismo.⁴⁸

Marcondes-Filho (1986, p.39-48) expõe formas de encobrimento e falseamento de dados em meio à *praxis* jornalística. Em um primeiro momento, o autor se preocupa em definir a “manipulação” como fenômeno que trata do tratamento dado à informação, antes dessa chegar à instância receptora, o qual viabilizaria, segundo ele, a alteração sensível do caráter e do efeito da notícia.

Explicitando as estratégias de manipulação, falseamento e encobrimento de notícias, Marcondes-Filho (1986, p.39-40) caracteriza três formas de censura de pensamento. São elas: a visão fragmentada e personalizada dos processos sociais, o uso da técnica e da linguística e a sonegação das informações “indesejáveis”.

A fragmentação da realidade em partes estanques repercute no caráter da veiculação noticiosa. Essas produções ideologicamente segmentadas também propiciam a construção de

⁴⁸ MARCONDES-FILHO, 1986, p.10-11.

mentalidades diluídas, difusas, que veem o contexto social, a realidade, sob uma perspectiva desordenada.

Marcondes-Filho (1986, p.41) defende que

para a mentalidade fragmentada, a fragmentação noticiosa cai como uma luva. Os processos fragmentados de transmissão noticiosa quebram a lógica dos fatos entre si; estes são tomados no seu aparecimento imediato e perde-se a dimensão de uma totalidade que os subsuma e os explique. [...] A produção fragmentada de notícias, assim, é uma técnica também mercadológica. Opera-se, nesse caso, a desvinculação da notícia de seu fundo histórico-social, e, como um dado solto, independente, ela é colocada no mercado da informação.

Assim, a compartimentalização de uma história e o reducionismo dessa firma-se como técnica manipulativa de operação jornalística. Ela mantém os leitores incapazes de processar, de refletir sobre a visão conjunta dos processos sociais, sobre os seus entrelaçamentos e suas interdependências.

Privados de informações, esses sujeitos-leitores compõem julgamentos a partir de um amontoado que, em última análise, traduz os valores, objetivos e *status* (estilos e representações) de grandes grupos empoderados.

No que diz respeito à personificação dos processos sociais, Marcondes-Filho (1986, p.42) afirma que essa está ligada aos mecanismos de intimização de questões públicas, à “bagatelização” dos fatos e ao culto à personalidade.

Diferentemente da técnica de fragmentação da notícia, a qual se traduz em estratégia mercadológica que visa dividir para vender, a personalização dos fatos sociais associa-se à explicação histórica, versão (narração interessada) da classe dominante.

Em relação ao uso da linguagem e da técnica, o professor da USP observa que o emprego de formas linguísticas anônimas, como “fontes bem-informadas” ou “porta-voz oficial”, da forma passiva neutralizante e do tempo condicional operam no sentido de favorecer ações de *solidariedade* e o comportamento receptivo⁴⁹.

⁴⁹ MARCONDES-FILHO, 1986, p.48.

Da mesma forma, embora capazes de gerar um ar de credibilidade, os tecnicismos e o uso de gráficos, tabelas ou sistemas de signos distanciados da nossa sociedade logocêntrica, também podem dificultar a interpretação ou a compreensão de uma sequência de fatos ou episódios.

É importante afirmarmos que essas três formas de censura de pensamento listadas pelo professor Marcondes-Filho não são exclusivas da atividade jornalística. Elas se diluem, segundo ele, no discurso dominante da sociedade como formas de subverter uma realidade (ou versão), de adaptá-la a interesses de classe, de rearranjá-la, segundo conveniências capitalistas hierarquizantes.

Tendo cumprido a observação de elementos do jornalismo, seus contextos e materialidades, o nosso foco de atenção em 2.2 e 2.2.1 é o boato. Esse é vislumbrado, primeiramente, no campo de produção da notícia e, num segundo momento, no mercado de valores mobiliários. Nesse empenho, são validados os trabalhos de Iasbeck (2000) e Müller (2005).

2.2 Sobre o boato: a suposta versão não-autorizada da notícia

Para o semiótico, o professor Luiz Carlos A. Iasbeck, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), boatos, especulações, rumores e falatórios tratam-se de manifestações de linguagem sociais não-autorizadas. Consideradas sedutoras e lascivas, essas informações atingem a coletividade como notícia dita subversiva, verossimilhante, que parodia, deturpa ou desconstrói valores, representações, episódios ou, até mesmo, identidades.

Iasbeck (2000, p.11) afirma que os boatos mantêm o interesse e a motivação de seus interlocutores, enquanto não há dados, fatos ou evidências que questionem o seu teor informativo. Entretanto, quando isso acontece, quando é revelado o mistério ou reconhecida uma versão oficial acerca de um episódio esperado ou acontecido, o boato perde o poder e, conseqüentemente, o encantamento.

Na nossa pesquisa, o fator que declina a informação falsa são os comunicados ao mercado. Esses são proferidos pelas empresas reclamantes, as economicamente prejudicadas, que assumem, perante a CVM, serem vítimas de blefe ou especulação.

Percebendo o boato como fenômeno linguístico, Iasbeck (2000, p.11) o define como “ondas noticiosas disformes que circulam, ao sabor das contribuições coletivas, segundo uma ética bem definida e uma estética bastante esgarçada, capaz de conter uma variada gama de produtores/fruidores.”

O professor explica que essa metáfora das “ondas” nos leva à percepção, ou estudo, das “ressonâncias”. Nessa figuração, valida-se a ideia da propulsão, do impulso, que, após viabilizar o ponto máximo, o auge de projeção de um determinado objeto (assunto), perde potência, força e enfraquece.

Considerando os trabalhos de Paul Zumthor (1993) sobre oralidade, Iasbeck aponta que a investigação do boato deve considerar: o nível de projeção desse; o número de pessoas interpeladas pela informação falsa, o desalojamento de expectativas, o qual diz respeito a previsibilidade ou não das relações formais entre o fluxo rotineiro da comunicação, a percibibilidade da informação e, ainda, a imprecisão dos fatos e dos elementos que o compõem.

Condizente à elaboração e aceitação do blefe, Iasbeck (2001, p.16) explica que “não há boato sem motivação, ou seja, sem algum fundamento”. Dessa maneira, entendemos que para a legitimação de um relato burlesco, o contexto, as ações, as representações, os sujeitos envolvidos nos eventos discriminados e na informação prestada devem ser passíveis de reconhecimento ou *solidariedade* por parte da instância receptora do discurso.

A partir dos estudos de Jean-Noël Kapferer (1988), o professor da PUC-SP faz, ainda, outras considerações sobre os rumores sociais. Entre elas, o fato de que a notícia dita verdadeira é o objeto detentor da origem de um boato. Esse semioticista também afirma que, na imprensa, a especulação tem caráter sensacionalista e, normalmente, impacta, agita e cria expectativas de forma bem mais intensa que a própria informação dita autêntica e embasada.

Iasbeck (2000, p.15) explica:

a melhor notícia é, portanto, o inesperado, o que transgride a ordem natural das coisas. Isso explica o caráter sensacionalista da imprensa de modo geral e atribui à vocação pela surpresa, a responsabilidade pelo alto teor dramático das notícias que ganham manchetes nos jornais.

Assim, o rumor é considerado como fator de coesão social, na medida em que é comungado por um grupo, ganha notoriedade, frequenta as rodas de conversa, torna-se o assunto principal e provoca críticas e posicionamentos dos diferentes atores que compõem a comunidade de interlocutores onde a falsa informação é propagada ou discutida.

É através da repetição que a falsa notícia se confirma e ganha maior poder de convencimento. Referente aos casos investigados nessa pesquisa, as especulações divulgadas pela mídia especializada em economia são, comumente, postadas em “sites” e discutidas em fóruns da “internet”.

Nessas rodas de conversa “on-line”, as falsas propostas de venda ou aquisição de valores ganham relevância, aproximam-se do *status* de verdade e seduzem curiosos e investidores que, impulsionados por invenções e verossimilhanças camufladas de notícia, arriscam o capital e substituem investimentos progressivos e rentáveis por outros sem projeção futura, voláteis ou de baixa rentabilidade.

2.2.1 Fatos e boatos no mercado de ações

Nos estudos da antropóloga Lúcia Helena Müller, docente da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), a informação é entendida como objeto fundamental para o funcionamento dos mercados financeiros. Verdadeira ou não, a professora explica que ela tem efeito direto sobre o comportamento dos investidores e, por consequência, na dinâmica dos preços dos produtos⁵⁰.

Assim, na esfera das transações de valores mobiliários, dados e informações podem ser entendidos como um tipo de moeda ou como um objeto de disputa, o qual sujeitos apostadores tentam reter, manipular e estabelecer o máximo de controle.

Ao tratar dos “Caminhos e sentidos da informação no mercado de ações”, Müller (2005, p.135) salienta que uma das características mais marcantes desse contexto interacional mercantilista é o seu caráter público. Uma das provas disso é propagação diária, em

⁵⁰ MÜLLER, 2005, p.134.

telejornais, rádios ou seções de periódicos, de temas e sub-temas da área econômica, os quais, muitas vezes, devido à complexidade lexical, são entendidos por poucos leitores, ouvintes ou telespectadores.

Tais informações, comumente, discriminam: metas, índices ultrapassados ou não atingidos, dados estatísticos, notas sobre as variações de câmbio ou de moedas e, ainda, números de oscilações de cotações ou de volume de negócios - sejam esses realizados BM&Fbovespa S.A ou em bolsas de outros países, como a norte-americana Nasdaq e a de Frankfurt da Alemanha.

Mais que tradução de princípios ou virtudes político-sociais, Müller, assim com o professor Paulo Sandroni, entende que essas ações de transparência são basilares imprescindíveis para o bom funcionamento do mercado acionário.

No cenário brasileiro, a autarquia CVM, criada na década de 70 pela Lei nº. 6.385, assume, dentre outras funções, a de primar pela transparência dos processos de compra e venda de títulos e pela livre divulgação de informações oficiais, os chamados fatos relevantes.

Em seus estudos, em contraponto à lisura, Müller (2005) trata dos infortúnios, dos danos causados pelas informações vazadas, as manipulações, os boatos e seus correlatos. Segundo a pesquisadora, esses embustes têm sido, com frequência, objeto de preocupação de instituições financeiras e de empresas.

Essas têm contratado consultores e especialistas para estudar e identificar os impactos e efeitos dos blefes e, principalmente, perceber os mecanismos de sustentação de boatos. Isso viabilizaria, para empresários e aplicadores, o desenvolvimento de estratégias de proteção, controle e defesa do próprio capital.

Müller (2005, p.136) especifica e define o boato financeiro como “falsas informações que circulam entre os participantes do mercado, provocando reações que afetam as cotações.” A partir dos trabalhos de Jean-Noël Kapferer, essa antropóloga afirma que a ocorrência de rumores nas bancas das bolsas deve-se à falta de conhecimento, às falhas na comunicação, aos erros de interpretação ou às manipulações deliberadas das informações.

Entretanto, é interessante ressaltar que, em análise a respeito das transações de mercado, essa professora admite que as negociações consideradas legítimas entre os investidores também decorrem e são sustentadas por um contexto similar ao da propagação de boatos; no qual se reconhece dúvidas, inseguranças e ausência de informação.

Sobre isso, a carência de conhecimento como mola propulsora de apostas e investimentos, Müller (2005, p.136) explica:

na medida em que o investimento em ações é necessariamente uma aposta no futuro, podemos dizer que o vazio de conhecimento e a insegurança constituem elementos estruturais do mercado acionário. E quanto mais numerosos e complexos forem os fatores que influenciam a dinâmica desse mercado, maiores serão as dificuldades de fazer previsões, e maior será a insegurança envolvida neste empreendimento.

Em sua análise, no que diz respeito à atuação dos acionistas, a pesquisadora da PUC-RS trata do perfil do bom investidor, afirmando que, para se obter lucro especulando com ações, é necessário antecipar-se a eventuais mudanças nas cotações que as ações obtêm na bolsa.

Por esse aspecto, a análise especulativa, as projeções e as expectativas se agregam, legitimamente, ao cenário da concorrência e da disputa do capital; já que qualquer evento, ação capaz de provocar alterações de valores, é, necessariamente, alvo de interesse por parte dos participantes do mercado financeiro.

É função das próprias bolsas de mobiliários e dos órgãos fiscalizadores do mercado controlar a divulgação dos atos ou fatos considerados relevantes, utilizando-se, para isso, de normas que exigem sua ampla publicidade ou completo sigilo, conforme o caso.

Sobre isso, resgatando o que Leonardo Attuch discrimina em “A era de ouro do boato”, os momentos de maiores riscos e de possíveis ganhos entre os investidores se remetem à expectativa da maioria e à antecipação por inferências de uma minoria - circunstâncias essas que precedem os estágios da materialização do fato cogitado, boato ou notícia.

De forma conivente, a legislação vigente no mercado acionário brasileiro não impede que a grande motivação dos investidores dirija-se justamente no sentido de obter as informações antes que elas se tornem oficiais ou de domínio público; pois, quando isso acontece, tais evidências não conferem mais nenhuma vantagem para quem as detêm.

Sendo assim, a fim de antever o sobe e desce dos índices, as oscilações dos produtos do mercado, Müller (2005, p.141) entende que se torna válida a informação de pesquisa e de consulta pessoal, as quais são informalmente denominadas de palpite ou dica.

Em relação ao uso de informações voláteis e privilegiadas e da especificidade do momento tecnológico pós-moderno, o geógrafo marxista britânico David Harvey (1992) destaca a aceleração do fenômeno denominado “compressão do tempo-espaço”.

Esse, segundo o autor, faz referência à crescente velocidade com que são criados e difundidos os instrumentos tecnológicos - a informática e os meios de comunicação - e os instrumentos institucionais - as agências de notícias, os acordos operacionais e as câmaras de compensação internacionais.

Segundo Harvey (1992), é essa estrutura que facilita a circulação de informações, e permite a atuação direta e instantânea dos diversos sujeitos e contatos, por vezes anônimos, atuantes nos vários mercados financeiros existentes ao redor do mundo, não importando a distância física que os separe.

Harvey alerta que o tráfico de informações da esfera econômica atual alicia, cada vez mais, pessoas, profissionais do mercado, que buscam, extraem e vendem as tais “informações privilegiadas”, obtendo, assim, vantagem ilícita sobre os demais investidores.

Müller (2005, p.143) observa que esse tráfico apontado por Harvey tem motivado, frequentemente, em diferentes países, denúncias e protestos direcionados a órgãos controladores de mercado. Ela afirma que entre os aliciados e aliciadores estão desde simples operadores até membros de governos, dirigentes de instituições financeiras e de empresas nacionais e estrangeiras.

Para impelir tais ações, a CVM normatiza que as empresas, as quais que têm suas ações negociadas nas bolsas brasileiras, têm a obrigação de manter os participantes do mercado informados sobre sua situação e de tornar público qualquer evento que possa ser considerado significativo para o seu desempenho.

Para estabelecer um canal de comunicação com a esfera pública, as empresas contratam profissionais ou pagam outras instituições para, supostamente, zelarem pela transparência de suas atuações.

Elas fazem isso através de departamentos de publicidade e de relações públicas, utilizando, inclusive, os comunicados ao mercado. A partir desses, elas podem, por exemplo, legitimar ou refutar informações sobre investimentos futuros, transferências ou compra e venda de patrimônio.

Pelos estudos de Müller (2005, p.154), percebemos que o valor de uma informação depende da credibilidade obtida e não da sua veracidade; e que os rumores são caracterizados por uma estrutura aberta. Essa permite o agregar de novos fatos, o que pressupõe não só a mistura de realidades e evidências, mas também de ficção e invenções de má-fé.

Por fim, entendemos que, no mercado financeiro, o evento dito fato e o boato percorrem um terreno marcado pelas incertezas, podendo ou não, a partir de seus interlocutores, alcançarem alta *solidariedade*, projeção e amplitude.

Quando dispostos em *práticas particulares*, esses fenômenos de linguagem se aproximam porque apresentam recursos linguísticos e semióticos similares, além de escolhas e motivações confluentes, pois ambos têm o intuito de atrair, persuadir e seduzir o leitor-ouvinte; transformando-o em apostador crédulo ou consumidor ativo de informação.

A seguir, descrevemos, enumeramos o *corpus*, tratamos dos procedimentos metodológicos e realizamos as análises.

3. DESCRIÇÃO & ANÁLISE DE *CORPUS*

3.1 O *corpus* e os procedimentos para a análise

Broadcast ou compartilhamento de mídia em grande escala trata-se de suporte de divulgação, um recurso midiático interativo para exposição de arquivos e informações, ou para a publicação e distribuição dinâmica de *práticas particulares*.

Na rede mundial de computadores, esses suportes são constitutivos de macroestruturas, *paisagens semióticas*⁵¹, marcadas por uma gama de modalidades de unidades virtuais de influência. De diferentes *designers*, *modos* ou *recursos semióticos*, essas produções constituem sistemas multimodais como música, vídeo, notícia e outras formas prodigiosas de interação.

Considerando a versatilidade dos processos de atuação “on-line”, essas postagens *broadcast* são facilmente reproduzidas e podem atingir alta *solidariedade*, considerando a perspectiva do *interesse* e o impacto de tais práticas no dia-a-dia dos realizadores e da esfera receptora da informação.

Assim, ganhando diferentes focos e versões, uma notícia pode ser reportada ou discutida em fóruns, páginas de redes sociais, canais de comunicação específica, *blogs*, entre outros meios de divulgação e interação, os quais têm, normalmente, como suporte, *softwares* dialógicos, livres e comuns, como o “wordpress”, “joomla” ou o “drupal”.⁵²

⁵¹ Noção do discurso multimodal que diz respeito à configuração, ao ato, à ação ou ao evento comunicativo que corresponde não só à materialização escrita, mas, também, a de ordem gestual, visual ou oral. Essa noção é validada pela Semiótica Social e mencionada nos trabalhos de Kress e Van Leeuwen (2006). A multimodalidade, por sua vez, diz respeito à proposta para análise de signos para além do código linguístico. Ela postula quatro domínios de prática nos quais se efetivam as relações entre os sujeitos e a organização de possíveis significados: o do *discurso*, que diz respeito à tradução ou representação, ao conhecimento e aos valores inseridos na sociedade; o da *produção*, que remete à estruturação e à organização de mensagens; o da *distribuição* que corresponde ao meio possível de veiculação; e o do *design*, que consiste na escolha dos já mencionadas *escolhas realizacionais*.

⁵² Segundo Melo e Teixeira (2013, p.8), esses três sistemas gerenciadores de conteúdo possuem a vantagem de permitir alterações com agilidade e segurança. Eles são ferramentas que otimizam o processo de criação, personalização, indexação, controle de acesso de usuários e disponibilização de conteúdos (textos) nas páginas da *web*. O “wordpress”, assim como o “joomla” e o “drupal”, pode ser utilizado para a criação de *blogs*, com a opção de *posts*, comentários e customização de aparência.

Nessa pesquisa, o primeiro componente de *corpus* foi “Títulos da Lupatech despencam com aumento de apostas em calote”. Assinado por Peter Millard, esse texto, fruto de uma parceria entre a *Bloomberg* e a *Exame*, foi veiculado em 22 de novembro de 2011, exibido em *broadcast* e reproduzido em *blogs* de corretoras, como a “Amaril Franklin”, e em fóruns de discussão *on-line*, como o “Infomoney” e o “Investfácil”.

Essa característica, ações de compartilhamento em espaços de discussão virtual, também abarca os outros casos analisados nessa pesquisa. Assim, em meio a reproduções em jornais, colunas de economia, *sites* e até mesmo espaços mais abrangentes, como as redes sociais “Facebook” e “Twitter”, firma-se o caráter sensacionalista dessas publicações.

Nessa roda especulativa, são criadas expectativas em torno de manifestações das empresas envolvidas no suposto fato divulgado; seja esse a compra ou a venda de valores, como nos casos a serem estudados, protagonizados, respectivamente, pela Cemig, Banco do Brasil e pela OGX de Eike Batista; ou a suspeita de falência, como no caso da fornecedora de equipamentos para a exploração de Petróleo e Gás, a Lupatech.

Considerando que a investigação se desenvolve a partir de dois tipos de texto, a notícia e o comunicado ao mercado, a nota (matéria) jornalística é o nosso ponto de partida. A descrição dessa e seu respectivo contexto de publicação são base de construção e sustentação da nossa percepção crítica sobre as diferentes práticas elencadas.

É partir de tais representações que demonstramos, dentre outros objetivos, a aplicabilidade do viés de observação semântica proposto pela GSF. Desenvolvemos, então, a análise transitiva, privilegiando, nessa, as sentenças e orações em que há recorrência da fala da fonte consultada por quem produz e redige a notícia.

Em um segundo momento, o foco são os comunicados oficiais. Portanto, voltamo-nos para o esclarecimento público e para a organização linguístico-discursiva que nos propicia delimitar a ótica empresarial e classificar a notícia como mero boato ou especulação de má-fe. Nessa fase, o objeto de análise é o argumento da contestação: a sequência de construtos oracionais, declarações e avaliações, que desmentem as afirmações ou especulações da mídia especializada.

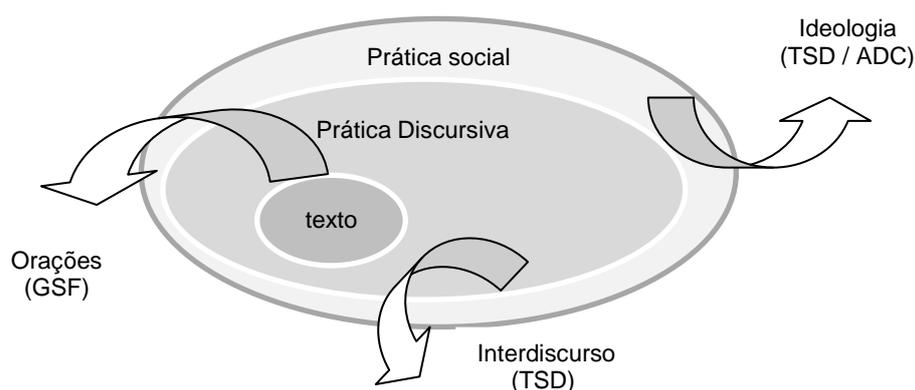
Em cada uma dessas etapas, buscamos citar, desenvolver ou refletir sobre a *prática discursiva*, a produção, distribuição e o consumo do texto; os *atores sociais* da informação; a organização do texto e a coerência do discurso sustentado pelas declarações e avaliações das *fontes*.

Ainda voltamos o nosso olhar para a relação entre o distanciamento da *práxis* jornalística, o afastamento do gênero, para os *atores sociais* da contestação e a organização do texto-resposta proferido pelas empresas supostamente prejudicadas pela propagação de um boato.

Nesse empenho, são privilegiados a representação das experiências humanas, a partir do *sistema de transitividade* da *metafunção ideacional* da GSF e, ainda, a perspectiva preocupada com o fruto da organização de sentenças, a organização textual representativa de discursos, contemplada pela *significação acional* faircloughniana.

Acatando orientação dada, de forma sistematizada, para demarcar o alinhamento à ACD, retomamos a figuração de Fairclough (1992) e apontamos os pontos privilegiados no desenvolvimento das análises. Isto é: atentamo-nos para a demonstração dos elementos teóricos elencados e estudados nas práticas, segundo a TSD.

Figura 4: Concepção tridimensional do discurso e proposta de análise⁵³



⁵³ Figura desenvolvida a Fairclough (1992, p.101) para demonstração de itens de análise.

Atendendo a proposta tridimensional de Fairclough (1992), a nossa pesquisa compromete-se com a análise das *práticas particulares, discursiva e social*. Nesse intuito, os aspectos principais considerados são o(s) a(s):

- (i) Configurações das orações (GSF)
- (ii) Caracteres de intertextualidade e interdiscursivos (coerência)
- (iii) Posicionamentos Ideológicos

(i) Sobre *Configurações lexicais das orações (GSF)* - O nosso passo inicial e base de sustentação investigativa é a observação da *oração* e dos constituintes do *sistema de transitividade da metafunção ideacional*. Mais especificamente, a leitura de *processos* (ações) contínuos, comuns às experiências humanas e suas respectivas representações. Para isso, de forma logística, instrumentalizamos a cadeia seguir:

Figura 5: Cadeia para análise oracional transitiva

(Caso/Oração)		
grupo nominal	grupo verbal	discurso direto [oração projetada – projeção hipotática]
dizente	processo verbal	verbiagem

Nela, são dispostos e organizados: o número do caso e da *oração*, além dos *grupos*, os *participantes* e *processos* utilizados na configuração do enunciado. Como analisamos as declarações das fontes sobre uma situação-problema tratada em notícia, entre as nossas expectativas iniciais está o encontro de orações *paratáticas* e *hipotáticas*, projeções, em discurso direto e indireto, nas quais se evidencie, por exemplo, o processo verbal, o sujeito *dizente* e a *verbiagem* ou *alvo*.

Ratificamos que, considerando a perspectiva funcional e “a lógica explicativa versus a lógica aparente” da ACD, é nosso interesse a observação da “superfície”, da ruptura para com a organização-padrão de projeção de fala, em orações declarativas ou avaliativas, as quais podem sugerir, nos textos midiáticos selecionados, manipulação, forma de materialização do blefe ou tentativa de encobrimento das fontes consultadas.

Cientes dessa versatilidade da gramática e dos prováveis rompimentos para com a ordem direta, através da inversão, omissão ou inserção de informações, acreditamos que as análises aqui desenvolvidas tendem a revelar, por meio de *extensões, orações encaixadas e expansões*

(composições de *grupos*, *sintagmas* e *orações*) assertivas e julgamentos a respeito dos objetos ou dos *agentes sociais* mencionados e transformados em notícias, os quais também são tematizados e articulados nos comunicados ao mercado publicados pelas empresas vítimas de blefes.

(ii) Sobre *Intertextualidade e Interdiscursividade*⁵⁴ - Validamos, aqui, a intertextualidade dita manifesta, o diálogo (citação e referência) entre textos, mas atemo-nos à intertextualidade constitutiva, noção cujo foco, segundo Fairclough (1992, p.137), está nas convenções discursivas. Portanto, para a observação de hierarquias entre sujeitos-atores, *agentes sociais*, objetivamos, nesse momento, identificar quem diz (declara ou avalia), para quê se diz, para quem e em quais circunstâncias.

Assim, a análise da *prática discursiva* efetiva-se, primeiramente, com a delimitação de elementos da ordem de discurso, isto é, das convenções sociais dispostas em texto, quando tratamos da produção, distribuição e do consumo de materialidades, conforme orienta Fairclough (1992, p.123).

Feito isso, tratamos das interpretações e coerências expostas nas unidades de texto, atentando para as formas de *legitimação* de discursos, conforme propõe a ACD⁵⁵. Em suma, realizamos referência a materialidades, às recorrências, às publicações anteriores mencionadas no corpo de texto dos objetos analisados e, além disso, tratamos dos alinhamentos, das convenções de subordinação e legalidade de ações e eventos pertinentes às relações estabelecidas entre os sujeitos e seus interesses no mercado de valores mobiliários.

Para citação e organização dos elementos da ordem de discurso, exploramos, em cada caso, um quadro de dados. Nele, constam: o título da matéria, as instâncias de produção e recepção. E ainda, o suporte em que a notícia foi publicada, os principais atores envolvidos nos recortes, fragmentos textuais, referentes às declarações das fontes consultadas.

⁵⁴ Fairclough (2005, p.121-138) ratifica que a *interdiscursividade* diz respeito aos textos e às interações; a *interdiscursividade* de um texto é parte de sua intertextualidade, é uma questão de quais gêneros, discursos e estilos os constituem, e como, no texto, esses aspectos são trabalhados para formar articulações particulares.

⁵⁵ FAIRCLOUGH, 2003, p.98.

Por fim, especificamos que, a partir da análise da *prática discursiva*, voltamo-nos, em especial, para os *agentes sociais*, o *empoderamento* desses e para o nível de atribuição de citação de fonte, conforme defende Sousa (2001), informação também mencionada em quadro disposto a seguir.

Quadro 7: Constituintes de produção e consumo⁵⁶

Título - data	
Instância Produtora	
Instância Receptora	
Veículo / Suporte	
Principais atores	
Nível de Fonte e Orações	
(1.1) Atribuição com reserva total	O Folha apurou que a Cemig neres (...)”



- (1) atribuição direta para publicação
- (2) atribuição com reserva
- (3) atribuição com reserva total
- (4) confidência total.

(iii) Sobre *Posicionamentos ideológicos* - A análise sociológica efetiva-se a partir da observação do boato como fenômeno linguístico e social. Nesse contexto, esse é construído com marcas e evidências de modos de operação ideológica que expõem hierarquias e formas de dominação comuns às engrenagens do capitalismo especulativo do século XXI.

A análise macrossociológica considera releituras do viés marxista (noções dos filósofos como Gramsci, Althusser e Thompson) realizadas para os estudos das linguagens, validadas pelos modelos da TSD (ACD) e da Semiótica Social.

Dessa maneira, são consideradas, noções que unem léxico, texto, discurso à identificação de aspectos da *luta hegemônica* e de *solidariedade*, de *resistência* e de *interesse* institucionalizados em regras e práticas dispostas em *sistemas logonômicos* que perpassam a esfera do mercado financeiro.

É nesse percurso que são reveladas paradigmas de hierarquizações de exclusão e instrumentos utilizados para manutenção das engrenagens, de estilos, representações e identidades, do capitalismo da especulação.

⁵⁶ Quadro desenvolvido para a indicação dos constituintes de produção do *corpus*.

Por fim, expomos as unidades de texto, *corpus* elencado, a serem analisados a seguir. São 4 episódios, os quais ocorreram entre 2011 e 2013. No Quadro 8, constam: os títulos da notícia, a data e o veículo de publicação, e, ainda, a resposta, o comunicado ao mercado, o número do ofício e sua respectiva data de publicação.

Quadro 8: Discriminação de *corpus*

	Título da Notícia	Veículo (+) Data de publicação	Comunicado ao Mercado (+) Data de publicação
(1)	Cemig fura “bloqueio” para adquirir distribuidoras em recuperação	Folha de São Paulo, 25/05/2013	Ofício/CVM/SEP/GEA -1/Nº200; 20/05/2013 e Ofício CVM/SEP/GEA - 1/Nº200; 20/05/2013
(2)	Minoritário	O Estado de São de Paulo, 23/05/2012	Ofício /CVM/SEP/GEA-1 443/2012; 24/05/2012
(3)	Eike negocia entrada de sócio na OGX	Exame, 22/11/2012	Ofício/CVM/SEP/GEA-1/Nº731/2012; 23/11/2012
(4)	Títulos da Lupatech despencam com aumento de apostas em calote	Exame/Bloomberg 22/11/2011	Ofício-Resposta BM&FBOVESPA GAE nº 2472/2011; 25/11/2011

3.2 Caso 1: Cemig fura “bloqueio” para adquirir distribuidoras em recuperação

Em 28 de maio de 2013, a Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais), através de seu diretor de Finanças e Relações com Investidores, Luiz Fernando Rolla, manifestou-se sobre a notícia, veiculada pela *Folha de São Paulo* em 25 de maio de 2013, intitulada “Cemig fura bloqueio para adquirir distribuidoras em recuperação”. Assinada por Agnaldo Brito (AB) e Júlio Wiziack (JW), a publicação tem o seguinte corpo de texto:

A Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais) se consolidará como maior distribuidora de energia do país caso a recuperação judicial da Rede Energia seja aprovada pelos credores nas próximas semanas. O processo tramita na 2ª Vara de Falências de São Paulo. A Folha apurou que a Cemig negocia nos bastidores a aquisição da Cemat (MT) e da Celtins (TO), principais distribuidoras da Rede. Os valores não foram divulgados. O problema é que essa negociação secreta viola o contrato de exclusividade entre o atual controlador da Rede, o empresário Jorge Queiroz Moraes Junior, a CPFL e a Equatorial Energia. No final de 2012, esse contrato tirou da disputa interessados como a Copel e a Energisa, que até hoje contestam a forma como a Rede está sendo vendida. Para eles, o ideal seria que a disputa fosse aberta (e não exclusiva) ou que a Aneel (Agência Nacional de Energia

Elétrica) retomasse as concessões e fizesse novo leilão. Consultada, a Cemig não confirma e nem nega a negociação. AB e JW.⁵⁷

Esse suposto “furo de bloqueio” da Cemig já havia sido noticiado pelo mesmo jornal, no dia 24 de maio, em “Cemig fura bloqueio e negocia distribuidoras da Rede Energia”. Mais tarde, a informação apreendida pela *Folha de São Paulo* foi debatida, ganhou novas versões e foi republicada. No dia 25 de maio, por exemplo, o *Diário do comércio* de Minas Gerais trouxe, em sua edição, a manchete “Cemig quer ativos no setor de distribuição”. Assinada por Tatiana Lagôa, a texto interno ratifica as informações dadas pela imprensa paulista.

Abaixo, apresentamos o Quadro 9. Nesse, sistematizamos aspectos discursivos de “Cemig fura bloqueio para adquirir distribuidoras em recuperação”. Citamos os constituintes da produção, da distribuição e do consumo da *prática particular* e dispomos, ainda, os *atores sociais* envolvidos, a qualificação de nível das fontes consultadas e as orações que reproduzem as falas, declarações ou interpretações desses agentes.

Quadro 9: Constituintes de produção e consumo (Caso 1)

Título - data	"Cemig fura bloqueio para adquirir distribuidoras em recuperação " - 24/05/2013
Instância Produtora	Agnaldo Brito (AB) e Júlio Wiziack (JW)
Instância Receptora	Leitores-consumidores de <i>Folha de São Paulo</i>
Veículo / Suporte	<i>Folha de São Paulo</i> [versão eletrônica]
Principais atores	Cemig, Cemat, Celtins
Nível de Fonte e Orações	
(1.1) Atribuição com reserva total	“A Folha apurou que a Cemig negocia nos bastidores [...]”
(1.2) Atribuição com reserva total	“Os valores não foram divulgados.”
(1.3) Atribuição direta	“Consultada, a Cemig não confirma e nem nega a negociação.”

Os atores envolvidos no fato-tema, a compra ou a venda de valores da Cemig e da Celtins, são os integrantes e co-participantes da Rede Energia. Na notícia da *Folha de São Paulo*, o único ator social, indivíduo humano, mencionado e representado, é o empresário Jorge Queiroz Moraes Júnior. Os demais são coletividades, instituições, empresas ou grupos interessados no processo de venda e aquisição.

⁵⁷ BRITO, A.; WIZIACK, J. “Cemig fura bloqueio para adquirir distribuidoras em recuperação”. *Folha de São Paulo*, 28.05.13. Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/110635-cemig-fura-bloqueio-para-adquirir-distribuidoras-em-recuperacao.shtml>>Acesso: 18.03.14.

No que diz respeito ao uso de apreciações, análise ou declarações feitas pelas fontes consultadas, os elaboradores da notícia omitem seus contados, optando, nas construções (1.1) “A Folha apurou que a Cemig negocia nos bastidores ” e (1.2) “Os valores não foram divulgados”, pela *atribuição com reserva total*, nível em que, segundo Sousa (2001, p.67), não há identificação dos atores ou do meio em que esses agem ou desempenham seus papéis.

A seguir, evidenciamos a análise das orações supracitadas, das construções léxico-gramaticais responsáveis pelo encobrimento dos informantes consultados por Agnaldo Brito e Júlio Wiziack.

(1.1) A Folha	apurou	que a Cemig negocia nos bastidores a aquisição [...] distribuidoras da Rede
grupo nominal	grupo verbal	discurso indireto [oração projetada – projeção hipotática]
experenciador	processo mental	meta-fenômeno

Considerando a *metafunção ideacional*, a organização oracional, sabemos que composições em discurso direto, ou indireto, em que se fazem presentes *verbiagens*, *processo verbais* e *dizentes*, correspondem, mais comumente, à *práxis* jornalística da investigação e consulta de fontes. Entretanto, ao redigirem o texto, AB e JW optaram por uma organização que privilegiou um outro tipo de *projeção*, a que tem como base constitutiva um *processo mental* “apurou”.

Feita tal seleção, entendemos que os produtores concederam ênfase à ação intelectual, ao trabalho de pesquisa e de investigação, por eles, realizado. Assim, coerentemente, os jornalistas transformaram a informação, supostamente dita por uma fonte, ou várias, em oração de projeção de voz do ator institucionalizado “A Folha”⁵⁸.

Considerando Halliday e Matthiessen (2004, p. 199), no caso em questão, “A Folha” é feita *experenciador*, o “ser consciente” que evidencia os “conteúdos da consciência”, fruto da sua

⁵⁸ Consideramos que “apurou” não se trata de *processo material* porque entendemos que “meta”, *participante* comum às orações materiais, diz respeito a entidades “para quem”, ou “o quê”, a ação é direcionada. Consultando análise transitiva em publicação de Rodrigues-Júnior (2007, p.267), observamos que “as características gerais dos processos mentais são: (i) as orações comumente possuem um participante humano; (ii) os fenômenos podem ser tanto coisas quanto fatos, sendo estes últimos considerados por Halliday (1994, p.115), ‘meta-fenômenos’ e, ainda, “(iii) as formas verbais não-marcadas dos processos mentais ocorrem, mormente, no presente do indicativo e as formas marcadas ocorrem geralmente a partir da construção do presente-no-presente, ou construção do gerúndio”.

observação e percepção do mundo. Portanto, tal *projeção*⁵⁹ de (1.1) se trata um *meta-fenômeno*, pois o fato relatado atua como participante do *sistema de transitividade*.

Empenhados em omitir, preservar, as identidades de quem prestou declarações, informações, a respeito do interesse da Cemig em adquirir subsidiárias do Grupo Rede, os redatores da notícia optam, mais uma vez em (1.2), em dispor a fonte, ou as fontes, em *atribuição com reserva total*.

(1.2) Os valores	não foram divulgados
grupo nominal	grupo adverbial + grupo verbal
meta	adjunto de polaridade + processo material

No que diz respeito à organização desse construto oracional, evidenciamos o emprego da *voz passiva* como o recurso eficiente para o encobrimento do ator que não teve acesso ou se recusou a divulgar, ou a discriminar, os valores da suposta mega-negociação.

Assim, entendemos que, em (1.2), a *meta*, comumente discriminada como o *participante* para quem o *processo material* é dirigido, assume a posição de *tema*, sujeito de oração e componente semântico de maior destaque ou relevância.⁶⁰

Após (1.1) e (1.2), as fontes deixam de ser mencionadas e a forma de *legitimação* discursiva negociada ou alvitrada a partir da *autorização* cede espaço para orações de *avaliação moral*⁶¹. Essas são evidenciadas em cláusulas declarativas e de projeção futura de carga *relacional* como “o problema é que essa negociação secreta viola o contrato de exclusividade [...]” e “o ideal seria que a disputa fosse aberta (e não exclusiva) [...]”.

Essas orações sugestionam a revisão do processo de concorrência entre as companhias, a partir da subcategoria de *legitimação* por *abstração*. Discriminada por Van Leeuwen (2008, p.111), essa revela emprego de apelo à moralização de práticas sociais e é instaurada pela

⁵⁹ Nesse contexto, ressaltamos que Halliday e Matthiessen (2004, p.443) postulam três sistemas diferenciadores dos tipos de projeção: *nível de projeção*, *modo de projeção* e *função discursiva*. Em relação ao *nível de projeção*, (1.1), os autores identificam tratam da projeção de significados (ideias), da representação do conteúdo de uma oração mental.

⁶⁰ HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p.180.

⁶¹ FAIRCLOUGH, 2003, p. 98.

exploração de uma proposição dita ideal e da forma como essa supostamente se deu. No caso em questão, o recurso da *abstração* pode impulsionar suspeitas de favorecimento, corrupção ou improbidade.

Além da *legitimação* por sistemas de valores, a instância produtora faz uso da *racionalização*, a partir de alusão e referências a ações institucionalizadas, logicidades de andamentos de processos, litígios e eventos passados, de conhecimento público. Esse tipo de sustentação discursiva, segundo Van Leeuwen (2008, p.113), alude à subcategoria *instrumental* e é abarcada por relações de causa e efeito, por interpretações que validam objetivos e práticas de referência, reincidentes, em um determinado contexto social.

No caso dessa análise, essa *racionalização* é garantida através das orações de cunho *material*, as que explicitam experiência de mundo real, como “No final de 2012, esse contrato tirou da disputa interessados como a Copel e a Energisa, que até hoje contestam a forma como a Rede está sendo vendida”.

Nessa organização, “tirou”, “contestam” e “está sendo vendida” traduzem, respectivamente, ações passadas, socialmente reconhecidas, e consequência dessas no presente. Tal sentido é articulado em *processos* dispostos no modo do indicativo, incluindo realizações compostas de ação contínua, com verbos modais auxiliares.

Assim, ao resgatar episódio polêmico, judicialmente questionado, sobre exclusividade à venda da Rede em 2012, o texto informativo assume, explicitamente, o caráter de denúncia, apontando as supostas irregularidades da “negociação secreta”. “Cemig fura bloqueio para adquirir distribuidoras em recuperação” é finalizada evidenciando a ausência de declarações da companhia mineira em relação aos eventos noticiados.

(1.3) Consultada, a Cemig	não confirma e nem nega	a negociação.
grupo nominal	grupo verbal	grupo nominal
dizente	adjunto de polaridade + processos verbais	alvo

Em (1.3), a informação em destaque, posta como *tema*, a partir do qualificador “consultada”, faz alusão aos questionamentos feitos à companhia pelos produtores da notícia. A negação de respostas é evidenciada pelo *adjunto modal de polaridade* “não”, o qual antecede os *processos*

verbais “confirma” e “nega”. Na construção, *elementos conjuntivos de adição* intercalam os verbos empregados, reforçando, assim, o silêncio da empresa envolvida.

A seguir, analisamos a manifestação, respostas em comunicado ao mercado, da Cemig e da Cemat, empresas envolvidas nesse primeiro caso.

3.2.1 Comunicados ao mercado: os esclarecimentos da Cemig e da Cemat

3.2.1.2 Da Cemig

Foco da notícia, disposta em *tema* no título e no “lead” do texto jornalístico em análise, a empresa mineira de fornecimento de energia, a Cemig, reage à publicação da *Folha de São Paulo*, em 25 de maio de 2013, através do ofício SEP/GEA-1/Nº200/2013. Além da concessionária de Minas Gerais, outra consorciada do Grupo Rede também foi convocada a se pronunciar: a Cemat (Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.).

A companhia mato-grossense atende ao ofício SEP/GEA-1/Nº201/2013, de 27 de maio de 2013, cuja solicitação, da mesma forma a que foi direcionada à empresa mineira, evidencia a omissão de supostos fatos relevantes e esclarecimentos sobre a matéria de AB e JW.

A seguir, expomos a resposta da Cemig, assinada pelo diretor Luiz Fernando Rolla, e introduzimos a análise a partir da GSF, considerando, como ponto de partida a oração (2.1).

[...] Relativamente à notícia acima, reafirmamos que a Companhia tem avaliado diversas alternativas de investimento que possam agregar valor à operação de seus ativos atuais. No entanto, não existe até o momento nenhum compromisso relativamente aos ativos mencionados que justifique uma manifestação formal ao mercado, conforme já informado anteriormente através das nossas respostas aos Ofícios CVM/SEP/GEA-1/Nº461/2012, de 31/05/2012 CVM/SEP/GEA-1/Nº479/2012, de 13/06/2012, e CVM/SEP/GEA-1/Nº684/2012, de 13/09/2012. A Companhia reitera seu compromisso de buscar oportunidades de investimento que atendam aos requisitos de rentabilidade estabelecidos por seus acionistas e de divulgar toda e qualquer informação relevante, quando efetivada.⁶²

⁶² COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. “Esclarecimentos sobre consultas CVM/BOVESPA”, comunicado ao mercado. Ofício/CVM/SEP/GEA-1/nº 200. 20/05/2013. Disponível em:< http://cemig.foinvest.com.br/ptb/10617/Comunicado_ao_Mercado_RespostaOficio_200_compra_Distribuidoras_Grupo_Rede_por_1.pdf.>Acesso: 18/03/2014.

(2.1) Relativamente à notícia acima	(nós) reafirmamos
grupo adverbial	grupo verbal
circunstância de projeção de assunto	(dizente) + processo verbal
que a Companhia tem avaliado diversas alternativas de investimentos [...] de 13/09/2012	
discurso indireto [oração projetada – projeção hipotática]	
verbiagem	

(2.1) tem como *tema* uma *circunstância de projeção de assunto*⁶³. Ela precede o *dizente* em elipse “nós”, o qual, por sua vez, aponta para uma relação oracional lógico-semântica de *projeção hipotática* em *discurso indireto*.

Nessa organização, entendemos que a companhia se omite ou recusa a dar parecer formal de interesse sobre as empresas em falência do Grupo Rede e ratifica realização legal de pesquisa de mercado, nas quais hipóteses e cogitações para compras e vendas são validadas.

Concernente à *verbiagem*, observamos, entre as *escolhas realizacionais*, elaboração de *oração* em torno do *processo mental*, cognitivo, “tem avaliado”. Esse tem, como constituinte significativo, a *oração encaixada* “que possam agregar valor à operação de seus ativos atuais”.

Tal construto funciona como informação de qualificação, *oração relativa definidora*⁶⁴, do grupo nominal “diversas alternativas de investimento”, o qual, por sua vez, é a *meta* do *complexo oracional* em análise.

Considerando as categorias de modalidade, o discurso da Cemig é marcado, em sua *verbiagem*, pelo emprego do *operador finito* de *probabilidade positiva* de *baixo valor modal*, “possam”⁶⁵. Discursivamente, tal escolha sugere a esquiwa, distanciamento e incerteza em relação às decisões e alternativas de investimento que venham surgir perante a empresa.

Na sequência, em (2.2), percebemos a construção de um discurso mais determinante, introduzido por um constituinte textual de *adição adversativa*, “no entanto”, seguido pelo

⁶³ HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 263.

⁶⁴ Segundo Halliday e Matthiessen (2004, p.402), a *oração relativa definidora* (“defining relative clause”) indica o termo ao qual se refere e, portanto, é essencial para o entendimento da mensagem. Esse tipo de oração não vem entre vírgulas, ao contrário da *oração relativa não-definidora* (“non-defining relative clause”). Essa também adiciona informação ao termo a qual se refere, mas de relevância secundária para o entendimento da mensagem.

⁶⁵ Ibid, p.116.

emprego de *adjunto modal de polaridade negativa*, “não”, constitutivo da oração demarcada por *processo existencial*, “existe”.

(2.2) No entanto	não existe	até o momento
grupo conjuntivo	grupo verbal	grupo adverbial
elemento de adição adversativa	adjunto de polaridade (+) processo existencial	circunstância de tempo
nenhum compromisso relativamente aos ativos mencionados [...] uma manifestação formal ao mercado		
existente		
conforme já informado anteriormente através das nossas respostas aos Ofícios [...] de 13/09/2012.		
expansão de intensificação [circunstância de modo-qualidade]		

Em sua organização, o *existente* apresenta detalhes de informação. “Relativamente aos ativos mencionados” é *extensão* indicativa de *circunstância de assunto*⁶⁶ e “que justifique uma manifestação formal ao mercado” atua como qualificador. Encaixado, esse fragmento é mais uma *oração relativa definidora* que integra o esclarecimento redigido pela Cemig.

O período é finalizado com a informação de caráter explicativo “conforme já informado anteriormente através das nossas respostas aos Ofícios CVM/SEP/GEA-1/Nº461/2012, de 31/05/2012 CVM/SEP/GEA-1/Nº479/2012, de 13/06/2012, e CVM/SEP/GEA-1/Nº684/2012, de 13/09/2012”.

Considerando que o verbo “foi” foi disposto em elipse, tal cláusula se trata de uma *expansão de intensificação* indicativa de *circunstância de modo e qualificação*, conforme discriminam Halliday e Matthiessen (2004, p.417), ao tratarem do tipo de relações estabelecidas entre orações complexas.

No caso em questão, sugerindo legitimidade e transparência, tal estrutura tem, em sua organização, importante *escolha realizacional*: o emprego de *circunstância de projeção* da exposição de *ângulo da fonte*⁶⁷. No caso, essa evidencia citação, referência, a outras *práticas particulares*, ofícios, e sugerem caráter de idoneidade às ações da Cemig perante o mercado.

Conseqüentemente, as suspeitas de má-conduta ou de compartilhamento de informação privilegiada, que são, certamente, a preocupação da companhia e também da autarquia

⁶⁶ HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p.263.

⁶⁷ Ibid, p. 263.

reguladora do Ministério da Fazenda, são amenizadas a partir dessas representações dispostas em discurso pela companhia mineira.

Sem mais se ater à notícia da *Folha de São Paulo*, o texto-resposta da Cemig é finalizado com um discurso de autopromoção que ratifica a conduta ética da empresa, mais especificamente a legalidade de suas ações, conforme demonstramos em (2.3).

(2.3) A companhia	reitera	seu compromisso de buscar oportunidades [...] quando efetivada
grupo nominal	grupo verbal	discurso indireto [oração projetada - projeção hipotática]
dizente	processo verbal	verbiagem

Tendo como *tema* o *dizente* “A companhia”, (2.3) é construída em torno do *processo verbal* “reitera”. Ela tem como *projeção hipotática*, em *discurso indireto*, o fragmento extenso: “seu compromisso de buscar oportunidades de investimento que atendam aos requisitos de rentabilidade estabelecidos por seus acionistas e de divulgar toda e qualquer informação, quando efetivada.” Complexa, tal *verbiagem* é desenvolvida em torno de *sintagma nominal*, “seu compromisso [...]”, o qual apresenta, em sua composição, verbos não-conjugados, portanto *não-finitos*, indicadores de propósito, finalidade, introduzidos pelas expressões especificadoras “de buscar” e “de divulgar”.

Embora não se desenvolva a partir de *processos relacionais*, analisando a configuração de (2.3), é possível identificar o objetivo da empresa mineira através de complexo oracional possível, sugerido na *oração projetada*.

Assim, “o nosso compromisso é o de buscar oportunidades de investimento e o de divulgar toda e qualquer informação” refere-se à identidade da companhia e revela a visão política e empresarial da Cemig, valores, esses, significativos, perante a CVM, seus investidores e demais interessados no desempenho da referida instituição no mercado de ações.

(2.3) ainda apresenta uma *oração encaixada relativa definidora*, “que atendam aos requisitos de rentabilidade estabelecidos por seus acionistas”, a qual é qualificadora de “oportunidades de investimento” e, ainda, uma construção hipotática circunstancial, *extensão de intensificação de tempo*, “quando efetivada”.

3.4.1.3 Da Cemat

Na notícia da *Folha de São Paulo*, a Cemat é apontada como uma das concessionárias de energia a serem adquiridas pela Cemig. Pelo texto, o leitor pode inferir que tanto a empresa matogrossense quanto a companhia tocantinense, Celtins, estão em processo de concordata, o que, conforme consta, estaria registrado na 2ª Vara de Falências de SP.

No comunicado em resposta à solicitação da CVM, ofício SEP/GEA-1/Nº201/2013, datado de 27 de maio de 2013, a Cemat se atem à suposta venda, transação transformada em notícia, e afirma desconhecer as origens das informações publicadas, as quais impactaram os índices da BM&FBovespa em 25 de maio daquele ano. A comunicação da Cemat apresenta as seguintes considerações:

Com relação à matéria veiculada e em atendimento ao Ofício, a Administração da Cemat, concessionária de distribuição de energia elétrica sob Intervenção Administrativa da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), esclarece aos acionistas e ao mercado em geral que desconhece as origens das informações veiculadas pela Folha e tampouco se tais informações são verdadeiras. A Administração da Cemat reitera seu compromisso de divulgar aos seus acionistas e ao mercado em geral, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, e alterações, toda e qualquer informação relevante, quando efetivada.⁶⁸

Os quadros (3.1) e (3.2) compõem a análise do linguístico-discursiva do comunicado companhia matogrossense.

(3.1) Com relação à matéria veiculada	(e) em atendimento ao ofício
grupo adverbial	(elemento conjuntivo) grupo adverbial
circunstância de projeção de assunto	circunstância de causa de propósito
a Administração da Cemat concessionária [...] sob Intervenção administrativa da ANEEL	
grupo nominal	
dizente	
esclarece	aos acionistas e ao mercado em geral
grupo verbal	grupo nominal
processo verbal	receptor
que desconhece as origens das informações veiculadas [...] e se tais informações são verdadeiras	
discurso indireto [oração projetada – projeção hipotática]	
verbiagem	

⁶⁸ CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSSES S.A. “Esclarecimentos sobre consultas CVM/BOVESPA”, comunicado ao mercado. Ofício/CVM/SEP/GEA-1/Nº201. 27/05/2013. Disponível em: < http://www.enfoque.com.br/infocias/arq_infocias_Comunicado/382856.pdf > Acesso: 24/03/2014.

(3.1) se inicia com uma *circunstância de projeção de assunto*, empregada como forma de retomada do conteúdo publicado pela *Folha de São Paulo*. Essa é seguida pelo *elemento conjuntivo de adição* “e” e por uma *circunstância de causa de propósito*⁶⁹, a qual indica a finalidade da *prática particular*: atender à solicitação de esclarecimento da CVM.

“A administração da Cemat [...]”, *dizente* do complexo oracional em análise, é disposta, em *tema*, em construção de caráter relacional, já que a identidade e o estado da empresa são discriminados no *sintagma nominal* “concessionária de distribuição de energia elétrica sob Intervenção Administrativa da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)”.

Antes da *projeção hipotática*, em *discurso indireto*, observamos a menção do *receptor*⁷⁰ “aos acionistas e ao mercado em geral”, para quem o pronunciamento da concessionária é direcionado. A declaração é introduzida pelo *processo verbal* “esclarece” e a *verbiagem* construída em torno do *processo mental* “desconhece”, empregado para expressar a percepção da empresa sobre o questionamento da autarquia e para a isenção da companhia de possíveis acusações sobre conduta ilegítima ou anti-mercado.

Como *fenômenos* do *processo cognitivo* “desconhece”, configura a *extensão, sintagma nominal*, “as origens das informações veiculadas pela Folha” e o construto oracional, *expansão aditiva de negação*⁷¹, “e tampouco se tais informações são verídicas”.

O caráter condicional dessa oração dependente, marcada pelo emprego do elemento conjuntivo condicional “se”, imprime distanciamento e dúvidas da companhia sobre a legitimidade das informações prestadas no texto de Agnaldo Brito e Júlio Wiziack.

Como no pronunciamento da Cemig, a resposta da Cemat é finalizada com uma ratificação de compromisso, projeção de caráter institucional, conforme verificamos na oração (3.2) a seguir.

⁶⁹ HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004, p. 262.

⁷⁰ Ibid, p.255.

⁷¹ Ibid, p.406.

(3.2) A companhia	reitera	seu compromisso de divulgar [...] quando efetivada
grupo nominal	grupo verbal	grupo nominal
dizente	processo verbal	alvo

O *dizente* de (3.2) é “A Administração da Cemat”. Citado, dessa vez, sem especificações relacionais, tal *grupo nominal* antecede o *processo verbal* “reitera”; *escolha realizacional* que define tom de reforço ou de ratificação do discurso (pronunciamento) da concessionária.

O *alvo* é desenvolvido em torno de *sintagma nominal*, “seu compromisso [...]”. Esse possui, como elemento integrante, verbo *não-finito*, portanto não-conjugado, indicador de propósito, finalidade, introduzido pela expressão especificadora “de buscar”.

O *sintagma nominal* “toda e qualquer informação relevante”, seguindo da *expansão de intensificação de tempo*, “quando efetivada”, também é constitutivo do *alvo*. Nesse, ainda estão agregadas outras informações subsidiárias: uma *circunstância de ângulo de fonte*, a qual discrimina a sujeição da companhia de energia às leis de instrução da CVM, e o *receptor*, “aos seus acionistas e ao mercado geral”, os sujeitos a quem a ação de “divulgar” é destinada.

A carta da Cemat, assim como a composta pela Cemig, sugere e resgata, em seu desfecho, construção de *processo relacional identificativo* capaz de especificar o compromisso político da companhia; o qual seria o de “divulgar [...] toda e qualquer informação relevante” em tempo preciso, conforme demonstra o complexo oracional de circunstância (marcado *processo existencial em elipse*) “quando efetivada”.

O comunicado, ofício/CVM/SEP/GEA-1/Nº201, é datado de 28 de maio de 2013 e é assinado por Jaconias de Aguiar e por Eduardo Augusto Gomes de Assumpção, respectivamente, o interventor e o diretor financeiro, administrativo e de relações com investidores da Cemat.

3.3 Caso 2: Minoritário

Em 24 de maio de 2012, a gerente de acompanhamento de emissores da BM&Bovespa, Nilza Maria Silva de Oliveira, enviou um ofício de solicitação de esclarecimentos a Gustavo Henrique Santos de Souza, o gerente geral de relações com investidores do Banco do Brasil (BB).

O texto do pede explicações sobre “Minoritário”, matéria publicada em 23 de maio de 2012 pelo *O Estadão*, versão eletrônica do jornal *O Estado de São Paulo*. Nessa, a jornalista Sônia Racy afirma que a instituição estatal poderia fazer proposta para comprar menos de 49% do banco espanhol Santander, desde que tal negócio envolvesse o grupo Votorantim.

Tal publicação apresenta o seguinte corpo de texto:

Minoritário - O Banco do Brasil resolveu ser mais light em sua tentativa de abocanhar o Santander Brasil – aproveitando que a situação da economia espanhola vai de mal a pior. Corre em Brasília que o BB pode fazer proposta para comprar menos de 49% do banco, desde que o negócio também envolva o Votorantim. Além de Robson Rocha, presidente do conselho da Previ, fala-se de Ivan de Sousa Monteiro, vice do BB e aliado a Aldemir Bendine, para a presidência do fundo no lugar de Ricardo Flores. A decisão deve se dar depois do dia 29, data da eleição direta para outros cargos. Em tempo: o novo estatuto da Previ estabelece que o presidente tem de ser funcionário da ativa do BB.⁷²

“Minoritário” impactou o mercado de ações, gerou oscilações de valores e criou expectativas. A resposta a essa notícia, o comunicado ao mercado de 24 de maio de 2012, nega as pretensões de compra sugeridas por Racy e põe fim ao alarde que incomodou funcionários, investidores e consumidores das duas instituições.

A seguir, apresentamos o Quadro 10. Nesse, sistematizamos aspectos discursivos de “Minoritário”. Assim como o estudo de caso anterior, citamos os constituintes da produção, da distribuição e do consumo da *prática particular* e dispomos, ainda, os *atores sociais*, a qualificação de nível das fontes e as orações que reproduzem as falas ou interpretações desses agentes.

⁷² RACY, S. “Minoritário”. *O Estadão - blog*, 23 maio 2013. Disponível em: < <http://blogs.estadao.com.br/sonia-racy/minoritario/> > Acesso: 20.03.14.

Quadro 10: Constituintes de Produção e Consumo (Caso 2)

Título - data	"Minoritário " - 23/05/2012
Instância Produtora	Sônia Racy
Instância Receptora	Leitores-consumidores de <i>O Estado de São Paulo</i>
Veículo / Suporte	<i>O Estado de São Paulo - O estado</i> [versão eletrônica]
Principais atores	Banco do Brasil, Santander
Nível de Fonte e Orações	
(4.1) Atribuição com reserva total	“Corre em Brasília que o BB pode fazer proposta [...]”
(4.2) Atribuição com reserva total	“[...] fala-se de Ivan de Sousa Monteiro, vice do BB [...]”

Os atores institucionais envolvidos no fato-tema, suposta compra ou a venda do Santander, são, além do banco espanhol, o BB, que seria o principal interessado, o grupo Votorantim e a Previ. Os demais *atores sociais*, indivíduos representados no texto de Racy, são os comissionados em exercício de função ou possíveis funcionários a serem indicados após finalização da transação. São eles: Ivan de Souza Monteiro, Robson Rocha, Aldemir Bendine e Ricardo Flores.

No que se refere às fontes e às suas declarações, a esfera jornalística de produção, como no caso da Cemig, omite seus contatos, optando, pelas construções (4.1) “Corre em Brasília que o BB pode fazer proposta [...]” e (4.2) “[...] fala-se de Ivan Monteiro de Sousa, vice do BB [...]”, nas quais também se evidencia a *atribuição com reserva total*. Portanto, o leitor não tem conhecimento de quem é o agente consultado e nem do contexto de atuação desse colaborador.

A seguir, expomos, em cadeias, essas contribuições das fontes de Racy e as analisamos.

(4.1) Corre	em Brasília	que o BB pode fazer proposta para comprar 49% do banco
grupo verbal	grupo adverbial	grupo nominal [sentença encaixada “cabeça” de sentença nominal]
processo material	circunstância de lugar	ator
desde que o negócio também envolva o Votorantim.		
grupo adverbial		
expansão de intensificação [oração dependente de circunstância]		

Em (4.1), há inversão da ordem direta. No *tema*, é reconhecido não um sujeito ator, mas o “fazer e acontecer”, caractere de ação evidenciado no emprego de *processo material transformativo* “corre”, constitutivo de sentença conotativa, de carga figurada, na qual o

participante, ser que pratica a ação, é a informação “que o BB pode fazer proposta para comprar 49% do banco”.

Nesse tipo de estrutura, validando o aspecto *interpessoal*, Halliday e Matthiessen (2004, p.155) afirmam que o sujeito é a própria *oração encaixada*. Os autores da GSF explicam que esse tipo de relação não diz respeito às construções táticas, mas a um mecanismo semiogênico que passa a funcionar como um constituinte dentro da estrutura de um grupo específico. Assim, o que ocorre, nesse caso, é um processo de personificação evidenciado em uma *nominalização* capaz de funcionar como “cabeça” de enunciado⁷³.

Semanticamente, os atores não-identificados de (4.1) são os responsáveis pela propagação em Brasília, a sede de poder do governo federal, do rumor sobre a venda do Santander: uma informação sobre a qual não se sabe “quem”, “quando” ou “como” foi gerada.

Construto complementar, “desde que o negócio também envolva o Votorantim”, é uma ressalva, uma oração dependente de *circunstância* que atua como *expansão de intensificação de condição*.

De acordo com a GSF, a relação entre estruturas complexas, isto é: a ligação entre as orações, como em (4.1) e outras aqui já analisadas, firma-se tanto na estrutura, no aspecto linguístico, quanto no aspecto semântico, de significado⁷⁴. Em relação a esse último, percebemos que a *expansão* em evidência é portadora de valor, da qualidade para se fazer acordo que, segundo Racy, seria imprescindível à proposta de investimento em pauta.

Distanciando-se dos aspectos organizacionais comuns à notícia, “Minoritário”, em detrimento à objetividade, ao registro ou ao tratamento de fatos, prioriza um outro tipo de relato: o da perspectiva. Racy opta por descrever um cenário futuro, identificando as consequências, postos e sujeitos que seriam institucionalmente rearranjados, caso a venda do banco espanhol fosse, enfim, concretizada.

Dessa maneira, em um mundo de prováveis acontecimentos, o que se firma, em meio à citação de dados, nomes de executivos e de autarquias, é uma especulação jornalística; a qual é visivelmente instaurada em (4.1) e ratificada em (4.2) a seguir.

⁷³ HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004. p. 426, 427.

⁷⁴ Ibid, p.418.

(4.2) Além de Robson Rocha, presidente da Previ	fala-se
grupo nominal	grupo verbal
adjunto conjuntivo de intensificação (+) identificação relacional	processo verbal (+) dizente
de Ivan de Sousa Monteiro, vice presidente do BB [...] para a presidência do fundo no lugar de Ricardo Flores.	
grupo nominal	
alvo	

Em (4.2), o *dizente* que corresponde ao *processo verbal* “falar” pode ser qualquer pessoa que esteja inteirada sobre assunto ou um mero especulador do tema. Essa não-identificação do falante, o uso da *atribuição com reserva total*, contribui, mais uma vez, para a informalidade da produção; abdicando-se, assim, da precisão; o que, segundo Traquina (2005, p.142), significa, de certa forma, abrir mão da legitimidade da notícia.

Evidenciamos, assim, um grupo verbal. E, em (4.2), esse marcado pela associação entre o *processo verbal* “fala” e o *dizente* “ele”, substituído, na sentença, pela partícula pronominal equivalente “se”.

Na oração em análise, o *tema* é formado por uma *extensão de intensificação* marcada por *elemento conjuntivo de adição*, “Além de Robson Rocha”. Essa construção é seguida pelo termo qualificador, identificação de caráter *relacional*, “presidente da Previ”.

Voltado para os *atores sociais* envolvidos na esfera de poder, entendemos que esse conjunto de *escolhas realizacionais* destaca uma preocupação para com a hierarquia política e funcional das instituições citadas.

Assim, se por um lado, Racy omite dados referentes às suas fontes, por um outro, ela registra, em *alvo*, dados específicos dos atores envolvidos com a estrutura organizacional da Previ. São listados nomes, sobrenomes e cargos de indivíduos cogitados para exercício da presidência de tal instituição, como resultado provável da suposta fusão.

Essa configuração é sustentada a partir de estruturas de caráter *relacional* como “vice do BB e aliado a Aldemir Bendine”, qualificador do sujeito-ator citado no *alvo* “de Ivan de Sousa Monteiro”, informação, então, divulgada pelo *dizente* do complexo oracional em análise, “ele” ou “ela”.

O termo disposto em sequência “para a presidência do fundo no lugar de Ricardo Flores” trata-se de *circunstância de intensificação* e revela *localização de lugar*. Essa discrimina *status*, hierarquia funcional e possível disputa pelo poder entre Robson Rocha e Ivan de Sousa Monteiro.

Avaliação moral também é disposta como estratégia discursiva de *legitimação* em “Minoritário”. A oração *tema* “O Banco do Brasil resolveu ser mais light na sua tentativa de abocanhar o Santander” é construída em torno do *processo mental* de ordem cognitiva “resolveu”. Entretanto, a carga relacional do enunciado se faz presente em “ser mais light”, organização que evidencia o empoderamento do BB frente à outra instituição financeira em destaque, o Santander.

A *oração de intensificação não-finita*, construto reduzido por gerúndio, “aproveitando que a situação da economia espanhola vai de mal a pior”, também apresenta caráter relacional, expõe avaliação negativa e faz alusão à crise espanhola de 2012.

Assim, a estatal brasileira é sugerida como instituição que “pode estar” ou “está” se aproveitando da suposta derrocada do país europeu. Isso é evidenciado pelo emprego do jargão popular, *circunstância atributiva* indicativa de desempenho em escala descendente, “vai de mal a pior”.

O texto de Racy tem, em sua finalização, uma oração desenvolvida em torno de *processo existencial*, “dar”, constituinte de grupo verbal, em que o “se” é indicador de reflexibilidade, marcado por probabilidade relativa indicada pelo *operador modal finito* “deve”. Por evidenciar mera projeção, hipótese, essa organização ratifica o caráter especulativo da notícia de *O estadão*.

Por último, a informação disposta após o alerta “em tempo” evidencia *racionalização* de ordem *instrumental* desenvolvida em torno do *processo verbal* “estabelece”; em que a projeção, “que o presidente tem de ser funcionário da ativa do BB”, é a descrição da declaração formal, regra instituída, supostamente explicitada em documento, pelo sujeito feito *dizente*, a Previ.

A seguir, analisamos a resposta da estatal, o posicionamento desse em relação às indagações da CVM.

3.3.1 Comunicado ao mercado: o esclarecimento do BB

Após a veiculação em *O Estadão*, a especulação sobre a suposta compra do Santander pelo Banco do Brasil ganhou outras páginas da “internet”. No site da *Infomoney*, em 24 de maio de 2012, o jornalista Fernando Ladeira cita a notícia assinada por Racy em texto intitulado: “Ação do Banco do Brasil cai forte ante rumor de comprar parte do Santander BR”⁷⁵. Na publicação, Ladeira afirma: “analistas dizem que é cedo para avaliar, mas elevado valor da aquisição poderia afetar indicadores do banco estatal”.

Gilmar Carneiro, presidente do sindicato dos bancários na época, utilizou o próprio *blog* para também fazer considerações sobre assunto. Em “Santander vai vender 49% ao BB?”⁷⁶, a preocupação principal desse sindicalista se remetia aos empregos dos 55 mil funcionários da instituição financeira de origem espanhola.

Em meio a esse cenário de ansiedade e expectativas, o ofício da CVM/SEP/GEA-1443/2012 é encaminhado ao banco brasileiro. O documento solicita esclarecimentos sobre o fato publicado pela mídia. Em resposta, o BB se pronuncia, fazendo as seguintes considerações:

Em resposta ao questionamento dessa Comissão no Ofício CVM/SEP/GEA-1443/2012, de 24.05.2012, acima transcrito, informamos, a respeito da notícia veiculada na imprensa sobre a aquisição de participação acionária do Banco Santander Brasil, que o Banco do Brasil não se encontra em negociações dessa natureza, já tendo sido, inclusive, negada pelas assessorias de imprensa de ambos os bancos.⁷⁷

As organizações linguístico-discursivas dessa resposta são analisadas a partir de (5.1) a seguir.

⁷⁵ LADEIRA, G. “Ação do Banco do Brasil cai forte ante rumor de comprar parte do Santander BR”. Disponível em: < <http://www.infomoney.com.br/bancodobrasil/noticia/2444653/acao-banco-brasil-cai-forte-ante-rumor-comprar-parte-santander>> Acesso: 06/12/2012.

⁷⁶ CARNEIRO, Gilmar. “Santander vai vender 49% ao BB?”. Disponível em: <http://www.gilmarcarneiro.com/2012/05/santander-vai-vender-49-ao-bb.html> > Acesso: 06/12/2012.

⁷⁷ BANCO DO BRASIL S.A. “Esclarecimentos sobre consultas CVM/BOVESPA”, comunicado ao mercado. ofício/CVM/SEP/GEA-1/443. 25/05/2012. Disponível em:<<http://www.econoinfo.com.br/comunicados/BRASIL/Esclarecimentos-Solicitados-pela-CVM/888691597271?p=1>>Acesso: 24/03/2014.

(5.1) Em resposta ao questionamento dessa Comissão no ofício [...] de 24.05.2012, acima transcrito,	
grupo adverbial	
circunstâncias de projeção de propósito, de intensificação de localização de tempo	
(nós) informamos	a respeito da notícia veiculada na imprensa sobre a aquisição [...]
grupo verbal	grupo adverbial
(dizente) + processo verbal	circunstância de projeção de assunto
que o Banco do Brasil não se encontra em negociações dessa natureza [...] de ambos os bancos.	
discurso indireto [oração projetada - projeção hipotática]	
verbiagem	

A declaração da companhia é iniciada por um *grupo adverbial*, no qual há uma *circunstância de intensificação de causa de propósito*⁷⁸ que faz referência à solicitação da autarquia reguladora e apresenta, em sua constituição, uma *circunstância de localização de tempo*, “de 24.05.2012”, a qual especifica a data de emissão do documento em análise.

Após fazer referência ao texto transcrito no comunicado, (5.1) se desenvolve em torno do *processo verbal* “informamos”, no qual é evidente o *dizente*, em elipse, “nós”. Como valor representativo, esse pronome pessoal em 1ª pessoa do plural implica na projeção da voz institucionalizada do BB, assumida e proferida pelo gerente geral de relações com investidores Gustavo de Sousa.

Antes da *verbiagem*, uma *circunstância de projeção de assunto* é empregada para retomada da notícia e do tema nela tratado: uma possível participação acionária, quase majoritária, do banco brasileiro na instituição Santander.

Construído em torno de um *processo relacional circunstancial*, “[...] que o Banco do Brasil não se encontra em negociações dessa natureza, já tendo sido, inclusive, negada pelas assessorias de imprensa de ambos os bancos” é o *discurso indireto* que compõe a *projeção hipotática* de (5.1).

Enfático, o *processo* de tal organização é antecedido pelo *adjunto de polaridade* “não”. Nesse contexto, “[...] em negociações dessa natureza” é a *circunstância* de valor atributivo em relação ao *participante* “Banco do Brasil”.⁷⁹

⁷⁸ HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 262.

⁷⁹ HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 216.

A resposta da instituição é finalizada com uma *oração hipotática de intensificação* impulsionada pela composição verbal *não-finita* de caráter relacional “tendo sido [...] negada”⁸⁰. Essa aponta para uma relação lógico-semântica de *causa-razão*, estabelecida para com oração que a antecede.

Entretanto, ressaltamos que, a partir da observação do afixo delimitador de gênero inserido em *processo*, o sufixo “-ada”, a *expansão* em análise parece se referenciar ao sujeito distanciado “notícia”, disposto como *circunstância de projeção de assunto*. Sendo assim, para tal construção deslocada, caberiam questionamentos sobre a configuração da estrutura experiencial da oração, empregada e organizada pela esfera que produz e redige o discurso.

3.4 Caso 3: Eike negocia entrada de sócio na OGX

Em 23 de novembro de 2012, OGX Petróleo e Gás Participações S.A., através de seu diretor de finanças e de Relações com Investidores, Roberto Bernardes Monteiro, respondeu ao ofício da CVM/SEP/GEA-1/Nº 731/2012, prestando esclarecimentos sobre notícia veiculada na revista *Exame*, e reproduzida pela versão eletrônica, *Exame.com*, em 22 de novembro de 2012, sob o título “Eike Batista negocia entrada de sócio na OGX”.

A publicação assinada por Tiago Lethbridge apresenta o seguinte corpo de texto:

O empresário Eike Batista está negociando a venda de uma participação na OGX para petroleiras estrangeiras. Mais especificamente, está à venda uma fatia de 25% nas áreas de exploração da OGX na Bacia de Campos. Calcula-se que o negócio, se concluído, levante cerca de 3 bilhões de dólares para a empresa. Há dois anos, Eike Batista tentou fazer uma transação semelhante, mas as negociações esbarraram no preço. No fim de 2010, a OGX valia 70 bilhões de reais. De lá para cá, as coisas pioraram bastante para a companhia: o valor de mercado caiu para 16 bilhões de reais. Agora, portanto, a conversa com as petroleiras estrangeiras acontece em termos mais favoráveis aos compradores — a esperança da OGX é justamente que a entrada de um sócio ajude a recuperar o valor das ações. As conversas estão adiantadas e os favoritos à aquisição são petroleiras chinesas. Procurado, o grupo EBX, de Eike, não comentou a informação.⁸¹

⁸⁰ Ibid, p.420.

⁸¹ LETHBRIDGE, T. “Eike Batista negocia entrada de sócio na OGX”. *Exame.com*, 22.11.2012. Disponível em: < <http://exame.abril.com.br/blogs/primeiro-lugar/2012/11/22/eike-batista-negocia-entrada-de-socio-na-ogx/> > Acesso: 20/03/2014.

Essa matéria da *Exame* é precedida por uma postagem do serviço de notícias por assinatura em tempo real, o *Valor Pro*. Vinculado ao *Valor econômico*, no dia 22 de novembro, a versão “on-line” desse jornal publica “OGX dispara e ajuda Bovespa a reduzir perdas do dia.”⁸²

Assinada por Téo Katar, o relato afirma que, nos minutos finais do pregão do dia 21, as ações da empresa de Eike Batista dispararam em 12%, após a informação de que o empresário brasileiro negociava a venda de uma fatia da empresa para a Petronas, estatal da Malásia. A notícia foi reproduzida por outros veículos, incluindo o G1, portal de notícias da *Globo.com*.

Os aspectos discursivos da notícia mencionada no comunicado da OGX, os constituintes textuais da produção, da distribuição e do consumo dessa *prática particular* estão, conforme o organograma metodológico, listados a seguir, no Quadro 11.

Quadro 11: Constituintes de Produção (Caso 3)

Título - data	"Eike negocia entrada de sócio na OGX " - 22/11/2012
Instância Produtora	Tiago Lethbridge
Instância Receptora	Leitores-consumidores de <i>Exame</i>
Veículo / Suporte	<i>Exame.com</i> [versão eletrônica]
Atores Principais	OGX, petroleiras estrangeiras
Nível de Fonte e Orações	
(6.1) Atribuição com reserva total	Calcula-se que o negócio, se concluído, levante [...]
(6.2) Atribuição direta	Procurado, o grupo EBX, de Eike, não comentou a informação.

No que diz respeito à citação e menção de fonte, o texto da *Exame* apresenta a *oração complexa* (6.1), na qual evidenciamos uma *atribuição com reserva total* articulada em organização processual verbal.

(6.1) Calcula-se	que o negócio, se concluído, levante cerca de 3 bilhões de dólares para a empresa
grupo verbal	grupo nominal
processo mental (+) experienciador	meta-fenômeno [oração projetada – projeção hipotática]

Nessa configuração, a fonte, “ele” ou “ela”, evidente no índice de indeterminação do sujeito “se”, é o ser *experienciador* do *processo mental* “calcular”. Tal seleção é seguida do *meta-*

⁸² KATAR, T. “OGX dispara e ajuda Bovespa a reduzir perdas do dia”. *Valor-online*, 22.11.2012. Disponível em: < <http://www.valor.com.br/financas/3017350/ogx-dispara-e-ajuda-bovespa-reduzir-perdas-no-dia> > Acesso: 20/03/2014.

fenômeno, da *projeção mental*, que prevê o suposto lucro da negociação encabeçada pelo empresário Eike Batista.

Na referida *projeção hipotática*, ainda está explícito uma *oração encaixada de intensificação* “se concluído”. Essa discrimina uma *condição de causa positiva*⁸³, a qual tem o constituinte “for”, do *processo material* “for concluído”, em elipse.

A informação central da *oração projetada* evidencia uma *proposta mental*. Segundo Halliday e Matthiessen (2004, p.461), esse tipo de representação pode ter caráter semiótico de *proposta* ou *proposição*. O primeiro caso remete-se às ideias que são projetadas a partir de *processos cognitivos*. No segundo, às *trocas de bens-e-serviços*, em processos que indicam normalmente, desejo, espera.

Portanto, embora “calcular” sugira, comumente, na Língua Portuguesa, exercício preciso de ordem cognitiva, raciocínio matemático, no caso de (6.1), ele se firma como *processo* que expressa ambição, expectativa e incerteza; sentido realçado pelo índice de indeterminação do sujeito acoplado à ação. Nessa perspectiva, “que o negócio levante cerca de 3 bilhões de dólares para a empresa” é o desejo materializado. Segundo a GSF, essa é, ainda, uma *oração declarativa de futuro*⁸⁴.

Sem o uso pontos de vista ou de declarações institucionais, “Eike negocia a entrada de sócios na OGX” parece buscar *legitimação* discursiva a partir de resgate de eventos passados, históricos e dados, sem fontes ou referências, supostamente levantados por Tiago Lethbridge.

Nessa perspectiva, assim como “Minoritário”, a notícia da *Exame* também trabalha com projeções cognitivas, hipóteses e probabilidades lógicas, *escolhas realizacionais* que evidenciam a tentativa do uso da *racionalização* de ordem *instrumental*. A *avaliação moral* é outra estratégia utilizada pela instância produtora para fazer frente perante o leitor.

“Está negociando” e “está” são, respectivamente, *processos material* e *relacional de circunstância*. Eles indicam ação desempenhada pelo empresário Eike Batista e o estado,

⁸³ HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 418.

⁸⁴ Ibid, p. 461.

condição, do *participante portador* “uma fatia de 25% nas áreas de exploração da OGX na Bacia de Campos”.

Concernente a esse *participante* em particular, dado preciso, “25%,” e *circunstâncias de localização* que discriminam o espaço da exploração extrativista são *sintagmas nominais* que configuram, com precisão, o *portador* e, conseqüentemente, conferem maior informatividade, portanto credibilidade, ao texto jornalístico.

A *avaliação moral* é evidente em “De lá para cá, as coisas pioraram bastante para a companhia”. Essa apresenta, como *tema*, uma *circunstância de localização de tempo* constituinte de oração construída em torno do *processo comportamental* “pioraram”. Para comprovar o julgamento exposto, intensificado pelo elemento circunstancial “bastante”, a instância produtora expõe o valor de mercado, em reais, da OGX: 16 bilhões.

Discriminada a importância da companhia, o texto passa a ter como foco a conversa entre e o empresário e os possíveis novos sócios da petrolífera. Nesse contexto, as orações são desenvolvidas em torno do *processo material* “acontece” e dos *processos relacionais* “é”, “estão” e “são”.

“Em termos favoráveis aos compradores” revela a *circunstância* e os *beneficiários* da negociação atrativa dita em curso. Nessa organização, a expectativa ou a projeção futura da empresa brasileira é expressa na *oração complexa* de caráter *relacional* “a esperança da OGX é justamente que a entrada de um sócio ajude a recuperar o valor das ações.”

Nesse construto, uma *oração encaixada* é *participante intensivo* da cláusula, a qual funciona, inclusive, como “cabeça” de enunciado, tal qual ocorre em (4.1) de “Minoritário”. Em seguida, para ratificar que as negociações estão em andamento, verificamos duas orações intercaladas pelo *elemento conjuntivo de adição* “e”. Nessas, os *participantes* “adiantadas” e “petroleiras chinesas” são, respectivamente, *atributo* e *identificado* do *portador* “as conversas” e do *identificador* “os favoritos”.

Finalmente, assim como no episódio da Cemig, o silêncio do grupo EBX é a informação destaque disposta no desfecho da notícia. Nessa organização, há *atribuição direta* à fonte e o

trabalho de pesquisa da instância produtora é evidenciado, sugerindo ética e legitimidade à *práxis* jornalística.

(6.2) Procurado, o grupo EBX, de Eike	não comentou	a informação
grupo verbal	grupo adverbial + grupo verbal	grupo nominal
dizente	adjunto de polaridade + processo verbal	alvo

(6.2) é introduzida pelo qualificador “procurado”. Tal caractere compõe o *tema* que fez referência, ainda, ao grupo EBX, *participante dizente*, e ao empresário Eike Batista. A omissão, ou negação, de respostas é evidenciada pelo *adjunto modal de polaridade* “não”, o qual antecede o *processo verbal* “comentou” e ao *alvo*, *sintagma nominal*, “a informação”.

A seguir, analisamos o comunicado ao mercado da OGX, em resposta à CVM e à publicação de *Exame.com*.

3.4.1 Comunicado ao mercado: o esclarecimento da OGX

Em sua resposta, a OGX faz referência a duas solicitações explícitas no ofício da CVM. A primeira corresponde à veracidade da publicação da *Exame* e a segunda, à necessidade de divulgar tais informações como fato relevante. A voz da empresa de Eike Batista, assumida em 1ª pessoa do plural pelo diretor financeiro e de relações com investidores, Roberto Bernardes Monteiro, está evidente no fragmento transcrito a seguir.

Vimos, por meio desta, esclarecer que a Companhia, tal como outras empresas do ramo, está sempre atenta a oportunidades de negócios que envolvam a compra e venda de ativos ou parcerias para atuações em conjunto nas atividades de exploração e produção de petróleo. Informamos, entretanto, que na presente data não há qualquer negociação em andamento para venda de 25% da participação da Companhia nos ativos da bacia de Campos, tal como veiculado na Reportagem. A Companhia informa, por fim, que não se posicionou junto à Revista Exame, pois tem como política não comentar rumores de mercado acerca de seus negócios. Sendo estes os esclarecimentos que entendemos pertinentes em razão dos

questionamentos formulados no Ofício, a Companhia se coloca à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais que sejam julgados necessários.⁸⁵

⁸⁵ OGX PETRÓLEO E GÁS PARTICIPAÇÕES S.A. “Esclarecimentos sobre consultas CVM/BOVESPA”, comunicado ao mercado. Ofício/CVM/SEP/GEA-731/2012. 23/11/2012. Disponível em: < <http://siteempresas.bovespa.com.br/DWL/FormDetalheDownload.asp?site=C&prot=358331> > Acesso: 24/03/2014.

Nesse, a categorização das *escolhas realizacionais* revelam as composições (7.1), (7.2), (7.3) e (7.4) abaixo analisadas.

(7.1) (Nós) + Vimos	por meio desta	esclarecer
(grupo nominal) + grupo verbal	grupo adverbial	grupo verbal
(dizente) + processo verbal	circunstância de modo	processo verbal
que a Companhia, tal como outras empresas do ramo, está sempre atenta a oportunidades [...] de petróleo		
discurso indireto [oração projetada - projeção hipotática]		
verbiagem		

Em (7.1), o *processo verbal* “vimos esclarecer” tem a sua formação composta intercalada por uma construção de *intensificação de modo* indicativa de *meio* (“means”), conforme indicado na GSF⁸⁶. Esse apontamento de ação, em que o *dizente* é a 3ª pessoa do plural “nós”, compõe com o elemento circunstancial, o *tema* da oração em análise.

A *projeção hipotática* é sustentada por duas construções de ordem relacional. A principal tem caráter atributivo, valoriza a dita idoneidade da instituição, e é evidenciada em “a Companhia está sempre atenta a oportunidades de negócios [...]”. Nessa, o *portador* é a própria petrolífera, a OGX, e o *atributo*, de caráter *circunstancial*, evidencia o estado positivo da empresa em estar em alerta às oportunidades de crescimento ou lucro.

A segunda construção de caráter relacional é uma *atribuição de identidade*⁸⁷. Nela, há uma caracterização qualitativa sustentada por uma comparação composta pelo conector conjuntivo “tal qual”. A ressalva, melhorada pelo emprego do elemento de *intensificação de frequência* “sempre”, desarticula ou confronta sugestões de burla ou desvio de conduta da companhia de Eike Batista.

Da mesma forma que as organizações do comunicado da Cemig, (7.1) ainda apresenta *oração encaixada relativa definidora*, a qual qualifica “oportunidades de negócios”, termo que antecede a *circunstância de causa de propósito* introduzida pela preposição “para”.

Além de tipificar, “que envolvam a compra e venda de ativos [...]” expressa futuro, desejo e expectativa. Coerentemente, o fragmento é encerrado pela *circunstância de intensificação*

⁸⁶ HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p.262.

⁸⁷ Ibid, p.220.

indicadora de *causa de propósito* e de *localização de lugar* “para atuações em conjunto nas atividades de exploração e produção de petróleo”.

(7.2) (Nós) + Informamos	entretanto
(grupo nominal) + grupo verbal	grupo conjuntivo
(dizente) + processo verbal	adjunto conjuntivo de adição adversativa
que na presente data não há qualquer negociação em andamento para venda de 25% [...] na Reportagem	
discurso indireto [oração projetada - projeção hipotática]	
verbiagem	

Em (7.2), o *dizente* (nós) rebate, mais precisamente, às informações publicadas pela revista *Exame*. Nessa configuração, o *processo verbal* “informamos” compõe o *tema* da oração, juntamente com o *adjunto conjuntivo de adição adversativa*⁸⁸ “entretanto”, empregado para introduzir contraposição em relação à informação anterior, disposta em (7.1).

O elemento “na presente data” discrimina *localização de tempo* e evidencia o caráter circunstancial da declaração da empresa petrolífera; e o *processo existencial*, marcado pelo *adjunto de polaridade* “não”, sustenta a negação da OGX frente às suspeitas de conduta irregular, a não divulgação de fato relevante, levantadas pela autarquia governamental.

Nessa organização, o *existente* é “qualquer negociação em andamento [...], tal como veiculado na Reportagem”. Nesse, a composição central, “qualquer negociação”, é sustentada, especificada, por uma série de caracterizadores circunstanciais. “Em andamento” é *circunstância* de carga atributiva, embora o *processo relacional* seja apenas uma composição viável, sugerida pela configuração possível “a negociação está em andamento”.

“Para a venda de 25% da participação da Companhia nos ativos da bacia de Campos” trata-se de uma *circunstância de intensificação de causa e propósito* e “tal como veiculado na Reportagem” de uma *circunstância de intensificação* que demarca *modo de comparação*.

Após (7.2), *oração complexa* que refuta as informações de “Eike Batista negocia entrada de sócio na OGX”, (7.3) justifica o silêncio do grupo EBX, perante as consultas ou questionamentos realizados pela *Exame*.

⁸⁸ HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p.613.

(7.3) A Companhia	informa	por fim
grupo nominal	grupo verbal	grupo conjuntivo
dizente	processo verbal	adjunto conjuntivo conclusivo ⁸⁹
que não se posicionou junto à Revista Exame, pois tem como política não comentar [...] de seus negócios.		
discurso indireto [oração projetada - projeção hipotática]		
verbiagem		

Nessa, “A Companhia” é o *dizente* do *processo verbal* “informa”. Esse tem como *projeção hipotática* em *discurso indireto* a organização “que não se posicionou junto à revista *Exame*, pois tem como política não comentar rumores de mercado acerca de seus negócios”. Tal *verbiagem*, por sua vez, é desenvolvida em torno de *processo verbal*, acrescido do *adjunto modal de polaridade negativa*.

A ação não-realizada em *extensão* indicativa de *circunstância de acompanhamento comitativo*, “junto à Revista Exame”, é justificada por uma *expansão causal* em que a companhia qualifica as informações do texto de Tiago Lethbridge como mais um dos “rumores de mercado” envolvendo do grupo EBX.

O comunicado da petrolífera é finalizado com (7.4), organização marcada por polidez e disponibilidade da empresa para maiores esclarecimentos, se necessário. O *tema* da cláusula em análise é uma *expansão*, na qual “sendo” é *processo relacional não-finito*, que, para nós, agrega uma *elaboração* de função, *papel*⁹⁰.

(7.4) Sendo estes [...] no Ofício	a Companhia	se coloca
grupo adverbial	grupo nominal	(grupo nominal) + grupo verbal
expansão por elaboração	comportante	(meta) + processo comportamental
à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais que sejam julgados necessários.		
grupo adverbial		
circunstâncias de intensificação de modo e de causa		

Segundo a GSF, essa categoria constrói sentidos de caráter circunstancial em torno dos verbos “ser” e “tornar-se”, correspondendo tanto a *atributos* quanto a *valores*. Assim, “os esclarecimentos que entendemos pertinentes em razão dos questionamentos formulados no

⁸⁹ HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p.613

⁹⁰ Ibid, p. 274.

ofício” pode ser percebido, entendido de forma viável, como *valor, identificador* do *participante identificado* “este”.

Ainda considerando os constituintes do *tema*, evidenciamos nesse uma *oração relativa definidora*, desenvolvida em torno do *processo mental* “entendemos”, o qual especifica a percepção da empresa sobre a solicitação disposta em ofício pela CVM. (7.4) é finalizada com *circunstâncias* de *modo* e de *propósito*, as quais intensificam, acrescentam sentido, à ação discriminada pelo *processo comportamental*, de caráter reflexivo, “se coloca”.

3.5 Caso 4: Títulos da Lupatech despencam com aumento de apostas em calote

Em 25 de novembro de 2011, a CVM, através do ofício BM&FBovespa GAE/Nº2472/2011, assinado pelo gerente de acompanhamento de emissores Nelson Barroso Ortega, solicitou à Lupatech S.A., companhia de suporte e infraestrutura para exploração de petróleo e gás, esclarecimento sobre intensa oscilação dos volumes de negociação de títulos da empresa.

Como registro representativo de tal oscilação, foi disponibilizado, um quadro com o resumo das transações, compra e venda de títulos, realizadas entre 11 e 24 de novembro de 2011. Nesse período, o valor médio das ações da empresa decresceu, variando de R\$ 7,11 a R\$ 3,72.

Como resposta ao questionamento, o comunicado ao mercado assinado por Alexandre José Guerra de Castro Monteiro, diretor de relações com os investidores da Lupatech S.A., cita a reportagem de autoria da *Bloomberg*, de 22 de novembro de 2011, intitulada “Títulos da Lupatech despencam com aumento de apostas em calote”⁹¹, como a responsável pela instabilidade e alvoroço em torno das ações da empresa.

Em tal comunicado ao mercado, o diretor faz alusão aos pagamentos e compromissos a serem cumpridos pela companhia e afirma:

A reportagem foi escrita de forma unilateral, sem manifestação por parte da Companhia e sem qualquer fato que pudesse comprovar as suspeitas levantadas pela

⁹¹ MILLARD, P. “Títulos da Lupatech despencam com aumento de apostas em calote”. *Exame.com*, 22.11.2012. Disponível em: <<http://siteempresas.bovespa.com.br/consbov/VisualizaArquivo.asp?protocolo=312049&funcao=download&Site=C>> Acesso: 20/03/2014.

reportagem. A Companhia sempre esteve em dia com os pagamentos de juros sobre os Bônus Perpétuos e não tem qualquer intenção em não concluir o pagamento sobre os juros desses títulos a vencer em 10 de janeiro de 2012. Diante do exposto, entendemos que a notícia teve caráter meramente especulativo, causando grande impacto sobre o valor dos títulos mobiliários de emissão da Companhia e gerando grande desconforto na comunidade de investidores mundo afora [...]”⁹².

Assinada por Peter Millard, publicada no *site* de notícias da *Bloomberg* e por *Exame.com*, a matéria ainda foi reproduzida em *blogs* como *Investfácil.net* e *Investmax*. O texto polêmico menciona, explicita e dá voz a diversas fontes, comentários e opiniões de analistas, incluindo observações e projeções do próprio Alexandre Monteiro, o diretor que assina a carta-resposta da Lupatech.

O texto de *Exame.com* é construído a partir de *atribuição direta* das fontes. Essas são identificadas e suas declarações e pontos de vista são citados em discurso direto ou trabalhadas pelo jornalista em orações hipotáticas.

“Títulos da Lupatech despencam com aumento de apostas em calotes” contou com o apoio de 10 colaboradores. As vozes e discursos desses atores são analisados em 21 fragmentos. Conforme organograma, expomos, a seguir, o Quadro 12. Nele, mencionamos os constituintes textuais da produção, da distribuição e do consumo da reportagem que compõem o estudo de caso em análise.

Quadro 12: Constituintes de Produção (Caso 4)

Título e data	Títulos da Lupatech despencam com aumento de apostas em calote - 22/11/2012
Instância Produtora	Peter Millard
Instância Receptora	Leitores-consumidores da <i>Bloomberg</i> e <i>Exame.com</i>
Veículo / Suporte	<i>Exame.com</i> [exame eletrônica]
Atores Principais	Lupatech
Nível de Fontes e Orações	
Atribuição direta	(8.1) “O presidente da Lupatech [...] vai emprestar R\$ 60 milhões para ajudar no pagam da dívida.”
Atribuição direta	(8.2) “Basicamente, eles estão insolventes, disse Juan Cruz [...]”
	(8.3) “A história deveria fazer sentido porque a Petrobras continua gastando muito dinheiro, mas isso não está acontecendo.”
Atribuição direta	(8.4) “O custo médio de captação para empresas da América Latina com nota de crédito similar caiu [...] segundo dados do Credit Suisse Group AG.”
Atribuição direta	(8.5) “A dívida de longo prazo era equivalente a 54 por cento do capital da empresa no terceiro trimestre [...], segundo dados da Bloomberg.”

⁹² LUPATECH S.A. “Resposta ao ofício BM&BOVESPA - GAE N° 2472/2011”, comunicado ao mercado. Ofício/CVM/SEP/GEA-2472/2011. 23/11/2012. Disponível em: < <http://siteempresas.bovespa.com.br/DWL/FormDetalleDownload.asp?site=C&prot=358331> > Acesso: 24/03/2014.

	(8.6) O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização [...] representou 36 por cento das despesas com juros da Lupatech no terceiro trimestre.
Atribuição direta	(8.7) “Posso garantir a vocês que estamos trabalhando muito duro para não deixar a empresa declarar concordata.”
	(8.8) “Estamos muito, muito à vontade com a viabilidade do negócio”
Atribuição direta	(8.9) “A companhia tem o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, segundo Monteiro.”
Atribuição direta	(8.10) “O BNDES tem uma fatia grande [...] deixe de pagar suas dívidas.”
Atribuição direta	(8.11) “O rendimento dos bônus perpétuos da Lupatech subiu 18 pontos-base, para 19,19 por cento ontem”
Atribuição direta	(8.12) “A companhia realizou aquisições nos últimos quatro anos, [...] que não utilizam os produtos e serviços da companhia, disse Felipe Goossens, analista da Moody’s.”
Atribuição direta	(8.13) “A Petrobras adiou alguns projetos de produção [...] para exploração de campos na região do pré-sal antes do vencimento de algumas licenças.”
Atribuição direta	(8.14) “A Petrobras disse [...] que adiou em dois anos o plano de declarar comercialmente viável o campo de Carioca, descoberto em 2007.”
Atribuição direta	(8.15) “Quanto ao pré-sal, a Petrobras vai poder usar os produtos e serviços que a Lupatech fornece, mas isso só daqui a dois, três ou quatro anos.”
	(8.16) “Enquanto isso, eles precisam fazer uma ponte entre hoje e esse momento futuro.”
Atribuição direta	(1.17) “O rendimento dos títulos soberanos em dólar do Brasil com vencimento em 2021 aumentou 6 pontos-base, para 3,57 por cento ontem.”
	(8.18) Os papéis da Petrobras de mesmo prazo pagam 4,8 por cento.
Atribuição direta	(8.19) “A Petros não respondeu e-mails e telefonemas solicitando comentário para esta reportagem.”
Atribuição direta	(8.20) “As assessorias de imprensa do BNDES e da Petrobras, ambas no Rio de Janeiro, se recusaram a fazer comentários.”
Atribuição direta	(8.21) “Lupatech,11 quando contatada pela Bloomberg para comentários, referiu todas as questões à teleconferência de 11 de novembro.”

O primeiro construto oracional, (8.1), faz alusão ao pronunciamento de Alexandre Monteiro feito em 11 de novembro de 2012. “O presidente da Lupatech, Alexandre Monteiro”, além de suportar o *participante dizente*, é *tema* da oração desenvolvida em torno do *processo verbal* “disse”.

(8.1) O presidente da Lupatech, Alexandre Monteiro	disse	em 11 de novembro
grupo nominal	grupo verbal	grupo adverbial
dizente	processo verbal	circunstância de tempo
que a Fundação Petrobrás [...] vai emprestar R\$60 milhões para ajudar no pagamento da dívida.		
discurso indireto [oração projetada - projeção hipotática]		
verbiagem		

A *verbiagem* desse fragmento traz a Fundação Petrobras de Seguridade Social como sujeito, *ator de processo material* “vai emprestar”, que socorrerá a Lupatech com “R\$60 milhões”. Na construção, o valor em reais é *meta* seguida de *expansão*, na qual evidenciamos a *circunstância de propósito* “para ajudar no pagamento da dívida”.

Em sequência, a voz explorada é do analista de débitos corporativos de mercados emergentes, Juan Cruz. (8.2) é uma avaliação introduzida pelo *elemento circunstancial de modo* indicativo de *grau*⁹³, “basicamente”. Esse, por sua vez, antecede a oração de caráter *relacional*; em que “insolventes” é o *atributo do portador* “eles”.

(8.2) Basicamente, eles estão insolventes		
discurso indireto [oração projetada - projeção paratática]		
verbiagem		
disse	Juan Cruz, analista de dívida [...] em NY	em entrevista por telefone
grupo verbal	grupo nominal	grupo adverbial
processo verbal	dizente	circunstância de modo
(8.3) a história deveria fazer sentido porque a Petrobrás continua gastando [...], mas isso não está acontecendo.		
discurso direto [oração projetada - projeção paratática]		
verbiagem		

A afirmação do analista sugere que os ativos, rendimentos da empresa, não serão suficientes para pagar as dívidas da Lupatech. Ou seja: a companhia, embora preste serviço para a Petrobrás, parece não usufruir das benesses de uma parceira que seria, aparentemente, lucrativa.

“Em Nova York” e “em entrevista por telefone” especificam as *circunstâncias*, de *localização* e de *modo*, em que a entrevista de Juan Cruz foi concedida. A análise é sustentada por outra oração de carga relacional atributiva: “a história deveria fazer sentido”.

Nessa, há um projeção futura, (8.3), evidente pelo uso do futuro do pretérito da Língua Portuguesa, a qual, semanticamente, concede ao discurso um caráter da incerteza e probabilidade comum às categorias de modalização hallidayanas.

Tal estimativa, projeção, é justificada, sustentada, por uma *expansão de causa*, “porque a Petrobras continua gastando muito dinheiro”. Essa é seguida, complementada, pela *expansão aditiva* de caráter adversativo, “mas isso não está acontecendo”.

Nessas duas orações suportes, percebemos o uso dos *processos material* e *existencial*, os quais têm, como constituintes, verbos compostos por indicativos de ação contínua, gerúndios.

⁹³ HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p.262.

Pertinente ao plano semântico, essa configuração ratifica que, por não alcançar seus objetivos em tempo presente, a Lupatech não honrará seus compromissos em tempo vindouro.

A reportagem de Peter Millard apresenta, entre as suas estratégias de composição, o histórico, resgate de fatos e desempenhos supostamente vivenciados pela companhia fornecedora de equipamentos para exploração de gás e petróleo. Dessa maneira, dados e avaliações fornecidos por empresas especializadas em discriminação de riscos também são dispostos como fontes de consulta. É isso que ocorre em (8.4).

(8.4) O custo médio de captação [...] similar	caiu	24 pontos-base para 12,28 por cento
grupo nominal	grupo verbal	grupo nominal
comportante	processo comportamental	fenômeno
no mesmo período	segundo dados do Credit Suisse Group AG.	
grupo adverbial	grupo adverbial	
circunstância de localização de tempo	circunstância de ângulo da fonte	

Nessa construção, “segundo dados do Credit Suisse Group AG” é a *circunstância de ângulo da fonte*. É a partir dos dados compilados pelo referido grupo de assessoria e investimentos que a matéria discrimina o custo médio de captação para Lupatech, no que corresponde às projeções para empresas latino-americanas.

Assim, sendo a ênfase no desempenho da companhia, a oração é desenvolvida em torno do *processo comportamental* “caiu”. “24 pontos-base” é o *fenômeno* resultado. Esse é seguido por “para 12,28 por cento”, *sintagma de esclarecimento*⁹⁴ que precisa o valor final real das ações da companhia. Tal estrutura é antecedida pela *circunstância de localização de tempo* “no mesmo período”.

A *Bloomberg* é a fonte consultada em (8.5). Isso é explicitado na *extensão circunstancial de ângulo da fonte* “segundo dados da Bloomberg”. As estatísticas desse provedor são discriminadas em uma oração desenvolvida em torno do *processo relacional* “era”. Nessa, “a dívida de longo prazo” e “equivalente a 54% do capital da empresa [...]” são, respectivamente, *participantes portador e atributo*.

⁹⁴ HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 613.

(8.5) A dívida de longo prazo	era	equivalente a 54 por cento do capital da empresa [...]
grupo nominal	grupo verbal	grupo nominal
identificado	processo relacional	identificador
comparado a uma taxa de 89 por cento [...] setor		segundo dados da Bloomberg
grupo adverbial		grupo adverbial
oração encaixada qualificadora		circunstância de ângulo da fonte

A partir da média aferida a outras companhias do ramo, o desempenho da Lupatech é discriminado em uma *oração encaixada de intensificação não-finita*, o construto qualificador reduzido por participio “comparado a uma taxa de 89 por cento para empresas globais no mesmo setor”.

Disposta em sequência, sem referências de fonte, a oração (8.6) pode ser entendida, pelo leitor, como mais um dado do provedor norte-americano, já que também explicita desempenho comercial da companhia através de dados estatísticos, tal qual a configuração de (8.5).

(8.6) O lucro antes de juros, impostos [...]	representou	36 por cento das despesas [...] trimestre
grupo nominal	grupo verbal	grupo nominal + grupo adverbial
portador	processo relacional	atributo + circunstância de localização de tempo

Tal construto tem, como *tema*, “O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização, medida de fluxo de caixa conhecida pela sigla Ebitda”. Esse é composto por *identificado*, seguido por *sintagma nominal* qualificador e pelo *processo relacional* “representou”. O *identificador* dessa organização alerta que a empresa gasta 36% do que arrecada somente com quitação de juros.

Em (8.7), a voz do presidente Alexandre Monteiro é explorada mais uma vez. Diferentemente dos outros relatos de fonte, nesse construto oracional temos uma *projeção paratática*, em discurso direto, disposta entre aspas, na qual se utiliza a 1ª pessoa do singular.

(8.7) “Posso garantir a vocês que estamos trabalhando muito duro para não deixar a empresa declarar concordata”		
discurso direto [oração projetada - projeção paratática]		
verbiagem		
disse	Monteiro	em teleconferência com analistas em 11 de novembro
grupo verbal	grupo nominal	grupo adverbial
processo verbal	Dizente	circunstâncias de localização de lugar; de acompanhamento; de tempo
(8.8) “Estamos muito, muito à vontade com a viabilidade do negócio”.		
discurso direto [oração projetada - projeção paratática]		
verbiagem		

Na organização do período, a *verbiagem* é feita *tema*. Essa apresenta um *processo verbal* em sua constituição, “posso garantir”, o qual é seguido pelo *receptor* “a vocês”, sujeito interlocutor da mensagem projetada.

Na *oração hipotática*, o *processo material* “estamos trabalhando”, intensificado pelo indicativo de *circunstância de modo* “muito duro”, sugere e requisita credibilidade às medidas e ações promovidas pela Lupatech, as quais visam à meta expressa em *expansão* indicativa de finalidade, *propósito*, “para não deixar empresa declarar concordata”.

(8.8), “Estamos muito, muito à vontade com a viabilidade do negócio”, é última citação em discurso direto, transcrição entre aspas, da voz de Alexandre Monteiro. Ela apresenta caráter relacional, é construída em torno de *processo circunstancial atributivo* e tem, como marca de oralidade e intensificação, a repetição do elemento adverbial “muito”. Nesse contexto, o composto de *sintagma nominal* “com a viabilidade do negócio” firma-se como a *circunstância de acompanhamento* do fragmento em análise.

Em *discurso indireto*, (8.9) também é uma das declarações, recorte de discurso, do presidente da Lupatech. Nela, Monteiro faz alusão ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para ratificar a ideia de que a empresa tem parceiros capazes de intervir a favor da prestadora de serviços, impedindo um processo de concordata.

(8.9) A companhia	tem	o apoio do BNDS	segundo Monteiro.
grupo nominal	grupo verbal	grupo nominal	grupo adverbial
portador	processo relacional	atributo	circunstância de ângulo da fonte

Nessa nova citação indireta “A companhia” é o *portador do atributo* “o apoio do BNDES”. A participação desse banco de financiamento também é tema de (8.10). Essa, por sua vez, evidencia a fala de Artur Delorme, corretor da empresa de consultoria privada Ativa AS.

(8.10) O BNDES tem uma fatia grande e será difícil para o banco permitir [...] deixe de pagar suas dívidas.		
discurso direto [oração projetada – projeção paratática]		
verbiagem		
disse	Artur Delorme, analista [...] no RJ	em entrevista por telefone
grupo verbal	grupo nominal	grupo adverbial
processo verbal	dizente	circunstâncias de modo

A *verbiagem*, declaração desse agente, é o *tema* do fragmento desenvolvido em torno de *processo relacional possessivo* “tem”, em que o BNDES é *portador do atributo*, termo coloquial, figurativo, “fatia grande”.

Em sequência, na organização do complexo oracional, são dispostas duas *orações encaixadas* de verbo *não-finito*, marcadas por infinitivo, as quais funcionam como sujeito, “cabeça” de enunciado, portanto *participante do sistema de transitividade*.

Essas orações são introduzidas *pelo elemento conjuntivo de adição* “e”. Elas são relacionais e compostas pelo *processo* “será” e pelo *atributo* “difícil”. Discursivamente, essas cláusulas confrontam a ideia da decadência da empresa, questionando a concordata ou o calote sugerido pela imprensa. Nesse intuito, o BNDES é ratificado como o parceiro da companhia, ator interessado que dificilmente permitirá a falência da Lupatech.

Em (8.11), a fonte consultada é a agência norte-americana reguladora de riscos, a Trace; e os dados colhidos pela reportagem são organizados em torno do desempenho dos títulos da companhia.

(8.11) O rendimento dos bônus [...] da Lupatech	subiu	18 pontos-base, para 19,19 [...] ontem
grupo nominal	grupo verbal	grupo nominal + grupo adverbial
comportante	processo comportamental	meta + circunstância
segundo o Trace, sistema de preços de títulos da Autoridade Reguladora [...] dos Estados Unidos		
grupo adverbial		
circunstância de ângulo da fonte		

Dessa maneira, como em (8.4), o *processo* evidenciado é *comportamental*, “subiu”. “O rendimento dos bônus perpétuos da Lupatech” e “18 pontos-base [...]” são, respectivamente: *comportante* e *fenômeno* acrescido da *circunstância de localização de tempo* “ontem”.

A discriminação da *circunstância de ângulo da fonte* é o último constituinte da oração em análise. Em (8.12), Felipe Goossens, especialista em classificação da agência de riscos de créditos da Moody’s, é a fonte consultada pela *Bloomberg*. A configuração desse fragmento é semelhante a de (8.9).

(8.12) A companhia realizou aquisições nos últimos quatro anos, [...] em 1976. As vendas da Lupatech [...] companhia	
discurso direto [oração projetada – projeção paratática]	
verbiagem	
disse	Filippe Goossens , analista da Moody’s
grupo verbal	grupo nominal
processo verbal	dizente

A *verbiagem* é disposta como *tema*, “disse” é o *processo verbal* que discrimina a ação desempenhada pelo *dizente* “Felippe Goossens”- sujeito-ator especificado pelo qualificador de autoridade “analista da Moody’s”.

Destacamos que nessa projeção não há a utilização de aspas. Não há definição entre o que foi declarado por Goossens e o que supostamente pode ter sido trabalhando, acrescentado ou modificado pelo noticiador. Tal configuração cede espaço de discussão e questionamento, podendo ser entendida, inclusive, como ação articulada para se garantir legitimidade às próprias percepções assumidas pela *Bloomberg* sobre a companhia e sua suposta decadência.

Se tratarmos como *verbiagem*, a informação discriminada ao longo do parágrafo, entendemos que o *dizente* realiza resgate histórico da companhia, apontando suas aquisições e projetos a partir das explorações da Petrobrás.

Nessa perspectiva, a *expansão de intensificação causal*, “antecipando o crescimento da produção de petróleo”, e a de *tempo*, “após a Petrobrás descobrir o maior campo das Américas [...]” concedem maior objetividade à oração *tema*, apontando situações e circunstâncias em que se deram as aquisições realizadas pela companhia.

Dependente da expansão da estatal petrolífera, a Lupatech, segundo Goossens, passa a ter baixo desempenho porque a Petrobrás protela o desenvolvimento de projetos que utilizariam os serviços prestados pela empresa.

Na organização da informação, o *participante comportante* é o produto, “as vendas da Lupatech”, e o *processo comportamental* “caíram” denota a performance negativa da companhia perante o mercado. Nesse contexto, a parceira com a Petrobrás tem a sua ação discriminada em uma *expansão de intensificação de esclarecimento*. Essa precisa que a alteração de estratégia da estatal brasileira não prioriza os produtos oferecidos pela prestadora de serviços.

Ainda sem os marcadores de citação expressa, a voz do analista prevalece no fragmento (8.13) analisado a seguir. Nesse, dá-se prosseguimento ao esclarecimento iniciado na *expansão* final do período anterior e se discrimina os artefatos fabricados pela empresa.

(8.13) A Petrobras adiou alguns projetos de produção para os quais a Lupatech [...] vencimento de algumas licenças	
discurso direto [oração projetada – projeção paratática]	
verbiagem	
disse	o analista
grupo verbal	grupo nominal
processo verbal	dizente

Concernente à organização da oração *tema*, percebemos o emprego do *processo material* “adiou”, do qual os *participantes* são o *ator* “A Petrobras” e a *meta* “alguns projetos”. Essa está atrelada a uma construção oracional qualificadora, de *esclarecimento*, “para os quais Lupatech pretendia fornecer cordas de ancoragem e válvulas [...]”, a qual também resgata e discrimina o objetivo da prestadora de serviço.

Na sequência, “[...] para a exploração de campos na região do pré-sal” firma-se como *escolha realizacional* que apresenta, em sua constituição, *circunstâncias de propósito* e de *localização*. A *expansão de tempo* “antes do vencimento de algumas licenças” ratifica a ideia de que a Petrobrás estabelece suas prioridades a partir de prazos pertinentes a licenças previamente concedidas.

A própria Petrobras é o *dizente* no fragmento que se segue, o (8.14). Conforme observamos nas *circunstâncias de modo e de tempo*, essa informação oracional tem, como fonte, um comunicado ao mercado publicado em 11 de novembro pela companhia petrolífera brasileira. O teor, fato relevante, desse documento é a *verbiagem* da cláusula em análise.

(8.14) A Petrobras	disse	em comunicado em 11 de novembro
grupo nominal	grupo verbal	grupo adverbial
dizente	processo verbal	circunstâncias de modo e de tempo
que adiou em dois anos o plano de declarar comercialmente viável o campo de Carioca, descoberto em 2007.		
discurso direto [oração projetada – projeção hipotática]		
verbiagem		

Em tal *oração de projeção hipotática*, o leitor torna-se ciente de um adiamento de dois anos do plano de viabilidade de exploração comercial do campo carioca, localizado no pré-sal da Bacia de Campos, no estado de São Paulo.

Diferentemente de orações analisadas anteriormente, (8.15) apresenta a marcação gráfica de reprodução, transcrição ou citação, da análise do consultor da Moody's. Tal *verbiagem* é iniciada, tem por *tema*, a *projeção de assunto* “Quanto ao pré-sal”, construção que faz referência a uma das maiores descobertas e promessas da estatal: as reservas de hidrocarbonetos em rochas calcárias que se estendem de Santa Catarina ao Espírito Santo.

(8.15) Quanto ao pré-sal, a Petrobras vai poder usar os produtos e serviços que a Lupatech fornece [...] quatro anos		
discurso direto [oração projetada – projeção paratática]		
verbiagem		
disse	Goossens	em entrevista por telefone de Nova York
grupo verbal	grupo nominal	grupo adverbial
processo verbal	dizente	circunstância de modo
(8.16) Enquanto isso, eles precisam fazer uma ponte dentre hoje e esse momento futuro		
discurso direto [oração projetada – projeção paratática]		
verbiagem		

“[...] a Petrobrás vai poder usar os produtos que a Lupatech fornece” é a informação principal da declaração dada pelo analista Felipe Goossens em (8.15). Nessa, “vai poder usar” é o *processo material* marcado por auxiliares modais de probabilidade e os *participantes* são “a Petrobrás”, *ator*, e “os produtos e serviços que a Lupatech fornece”, *meta* que tem, como constitutivo, uma *oração encaixada qualificadora* do *sintagma nominal* que a precede.

A fala de Goossens faz alusão à demanda de produtos fabricados pela Lupatech e alude à ameaça à saúde financeira da companhia, decorrente dos supostos atrasos ou planos de atuação da Petrobras para a exploração do pré-sal.

Nesse contexto, a *expansão de extensão aditiva* de caráter *adversativo* “mas isso só daqui a dois, três ou quatro anos” é a informação sociodiscursiva que parece imputar a preocupação aos investidores, pois se relaciona diretamente à expectativa de compra, venda e lucro aguardada pela companhia e demais interessados.

A declaração de Goossens foi dada por telefone, conforme discriminam os demarcadores de *circunstância de intensificação de modo* “em entrevista por telefone de Nova York”. Ela é finalizada com (8.16), uma instrução introduzida por uma *intensificação de tempo* “Enquanto isso”.

Tal orientação é marcada por linguagem figurada, metafórica, em que “fazer uma ponte entre hoje e esse momento futuro” é o elemento *identificado* do *processo relacional* “precisam”. Em (8.17), aos “dados compilados pela Bloomberg” são a fonte, disposta como construção de *projeção de assunto* evidenciada pelo elemento circunstancial “segundo”.

A consulta realizada pelos produtores da matéria revela desempenho de valores e títulos. Nessa organização, tanto a oração inicial quanto a seguinte, (8.18), são desenvolvidas, respectivamente, em torno do *processo comportamental* “aumentou” e do *processo material* “pagam”.

(8.17) O rendimento dos títulos [...] em 2021	aumentou	6 pontos-base, para 3,57 [...] ontem
grupo nominal	grupo verbal	grupo nominal + grupo adverbial
comportante	processo comportamental	meta + circunstância
segundo dados compilados pela Bloomberg.		
grupo adverbial		
circunstância de ângulo da fonte		
(8.18) Os papéis da Petrobras de mesmo prazo	pagam	4,8 por cento
grupo nominal	grupo verbal	grupo nominal
ator	processo material	meta

Nessas organizações, os *sintagmas nominais* “O rendimento dos títulos soberanos em dólar do Brasil com vencimento em 2021” e “Os papéis da Petrobrás de mesmo prazo” são respectivamente *comportante* e *ator*. A *meta* da oração final de (8.18) é o valor dos papéis da Petrobrás “4,8 por cento” e o *fenômeno* da oração *tema* é “6 pontos-base”. Esse é acompanhado pelo *sintagma* de *esclarecimento* “para 3,57 por cento ontem”, o qual precisa, especifica, a variação final dos títulos da companhia.

A reportagem de Peter Millard é finalizada mencionando o silêncio, a não-manifestação das companhias envolvidas (a Petros, o BNDES e a principal interessada, a Lupatech) em relação à matéria. Nesse sentido, a instância produtora revela certa preocupação para com a ética, se resguarda e afere legitimidade à sua produção, já que cede espaço de interação e resposta para as empresas mencionadas.

Em (8.19), o ator que se nega a prestar informação é a Petros, fundo de pensão de previdência complementar da Petrobras. Na sentença, ela é o *dizente* que “não responde” ao *alvo* “e-mails e telefonemas”. Esse, por sua vez, é acrescido, especificado, por uma *oração encaixada qualificadora*, marcada por verbo não-finito “solicitando”.

(8.19) A Petros	não respondeu	e-mails e telefonemas
grupo nominal	grupo verbal	grupo nominal
dizente	adjunto de polaridade + processo verbal	verbiagem
solicitando comentário para esta reportagem		
grupo adverbial		
oração encaixada qualificadora		

Em (8.20), “As assessorias de imprensa do BNDES e da Petrobras” é o *comportante* do *processo comportamental* disposto em construto que tem como seleção lexical flexão do verbo “recusar”. Tal *processo* compõe amálgama com a partícula pronominal “se”, indicativa de reflexibilidade, a qual atua retomando o *participante* em *tema* da oração. Nessa configuração, identificamos, mais uma vez, o emprego do grupo *verbal*.

(8.20) As assessorias de imprensa e da Petrobras ambas no RJ	se recusaram	a fazer comentários
grupo nominal	grupo verbal	grupo nominal
comportante	processo comportamental	fenômeno

De caráter explicativo, “ambas no Rio de Janeiro” firma-se como construto com carga *relacional circunstancial*, definidor do espaço, da localização do *comportante* e “a fazer comentários” é *fenômeno* oracional do fragmento em análise.

Por fim, em (8.21), a Lupatech é o sujeito *dizente* que se restringe às declarações dadas em pronunciamento anterior à reportagem. Nesse fragmento, a *expansão* construída a partir de *elementos circunstâncias de localização de tempo* e de *propósito* “quando contatada pela Bloomberg para comentários” antecede o *processo verbal* “referiu”, seguido pelo *alvo* “todas as questões à teleconferência de 11 de novembro”.

(8.21) Lupatech	quando contatada pela Bloomberg para comentários	referiu
grupo nominal	grupo adverbial	grupo verbal
dizente	expansão de localização de tempo	processo verbal
todas as questões à teleconferência de 11 de novembro.		
grupo nominal		
alvo		

Considerando as formas de *legitimação discursiva*, “Títulos da Lupatech despencam com aumento de apostas em calote” apresenta uma configuração distinta, de certa forma distante das estudadas nos casos anteriores. Explicitadamente, ela se firma através da *autorização* por *particulares* e por *experts*⁹⁵. Ou seja: a partir de declarações e análise de sujeitos (atores) de autoridade instituída ou alcançada (justificada por credenciais).

Assim, as *escolhas realizacionais* que viabilizam sugestões de sentidos e, principalmente, encobrimento de identidade dos colaboradores do fazer-jornalístico não são evidentes nesse caso 4. Há sim precisão, citação e discriminação das fontes consultadas. Essa objetividade também é evidente em outras formas de adesão à configuração padrão do texto informativo, como o atendimento das questões que compõe a cadeia familiar de construção de “lead”.

A *racionalização* também é evidente na reportagem de *Exame.com*. Ao tratar da parceira da Lupatech com a Petrobras no tópico “Petrobras adiou projetos”, o jornalista faz alusão, referência, ao comunicado ao mercado da petrolífera brasileira, publicado, segundo a reportagem, em 11 de novembro de 2011, semana anterior à veiculação da matéria em análise.

⁹⁵ VAN LEEUWEN, 2008, p.106.

No documento da estatal, o adiamento, em dois anos, de parecer técnico sobre o campo Carioca é a informação disposta como fato relevante. Em sequência argumentativa, a reportagem menciona que a nova lei de royalties encontrava-se, naquele momento, sem o parecer necessário do congresso nacional, o que prejudicaria, paralisaria, os leilões para a exploração de petróleo e, portanto, pioraria a situação da Lupatech.

Essa relação de causa-efeito indica a subcategoria *instrumental*, racionalidade de meios e fins, a partir da qual, segundo Van Leeuwen (2008, p.113), firmam-se noções de verdade. No caso em questão, é provado, ao leitor, que a saúde da companhia fornecedora de suporte e infraestrutura para exploração de petróleo e gás está atrelada a toda e qualquer ação a ser ou não desempenhada pela estatal brasileira.

O descrédito para com os títulos da prestadora é ratificado a partir de orações compostas por *analogia de avaliação moral*⁹⁶. Explorando essa subcategoria, através de *processos comportamentais*, o texto evidencia o mau desempenho da empresa frente a outras companhias latino-americanas.

Além da sustentação de históricos, as sugestões de médias aferidas e os confrontos de amostras de estatísticas, dispostos em orações de *processos relacionais*, validam o tempo passado e o presente da Lupatech e revelam, também, qualificações por confronto, comparação, as quais prenunciam ou conduzem às relações de racionalidade já identificadas. A seguir, expomos o texto resposta da empresa e o posicionamento dessa em relação à matéria veiculada pela *Bloomberg*.

⁹⁶ VAN LEEUWEN, 2008, p.111

3.5.1 Comunicado ao mercado: o esclarecimento da Lupatech

Em 25 de novembro de 2011, a Lupatech publica comunicado ao mercado, em resposta ao ofício BM&FBovespa GAE nº2472/2011. No texto, a empresa responsabiliza “Títulos da Lupatech despencam com aumento de apostas em calote” pela instabilidade no lastro de seus papéis.

O documento é assinado pelo presidente e diretor de relações com investidores, Alexandre Monteiro, fonte e ator explorado no corpo de texto da reportagem de *Exame.com*. Nessa, declarações do executivo, recortes da teleconferência de 11 de novembro, garantem que a Lupatech tende a honrar seus compromissos e distancia a hipótese de falência da companhia.

A réplica é iniciada por uma *circunstância de projeção de propósito*, “Em resposta ao referido ofício”, que faz alusão à requisição da autarquia governamental. Em seguida, o complexo oracional tem em sua composição: o *dizente* “a Companhia”, o *processo verbal* “esclarece” e uma *projeção* em discurso indireto, conforme exposto na cadeia (9.1).

(9.1) Em resposta ao referido ofício	a Companhia	esclarece
grupo adverbial	grupo nominal	grupo verbal
circunstância de projeção de propósito	dizente	processo verbal
que as últimas oscilações registradas com as ações de nossa emissão [...] no mercado internacional.		
discurso indireto [oração projetada – projeção hipotática]		
verbiagem		

Na *verbiagem*, construída em 1ª pessoa do plural, destacamos o emprego de *processo mental* de caráter cognitivo, “acreditamos”, o qual sugere compreensão e visão particular do ocorrido. Nesse caso, o construto oracional defende serem “as últimas oscilações registradas” uma “consequência da reportagem publicada pela *Bloomberg* em 22 de novembro de 2011.

Essa interpretação é supostamente provada pela *expansão de elaboração de esclarecimento*⁹⁷ “onde é sugerido que o mercado estaria apostando em um calote da Companhia em seus títulos de dívida perpétuos (‘Bônus Perpétuos’) emitidos no mercado internacional”.

⁹⁷ HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p.398.

Em tal expansão, “estaria apostando” é o *processo material* que, flexionado no futuro do pretérito, sugere ação vindoura, mas insegura, apenas provável. Nessa linha de análise, “em um calote [...] no mercado internacional” é a *meta* do *participante ator* “o mercado”.

A fala, percepção da empresa, sobre os questionamentos da autarquia federal é sequenciada por julgamentos e críticas sobre o processo de construção da publicação da *Bloomberg*. Organizada em voz passiva, sem fazer menção ao jornalista Peter Millard, (9.2) tem como *meta* “A reportagem”. Essa é *participante* do *processo material* “foi escrita”.

(9.2) A reportagem	foi escrita	de forma unilateral
grupo nominal	grupo verbal	grupo adverbial
meta	processo material	circunstância de modo
sem manifestação por parte da Companhia e sem qualquer fato que pudesse [...] pela reportagem		
grupo adverbial		
expansões de acompanhamento comitativo		

Embora não seja desenvolvida em torno de *processo relacional*, o grupo adverbial, *circunstância de modo* de (9.2), comporta julgamento, a respeito da matéria de *Exame*. Essa seria “unilateral”, portanto não teria cedido espaço à voz supostamente interessada da Lupatech.⁹⁸

O fragmento é finalizado por *circunstâncias de acompanhamento comitativo*, sendo a última delas, “sem qualquer fato”, especificada por construto oracional de *elaboração*. No grupo em análise, destacam-se as informações de que não houve “manifestação da Companhia” e nem “fato”, evidência, “que pudesse comprovar as suspeitas levantadas pela reportagem”. Tal *oração encaixada qualificadora* também agrega valor, atributo, ao conteúdo publicado, o qual seria composto por suposições e não “fatos”.

(9.3) autopromove a companhia. Essa surge como *portadora* da *circunstância atributiva* “em dia com os pagamentos de juros sobre os Bônus Perpétuos”. A oração é construída em torno do *processo relacional* “esteve”, intensificado pelo elemento circunstancial “sempre”.

⁹⁸ Espaço negligenciado ou não pela empresa, ressaltamos que, conforme observamos a partir dos estudos de Traquina (2005) e Sousa (2001), a ética jornalística preza, ou deveria prezar, por trazer em registro as diferentes versões ou visões de uma mesma ocorrência.

(9.3) A companhia	sempre esteve	em dia com os pagamentos de juros [...] perpétuos
grupo nominal	grupo verbal	grupo adverbial
portador	processo relacional	circunstância atributiva
(e) não tem	qualquer intenção em não concluir [...]	em 10 de janeiro de 2012.
grupo verbal	grupo nominal	grupo adverbial
processo relacional	possuído	circunstância de localização de tempo

Após o item de coesão aditiva “e”, outra oração ratifica valor, a boa-fé da companhia perante seus devedores. Desenvolvida a partir do *processo relacional possessivo* antecedido por *adjunto modal de negação*, “não tem”, esse construto revela que, no dia 10 de janeiro de 2012, a Lupatech pretende quitar juros de títulos pendentes.

Nesse contexto, “qualquer intenção em não concluir o pagamento sobre os juros” é *participante* disposto como objeto subjetivo, valor *possuído*, que revela finalidade e posicionamento da prestadora de serviços perante os seus credores.

(9.4) é introduzida com uma *extensão*, um elemento de *esclarecimento somativo*⁹⁹, que faz menção às ideias dispostas nos parágrafos anteriores e prenuncia uma conclusão. A oração ainda é a voz da empresa em 1ª pessoa do plural, projetada, dessa vez, em *processo mental* “entendemos”. Na organização, o *meta-fenômeno* evidencia carga *relacional*, ao conferir *atributo* intensificado à “notícia” que teria, segundo o registro, “caráter meramente especulativo”.

(9.4) Diante do exposto	(nós) entendemos
grupo conjuntivo	(grupo nominal) grupo verbal
elemento de esclarecimento somativo	(experenciador) processo mental
que a notícia teve caráter meramente especulativo, causando [...] e gerando [...] mundo afora	
discurso indireto [oração projetada – projeção hipotática]	
meta-fenômeno	

Finalizam esse fragmento duas orações, *expansões por intensificação* de relação de *causa-razão*, marcadas por verbos não-finitos, no gerúndio. Nessas, os valores “impacto” e “desconforto” são as consequências do texto de *Exame*.

⁹⁹ HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p.613.

Em tal configuração, as *extensões, circunstâncias*, “sobre o valor dos títulos mobiliários de emissão da Companhia” e “na comunidade de investidores mundo afora” fazem referência aos contextos, objeto e espaço, abalados, ou fragilizados, pela publicação.

Após pormenorizar as informações da reportagem, a companhia faz uso da *autorização* para legitimar o seu discurso e imagem perante os leitores do comunicado. Para isso, ela menciona, traz como voz ao registro, o BNDES, dito parceiro e acionista da empresa.

(9.5) é introduzida com *circunstância de localização de tempo* “Na data de ontem”. “Um de nossos principais acionistas – BNDES” é o *portador* do *processo relacional* antecedido de pronome reflexivo “se”.

(9.5) Na data de ontem	um de nossos principais acionista - BNDES	se manifestou
grupo adverbial	grupo nominal	grupo verbal
circunstância de localização de tempo	portador	(participante) + processo relacional
em favor da companhia [...].		
grupo adverbial		
circunstância atributiva		

“Em favor da companhia” compõe a circunstância de caráter atributivo que, por sua vez, tem, conectada à sua estrutura, uma *expansão de intensificação* indicativa de *circunstância de modo*, na qual o caráter verbal é evidenciado no *processo* não-finito, em forma de gerúndio, “informando”.

Discursivamente, a *expansão* evidencia o suposto “objetivo estratégico” do BNDES: promover “o fortalecimento da cadeia de fornecedores para gás e petróleo”; ação que beneficiaria a Lupatech e outras empresas subsidiárias do ramo extrativista.

Em discurso indireto, a declaração do banco nacional é projetada pelo *processo verbal* “confirmou” em (9.6). Com o *dizente* em elipse, essa organização tem, como *tema*, elemento conjuntivo de adição “e”, seguido da *intensificação de causa-condicional positiva* “neste contexto”.

(9.6) E neste contexto	confirmou
grupo conjuntivo	grupo verbal
elementos de adição e de causa-condicional positiva	processo verbal
que está em discussão com a Lupatech a respeito de alternativas de mercado [...] o seu plano de investimento	
discurso indireto - projeção hipotática (“indirect, reported”)	
verbiagem	

A *projeção* desse fragmento tem caráter *relacional circunstancial*, pois revela o *status*, condição, do banco “em discussão com a Lupatech a respeito de ‘alternativas de mercado’”. Essas visariam objetivos discriminados pela *extensão circunstância* e pela oração marcada por *processo não-finito de intensificação de causa-propósito*: “para o fortalecimento da estrutura de capital da companhia” e “visando implementar o seu plano de investimento”.

(9.7) é a última oração de comunicado da Lupatech. Ela é iniciada por uma conjunção de *elaboração de esclarecimento* de caráter resumidor que antecede uma afirmação construída em torno do *processo relacional identificativo* “é”.

(9.7) Portanto	esta reportagem e conseqüentemente [...] por ela	é
grupo conjuntivo	grupo nominal	grupo verbal
elemento de esclarecimento	identificado	processo relacional
o único fato que acreditamos ser a razão pelas oscilações registradas com as ações [...] últimos dias		
grupo nominal		
identificador		

Nesse contexto, “esta reportagem e conseqüentemente os temores instalados por ela” e “o único fato que acreditamos ser a razão pelas oscilações registradas com as ações de nossa emissão nos últimos dias” são os *participantes* da organização transitiva.

Condizente à estruturação semântica, em uma relação de causa e consequência, a reportagem e seus impactos são transformados em *participante identificado*. O *identificador*, por sua vez, “o único fato [...]” tem em sua composição uma *oração relativa definidora*, na qual a companhia explicita, mais uma vez, sua percepção, definindo razão a respeito da oscilação de seus papéis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tratar da estrutura-padrão da ACD, Fairclough (2005) apresenta um percurso investigativo a ser observado pelo pesquisador interessado no estudo das diversidades semióticas, dos sujeitos (atores), de suas interações, das práticas discursivas e, conseqüentemente, da estrutura social, considerando, nesse intuito, as supostas estabilidades e as propensões a mudanças¹⁰⁰.

Em adesão a esse percurso, identificamos o boato, nas circunstâncias discriminadas, como fenômeno linguístico-social, o qual não é fruto de desvio, do acaso, mas instrumento eficaz de uma das facetas do *capitalismo da especulação* instaurado ainda na década de 70. Segundo Carcanholo e Nakatani (2006), esse sistema tem como uma de suas molas propulsoras um *capital ficcional*, hoje *parasitário*, que não contribui em nada para a produção de mais-valia.

Introduzida por Marx, a multiplicação ilusória da riqueza existente com base na indexação de juros, a noção de *capital ficcional*, é instrumento sustentador das operações de crédito do mercado acionário globalizado. Ela se firma a partir de legitimações de direito, posses ou pertencimento.

Sobre isso, Germer (1994) evidencia que a comercialização de títulos nas bolsas de valores se traduz na simples transferência de ações já existentes “de uma mão para outra”, não se introduzindo nenhuma determinação ou engenho novo. Sendo assim, os títulos continuam, como antes, sendo apenas exemplares de *capital ficcional*, dito inerte, portanto *parasitário*.¹⁰¹

Nesse contexto, em meio a intermediações e transações financeiras, a imprensa, conforme expõe Marcondes-Filho (1986) e Fairclough (1995), exerce papel concomitante e aliado às forças econômicas, grupos de interesse e controle desse capital que podem se beneficiar da

¹⁰⁰ O percurso investigativo proposto por Fairclough (2005, p.311-312) diz respeito ao alcance de objetivos distintos. São eles: 1. Dar ênfase em um problema social que tenha um aspecto semiótico; 2. Identificar obstáculos para que esse problema seja resolvido, 3. Considerar se a ordem social (a rede de práticas) em algum sentido é um problema ou não; 4. Identificar maneiras possíveis para superar os obstáculos e 5. Refletir criticamente sobre a análise.

¹⁰¹ Essa descrição é sustentada “O sistema de crédito e capital fictício em Marx” (1994), artigo publicado pelo professor Claus Magno Germer de Teoria Monetária e Financeira e Economia Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Na referida publicação, Germer (1994, p.196-195) sustenta que “o capital fictício diferencia-se não somente do capital real — isto é, capital produtivo e capital-mercadoria (MARX, 1983a, p.38) —, como também do capital monetário, que não é capital real, mas é forma monetária do capital ou é simplesmente dinheiro, equivalente geral da riqueza, e, nesse sentido, não é fictício. Um título de crédito não é capital em neiduma dessas formas, é apenas direito a capital ou a dinheiro.”

propagação de notícias, fatos ou blefes, todas as vezes em que se acirram as concorrências ou se sentem ameaçados, por grupos adversários, em suas práticas monopolistas.

Assim, considerando as unidades de *corpus* aqui estudadas, o que parece estar em jogo não é a falência ou a compra e venda de minoritários, mas a reafirmação de hierarquias internas que “empoderam” determinadas companhias, em detrimento de outras, tendo como parâmetro esse capital não-substancial, valor que se relaciona à volatilidade de investimentos vigentes e futuros, validados não só pelos espaços de interação da bolsa de valores mobiliários, mas por outras instituições de poder, incluindo a própria mídia da informação.

No terreno de incertezas da financeirização globalizada, não há supervisões do Estado ou convenções que obriguem investimentos reais, visando o desenvolvimento de núcleos comunitários, sejam esses rurais ou urbanos. Não há, portanto, a materialização dos lucros advindos dessas transações virtuais, efetivadas a partir comandos normalmente dados em frente a telas de computadores.

Assim, obviamente, há o estímulo à ampliação de investimentos, mas não há relação direta entre lucro e produção, o que poderia sugerir expansão de patrimônio, de novas tecnologias, o aumento de produção, inclusive de maquinários, ou a criação de novos postos de emprego.

Portanto, concernente aos trabalhadores, não há compromisso para com a geração de novas vagas, as quais seriam decorrentes de ganhos, lucros, provenientes da ampliação de investimentos bem-sucedidos. O retorno, crescimento, tão ansiado pelas empresas, hoje, pode ser adquirido por ações e investimentos instaurados a partir desse *capital ficcional parasitário*.

Na prática, a fusão cogitada em “Minoritário”, caso 2 dessa pesquisa, entre os bancos do Brasil e Santander, embora venha evidenciar possível crescimento significativo da estatal brasileira, teria, apenas, caráter facilitador, não-produtivo, já que tal negociação não se traduziria em compromisso para com a geração de novos cargos ou postos de atuação.

No “blog” de Gilmar Carneiro, na postagem “Santander vai vender 49% ao BB?”, de 23 de maio de 2012, o ânimo desse presidente do sindicato dos bancários de São Paulo dizia a

respeito da proteção dos empregos já existentes em ambas as instituições e não da ampliação ou da criação de vagas para novos funcionários.

No caso 4, “Títulos da Lupatech despencam com suspeita de calote”, embora haja a preocupação de se resgatar a trajetória da companhia prestadora de serviços, suas parcerias e licitações envolvendo a Petrobrás e o BNDES, uma possível dispensa em massa dos funcionários não é sequer mencionada pelo jornalista da “Bloomberg”, evento possível caso a empresa realmente viesse à falência.

Outras projeções e reflexões sobre os impactos e as consequências que supostas fusões, desequilíbrios ou falências podem infligir aos núcleos de cidadania da sociedade de consumo também não são mencionadas pelas instâncias produtoras ou receptoras do discurso em nenhum dos casos tratados nessa pesquisa.

Entendemos que essa configuração distancia o leitor das seções de economia de periódicos diários, como “Mercado - Cifras e letras” da *Folha de São Paulo* ou “Economia & Negócios” de *O Estadão*, dentre outros. Isto é: esse tipo de organização linguístico-discursiva promove afastamentos e aliena o leitor a respeito das condições de dominação contemporânea exercida pelos antigos detentores dos meios de produção.

Destacando as *práticas particulares* que compõem essas seções ou colunas de economia, as *escolhas realizacionais*, o vocabulário semitécnico, a discriminação de alíquotas, cotas e porcentagens, por vezes registradas em tabelas e gráficos com mais de uma variável, também sugerem distanciamento ou alienação desse sujeito-ator de uma sociedade tradicionalmente logocêntrica.

Assim, a omissão de contextos e da própria configuração semiótica das unidades de gênero da informação econômica contribuem para o não-entendimento dos assuntos por elas tratados e para a manutenção de noção de senso-comum que qualifica tais recorrências como construções desinteressantes, à margem do cotidiano das pessoas, de difícil leitura e interpretação.

A nosso ver, tal configuração social de controle é mantida predominantemente pelo *modus operandi* da *dissimulação*. Nesse, de acordo com Thompson (1995), as relações de dominação são ocultadas, negadas ou obscurecidas por ações ou meios de alienação ou pelo fato de serem representadas de uma maneira que desvia a nossa atenção, ou passa por cima das relações existentes.

No Brasil, segundo dados do IBGE, 10% da população concentra 40% da renda, em detrimento aos outros 90% dos brasileiros que administram os outros 60%. Com tal desigualdade, o nosso índice Gini¹⁰² gira em torno de 0,507 pontos. No topo dessa cadeia de rendimentos, está 1% da população, a parcela mais rica que conquistou, em 2012, alta de 12,8% em seus rendimentos. Para os demais brasileiros, essa média foi de 5,6% apenas.¹⁰³

Entre as ações e práticas sociais que sustentam esse cenário, estão os grandes grupos de interesse, companhias como as tratadas nessa pesquisa, que fazem suas aplicações e demais investimentos de baixo-custo interessados nos rendimentos e vantagens das transações impulsionadas pelo *capital especulativo parasitário*.

É nesse contexto que se efetiva o “jogo de pôquer”, a metáfora do professor Paulo Sandroni a qual entendemos possível de ser melhor interpretada a partir dos estudos de Müller (2005). Embora não priorizem a linguagem, as investigações da professora da PUC-RS revelam que o contexto de criação das especulações, ditas legítimas, e dos boatos, práticas ditas de má-fe, são o mesmo.

Esse é caracterizado por vazios, inseguranças, mudanças inesperadas, projeções e cogitações de posses e ideias. Assim, entendemos que nas transações do mercado financeiro do *capitalismo especulativo*, efetiva-se legitimação, forma de controle, construída e solidarizada a partir de cadeias de raciocínio capazes de persuadir e convencer as pessoas, em especial, através do *modus operandi* da *racionalização*.

¹⁰² Wolffebüttel (2004) afirma que o índice de Gini foi criado pelo matemático italiano Conrado Gini. Ele é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo e aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um. O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos.

¹⁰³ Dados disponíveis em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/defaulttab2.shtm> Acesso: 05/07/2013.

As vozes das fontes também são agentes da *racionalização*. No plano linguístico, as falas desses colaboradores do fazer jornalístico não se restringem às declarações e assertivas dispostas em *verbiagens* ou *alvos* de *processos verbais*, mas revelam apreciações, julgamentos e percepções, de cunho *mental*, e identificações e definição de circunstância, de cunho *relacional*.

No caso 3, a instância produtora do discurso promove, a partir de recortes, resgate do histórico de desempenhos da companhia. Ao fazer isso, análises e avaliações de formadores de opinião e de analistas de agências avaliadoras de risco, dispostos em *atribuição direta*, são utilizadas para a sustentação da imagem de uma empresa em decadência que terá dificuldades de honrar seus compromissos.

Projeções, apreciações e expectativas sobre estados futuros também são evidenciados em nos demais casos. No caso 2, a incerteza sobre a entrada de novo sócio na OGX é explicitada pela *oração encaixada de intensificação*, condicional, “se concluído”, construto oracional que compõe a *projeção mental* de um ator em *atribuição com reserva total*.

No caso 3, a composição linguística que define a compra dos títulos do Santander como ação que pode não ser efetivada, caso não se atenda a determinada circunstância, é evidenciada pelo emprego do *auxiliar modal de probabilidade* “pode”. Esse agrega uma *oração encaixada* que funciona como “cabeça” de enunciado em um *complexo oracional* que também apresenta fonte em *atribuição com reserva total*.

Assim, nesse campo das incertezas, essas instâncias produtoras da mídia especializada em economia, validam números, parcerias e margens de lucros sem o fato concreto. Não é o fato transformado em notícia, mas o contrário, a notícia, os interesses de grupos concorrentes, transformados em fato através dos operadores do sistema de informação, o que inclui a omissão de fontes ou a participação cuidadosamente direcionada dessas.

No nosso estudo, apontamos que tanto Traquina (2005) quanto Macondes-Filho (1986) tratam da *práxis jornalística* e se atém ao tratamento do fato, considerando a opinião pública, as instituições econômicas e os aparatos governamentais de educação e controle.

Em *Teorias do jornalismo* (2005), o profissional da informação é estimulado à difusão de versões dos fatos e a se esquivar do papel de juiz ou da responsabilidade compor tradução dita real e autêntica de um episódio. Averiguar os dois lados ou mais da história e convidar o leitor a fazer sua própria leitura seriam ações éticas desses *agentes sociais* da informação.

Em *O capital da notícia* (1986), o leitor contempla, mais especificamente, a notícia como produto que atua para a manutenção de grandes forças sociais e econômicas. Ela é a informação transformada em mercadoria. Nesse sentido, essa é interpretada como fragmentação da realidade feita em partes estanques, na qual a lógica dos fatos é de cunho reducionista, desvinculada de seu fundo histórico-social, de seus processos, entrelaçamentos e interdependências sociais.

Esse aparato, marcado pela manipulação, manteria os leitores incapazes de compor julgamentos a partir do produto noticiado, seria, assim, um amontoado que traduz o interesse, os valores, objetivos de grandes grupos empoderados, preservando os estilos e as hierarquias convenientes a esses.

Entretanto, dentro das limitações de nosso alinhamento teórico, questionamos: E quando não há fato para ser tratado, mas há notícia? E ainda: Nessas circunstâncias, em que não há fato, mas blefe, a partir da percepção faircloughniana, poderíamos afirmar que nos 4 casos aqui estudados há uma corrupção de gênero?¹⁰⁴

Embora o processo particular de produção da notícia apresente alterações e até inversões de convenções relacionadas à criação do texto jornalístico, tal qual a não-observação dos caracteres da pirâmide organizacional, entendemos que para a ACD, essa descaracterização do gênero não ocorre porque, os processos particulares de distribuição e de consumo das notícias aqui analisadas seguem o mesmo percurso das matérias que fragmentam, trabalham ou manipulam um fato ou acontecimento.

¹⁰⁴ Gênero é usado por Fairclough (2001, p.161) para designar “um conjunto de convenções relativamente estável que é associado com, e parcialmente representa um tipo de atividade socialmente aprovado, como a conversa informal, a compra de produtos em uma loja, uma entrevista de emprego, um documentário de televisão, um poema ou um artigo científico”.

Entendemos ainda que, devido à manutenção do *ethos* jornalístico para a dominação, o qual associa a publicação de notícias a práticas de educação, cidadania e esclarecimentos diários ou semanários, periódicos como *Folha de São Paulo*, *Exame*, *O Estado de São Paulo* e outros aqui mencionados, têm ampla credibilidade, portanto posturas de *solidariedade* e não de *resistência* (rejeição) de seus leitores.

Assim, defendemos que há uma predisposição sociocognitiva para a aceitação dos fatos publicados por jornais e revistas de alta projeção e autoridade, mesmo que esses sejam meras especulações discutidas nos corredores das agências de riscos e nas redações desses jornais.

Isto é: mesmo que sejam rumores são transformados em notícia e publicados com a colaboração de fontes encobertas, em *atribuição com reserva*, *reserva total* ou em *confidência total*, o fato dessas composições integrarem o espaço legitimado de informação acarreta em reconhecimento de produção de alta credibilidade.

Nos casos aqui tratados, é a partir das *racionalizações* que os fatos cogitados apresentam potencial para adquirir coerência¹⁰⁵, portanto *solidariedade*. A adequação às convenções e contexto do fazer jornalístico sugere reconhecimento de gênero por parte do leitor e a interpretação desinteressada, conforme expomos, distanciada das percepções e engrenagens de dominação comuns a essa nova faceta do capitalismo.

A imprensa assim cumpre o papel exposto por Marcondes-Filho (1986); como instituição a serviço dos conglomerados econômicos ou de forças políticas que querem ratificar hierarquias, demarcar territórios em meio à *luta hegemônica*, dando lastro de objetividade aos valores e crenças da cultura da dominação.

Para demarcar a visão que entende serem as produções da mídia informativa instrumentos de reafirmação de hierarquias, mencionamos nessa conclusão, em especial, a trajetória da OGX (empresa citada no caso 3) do empresário Eike Batista. Essa, apesar de ter sido projetada como uma das companhias mais rentáveis e promissoras do mercado acionário brasileiro,

¹⁰⁵ A coerência, segundo Fairclough (2001, p.171), não se trata de uma propriedade dos textos, mas a dos intérpretes. Esses a impõem aos textos. Portanto, diferentes intérpretes geram leituras distintas.

frustrou expectativas alardeadas pela imprensa e entrou com pedido de recuperação judicial perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) em novembro de 2013¹⁰⁶.

A OGX foi fundada em 2007. A proposta principal da companhia era, e ainda é, a exploração do "ouro negro", a produção de petróleo e gás natural na Bacia de Campos, na costa do Rio de Janeiro. Entre 2007 e 2012, para tonar notórios os seus empreendimentos em Tubarão Azul - Tubarão Areia, Tubarão Gato e Tubarão Tigre - a petrolífera, através de notícias e de fatos relevantes, impactou, por várias vezes, o mercado de valores mobiliários, supervalorizando os próprios títulos, com promessas de geração de lucros advindos de ações extrativistas em campos que mais tarde, após confirmação de pareceres técnicos, seriam considerados comercialmente inviáveis.

Após a decadência da OGX, uma apuração feita pelo *O Estado de São Paulo* apontou que, até julho de 2013, essa companhia tinha anunciado 55 descobertas de petróleo e publicado 105 comunicados ao mercado. O jornal, antes colaborador, co-participante, das façanhas ostentadas por Eike Batista, em matéria assinada por Irany Tereza e Mariana Durão, passa a acusar a má-fé da petrolífera, sustentando que metade dos ofícios divulgados apontavam descobertas referentes a um mesmo poço perfurado, mas em estágios diferentes¹⁰⁷.

Tendo acesso às divulgações dos fatos relevantes da OGX, ratificamos esse caráter apelativo das comunicações, as quais, comumente, apresentavam, em seu corpo de texto, comentários e declarações otimistas de seu proprietário (dono) e presidente do conselho de administração. No ofício enviado à BM&FBovespa, em 07 de janeiro de 2009, por exemplo, a companhia promove a constatação de óleo no poço 1-OGX-1-RJS.

Na publicação, a voz de Eike Batista é explorada em *projeção paratática*, desenvolvida em torno do *processo verbal* “comentou”. Na *verbiagem*, articulada na 1ª pessoa do plural, o empresário afirma que tal empreendimento de “sucesso”, pavimentaria “o caminho do nosso

¹⁰⁶ O pedido de recuperação judicial da OGX foi apresentado pelo Escritório de Advocacia Sérgio Bermudes. Ele aceito pelo juiz Gilberto Clóvis Farias Matos, da 4ª Vara Empresarial do TJRJ. O documento está disponível em: <<http://s.conjur.com.br/dl/pedido-recuperacao-judicial-ogx.pdf>> Acesso: 13/01/2014.

¹⁰⁷ DURÃO, M; SILVA, I. “Bolha da OGX foi inflada por 55 anúncios de descoberta de petróleo”. *O estado de São Paulo*, 07 jul. 2013. Disponível em: < <http://www.estadao.com.br/noticias/imprensa,bolha-da-ogx-foi-inflada-por-55-anuncios-de-descobertas-de-petroleo,1051034,0.htm>> Acesso: 11/11/2013.

robusto crescimento econômico e igualdade social”. Na organização do período, a expressão de euforia “Viva o Brasil!” compõe o *rema*, o desfecho da citação¹⁰⁸.

Em meio a divulgações que se aproximam de peças publicitárias e estimativas para a extração de “1,4 milhão de barris” de petróleo “por dia em 2019”¹⁰⁹, a derrocada da OGX é oficializada ainda em junho de 2012, quando a empresa, acatando os prazos dados pela Comissão de Valores Mobiliários, revela o real volume do “ouro negro” jorrado de sua principal aposta, o campo de Tubarão Azul. A produção, então, correspondia a um décimo do que fora apregoado pela imprensa e nos comunicados ao mercado.

Em documento público, em 01 de julho de 2013, a companhia conclui que, depois de detalhado estudo, as suas extrações estavam estagnadas e poderiam ser encerradas até o ano de 2014, devido à ausência de tecnologia capaz de viabilizar, economicamente, a exploração dos poços. O texto ainda alerta sobre interrupções de projetos e discrimina problemas operacionais.

Polêmico, o caso OGX ainda desperta questionamentos sobre papéis, omissões e intervenções do Estado, mais especificamente de órgãos reguladores do mercado financeiro, em planejamentos, transações e divulgações que envolvam investimentos impulsionados por ações e projeções de trajetória de *capital ficcional*. Paralelo a essa discussão, está o cenário investigado nessa pesquisa, o desenvolvimento de uma *práxis jornalística* de apoio ou sustentação de blefes, bolhas ou rumores de alta solidariedade.

Sobre a companhia de Eike Batista, é notório que tanto a autarquia governamental quanto os veículos de informação, atuaram como *agentes sociais* eficazes não só para a promoção de versões da realidade, mas para a sustentação de fatos criados, a partir de indícios, e legitimados por *racionalizações* de ordem *instrumental*, *avaliações morais*, por *abstração* ou *analogia*, ou, ainda, pela atuação de colaboradores de alta projeção em *autorização*. Entre esses *particulares* ou *experts*, estão, noticiadores, analistas, corretores, presidentes ou ex-presidentes de empresas, atores reconhecidos, a partir de suas posições ou postos de fala.

¹⁰⁸ OGX PETRÓLEO E GÁS PARTICIPAÇÕES S.A. “Fato relevante: OGX anuncia descoberta no blbo BM-C-43”, Bovespa: OGXP3; OTC: OGXPY.PK. Rio de Janeiro: 07 out. 2009 Disponível em: <<http://siteempresas.bovespa.com.br/consbov/ArquivosExibe.asp?site=&protocolo=228571>> Acesso: 24/03/2014.

¹⁰⁹ OGX PETRÓLEO E GÁS PARTICIPAÇÕES S.A. “Fato relevante: previsão de início de produção é antecipada para o princípio de 2011”, Bovespa: OGXP3; OTC: OGXPY.PK. Rio de Janeiro, 26 jan. 2010. Disponível em: <<http://siteempresas.bovespa.com.br/DWL/FormDetalheDownload.asp?site=C&prot=358331>> Acesso: 24/03/2014.

Segundo Sandroni (2007), a OGX e as demais companhias aqui estudadas são participantes do “jogo financeiro” que demarca a atual fase do capitalismo do século XXI. Para esse professor, as intensas movimentações do mercado acionário são eficientes e, supostamente, honestas, quando há obediência às regras pré-determinadas. Müller (2005) também acredita que as negociações de títulos e valores requer possível transparência como basilar imprescindível para o bom funcionamento das bolsas.

Entretanto, considerando que essa engrenagem capitalista vigente legitima a especulação, palpites, simulações e simulacros, nas vozes de investidores, jornalistas ou analistas de escritórios de agências de risco, tal sistema financeiro não parece demarcar, entre seus participantes, essas importantes regras de transparência, mas o espaço para o burlesco, para o boato, seus correlatos e demais ressonâncias.

Instauração de ações processuais podem até examinar as omissões da CVM. No caso da OGX, o Ministério Público Federal do Rio de Janeiro tem questionado tanto o papel da autarquia quanto o da Agência Nacional do Petróleo (ANP) sobre os boatos propagados pela companhia.

Entretanto, concernente à imprensa, entendemos que ações para inquirições e confronto de notícias de economia reveladas, posteriormente, como meros blefes, também deveriam ser consideradas nas discussões sobre órgãos reguladores da mídia informativa no Brasil.

“Calcanhar de Aquiles” de uma nação de Ditadura recente, (1964-1985), a instauração de aparelhos de controle de jornalismo está na pauta de audiências públicas e no senado federal, através de projetos de lei como o “PL da Mídia Democrática”, o qual suscita debates sobre a censura e a famigerada “liberdade de expressão”, garantida no artigo 5º da Constituição Federal.

Nesses debates, faz-se necessário trazer à pauta que nós vivenciamos tempos de invenção de notícia, da materialização da especulação econômica, a qual ganha seções, colunas, páginas e capas de jornais, motivando as ações de um leitor-consumidor (microinvestidor) que gerencia o próprio capital, e demais práticas particulares, motivado por blefes tratados como notícia.

Nesse sentido, torna-se urgente a discussão sobre os limites da imprensa, seu papel junto à sociedade e as punições para quem, já aliado a grandes grupos de capitais, dispõe à margem o fato e suas versões e passa a publicar e vender verossimilhanças, boatos ou especulações.

BIBLIOGRAFIA

ATTUCH, L. “A era de ouro do boato”. *Isto é: dinheiro*, São Paulo, 25 fev. 2009. , p.135.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.

BANCO DO BRASIL S.A. “Esclarecimentos sobre consultas CVM/BOVESPA”, comunicado ao mercado. Ofício /CVM/SEP/GEA-1/443. 25/05/2012. Disponível em: < <http://www.econoinfo.com.br/comunicados/BRASIL/Esclarecimentos-Solicitados-pela-CVM/888691597271?p=1> > Acesso: 24/03/2014.

BENNETT, L.; GRESSETT, L. e HALTOM, W. "Repairing the news". *Journal of communication*, vol. 35, nº 2. 1985.

BARTHES, R. *Ensaio críticos*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BERTRAND, C. *A deontologia dos media*. Coimbra: Minerva-Coimbra, 2002.

BORDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRANDÃO, H. *Introdução à análise do discurso*. 7 ed. Campinas: Pontes, 1999.

BRASIL, Lei nº 6.835, de 7 dezembro de 1976. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6385.htm > Acesso: 30/11/2012.

BRASIL. *Pronunciamento de Orientação do CODIM - Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado nº 05*, de 27 de novembro de 2008. Disponível em: < http://www.codim.org.br/downloads/Pronunciamento_Orientacao_05. > Acesso:16/11/2011.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Secretaria Nacional do Consumidor. Departamento de Defesa e Proteção do Consumidor. *Boletim de proteção do consumidor/investidor: investimentos irregulares*. Brasília: CVM-DPDC, 2011.

BREED, W. “Controlo social na redacção: uma análise funcional”. In: TRAQUINA, N. (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: VeGa, 1993. p. 152-166.

BRITO, A.; WIZIACK, J. “Cemig fura bloqueio para adquirir distribuidoras em recuperação”. *Folha de São Paulo*, 28.05.13. Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/110635-cemig-fura-bloqueio-para-adquirir-distribuidorasemrecuperacao.shtml> > Acesso: 18.03.14.

CARCANHOLO, R.; NAKATANI, P. “O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização”. Niteroi, III Encontro Nacional de Economia Política, *Anais*, vol. 1, 1998, p. 304-316.

CARCANHOLO, R.; NAKATANI, P. “Capitalismo especulativo e alternativas para AL”. Vitória, XI Encontro Nacional de Economia Política, 2006, *Anais*, 2006, p.210-211.

CARCANHOLO, M.; NAKATAMI, P. “A planificação socialista em Cuba e o grande debate dos anos 1960”. *Outubro*, n. 15, 2007, p.195-231.

CARNEIRO, A. *O discurso da mídia*. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1996.

CAREY, J. “The ambiguity of policy research”. *Journal of Communication*, nº 28, 1978.

CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSEENSES S.A. “Esclarecimentos sobre consultas CVM/BOVESPA”, comunicado ao mercado. Ofício/CVM/SEP/GEA-1/Nº201. 27/05/2013. Disponível em: < http://www.enfoque.com.br/infocias/arq_infocias_Comunicado/382856.pdf > Acesso: 24/03/2014.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, P. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004, p.240-241.

CHOULIARAKI, L. FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity - rethinking critical discourse analysis*. Edinburg: Edinburgh University Press, 1999.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. “Esclarecimentos sobre consultas CVM/BOVESPA”, comunicado ao mercado. Ofício/CVM/SEP/GEA-1/nº 200. 20/05/2013. Disponível em: < http://cemig.infoinvest.com.br/ptb/10617/Comunicado_ao_Mercado_RespostaOficio_200_compra_Distribuidoras_Grupo_Rede_por_1.pdf > Acesso: 18/03/2014.

COULTHARD, M. *An introduction to discourse analysis*. London: Longman, 1977.

COULTHARD, M. *Texts and practices – readings in Critical Discourse Analysis*. London: Routledge, 1996.

DURÃO, M; SILVA, I. “Bolha da OGX foi inflada por 55 anúncios de descoberta de petróleo”. *O estado de São Paulo*, 07 jul. 2013. Disponível em:< <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,bolha-da-ogx-foi-inflada-por-55-anuncios-de-descobertas-de-petroleo,1051034,0.htm> > Acesso em: 11/11/2013.

EGGINS, S. *An introduction to systemic functional grammar*. London: Pinter, 1994.

FAIRCLOUGH, N. *Critical Discourse Analysis: the critical study of language*. 3ª ed. London; New York: Longman, 1988.

FAIRCLOUGH, N. *Discourse and social change*. London: Cambridge Polity Press, 1992.

FAIRCLOUGH, N. *Critical discourse analysis: the critical study of language*. London: Longman, 1995.

FAIRCLOUGH, N. *Media Discourse*. London: Edward Arnold, 1995.

- FAIRCLOUGH, N. *Language and power*. 10^a ed. London; New York: Longman, 1996.
- FAIRCLOUGH, N. “Discurso, mudança e hegemonia”. In: PEDRO, E. (Org.). *Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1997. pp. 77-104.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UnB, 2001a.
- FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. “Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica / Critical discourse analysis as a method in social scientific reserach”. *Linha d'Água*, nº. 25 (2), 2012, p. 307-329.
- FARACO, C. *Linguagem e diálogo: as idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar, 2003.
- FOUCAULT, M. *The archaeology of knowledge*. London: Tavistock, 1974.
- GANS, J. “Symbolic ethnicity: the future of ethnic groups and cultures in America”. In: SOLLORS, W. (ed.). *Theories of ethnicity: a classical reader*. New York: New York University Press, 1996.
- GANS, J. *Deciding what's news: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time*. Northwestern University Press: Evanston, 1979.
- GERMER, C. “O sistema de crédito e o capital fictício em Marx”. *Ensaio FEE*, Porto Alegre: v.15, n.1; p.179-201, 1994.
- GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GIDDENS, A. *Modernidade e identidade*. São Paulo: Zahar, 2002.
- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 4^a Ed., Rio, L&PM, 2000
- HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte, Edit. UFMG, 2006.
- HALLIDAY, M. *Explorations in the functions of language*. London: Edward Arnold, 1973.
- HALLIDAY, M.; *An introduction to functional grammar*. London; Caugield East: Edward Arnold, 1995.
- HALLIDAY, M.; HASSAN, R. *Language, context and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford: OUP, 1989.

HALLIDAY, M.; MATHIESSEN, C. *An introduction to functional grammar*. London; Corgfield East: Edward Arnold, 2004.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HASAN, R. "The structure of a text the identity of text". In: HALLIDAY, M.; HASAN, R. *Language, context and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HODGE, R.; KRESS, G. *Language as ideology*. London: Routledge, 1983.

HODGE, R.; KRESS, G. *Social semiotics*. London: Polity Press: 1988.

HODGE, R.; KRESS, G. (org.) *Communication and cultura*. Sidney: N.S.W. University Press: 1991.

IASBECK, L. "Os boatos além e aquém da notícia: versões não-autorizadas da realidade". *Lumina - Facom*, Juiz de Fora: UFJF, v. 03, nº 02, p. 11 - 26, jul./dez. 2000.

KAPFERER, J. *Boatos - o meio de comunicação mais velho do mundo*. Publicações Europa-América, Men Martins, 1988.

KATAR, T. "OGX dispara e ajuda Bovespa a reduzir perdas do dia". *Valor-online*, 22.11.2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/financas/3017350/ogx-dispara-e-ajuda-bovespa-reduzir-perdas-no-dia> > Acesso: 20.03.2014.

KRESS, G. *Linguistic Processes in sociocultural practice*. Oxford: University Press, 1989.

KRESS, G. *Before writing: Rethinking the paths to literacy*. London, New York: Routledge, 1997.

KRESS, G. *Multimodality – a social semiotics approach to contemporary communication*. Londres: Routledge, 2010.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. *Reading images: the grammar of visual design*. London; New York: Routledge, 1996.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. *Multimodal discourse: the modes and media of contemporary communication*. London: Arnold publishers, 2001.

KRISTEVA, J. "Word, dialogue and novel". In: Moi, T. (ed.) *The Kristeva reader*. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

LETHBRIDGE, T. "Eike Batista negocia entrada de sócio na OGX". *Exame.com*, 22.11.2012. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/blogs/primeiro-lugar/2012/11/22/eike-batista-negocia-entrada-de-socio-na-ogx/> > Acesso: 20.03.2014.

LIMA, C.; PIMENTA, S.; AZEVEDO, A. *Incursões semióticas: teoria e prática de gramática sistêmico-funcional, multimodalidade, semiótica social e análise crítica do discurso*. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2009.

LUPATECH S.A. “Resposta ao ofício BM&BOVESPA - GAE Nº 2472/2011”, comunicado ao mercado. Ofício/CVM/SEP/GEA-2472/2011. 23/11/2012. Disponível em: <<http://siteempresas.bovespa.com.br/DWL/FormDetalheDownload.asp?site=C&prot=358331> > Acesso: 24/03/2014.

MAGALHÃES, C. (org). *Reflexões sobre a análise crítica do discurso*. Belo Horizonte: FALE / UFMG, 2001.

MARCONDES-FILHO, C. *O capital da notícia: o jornalismo como produção social da segunda natureza*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

MARTIN, J. R.; ROSE, D. *Working with discourse*. London; New York: Continuum, 2004.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. v.I. t.II São Paulo: Abril Cultural, 1983a.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. v.II. São Paulo: Abril Cultural, 1983b.

MELO, M; TEIXEIRA, E. “Desenvolvimento do portal ‘web’ acessível para a APAE-Petrolina”. In: 5º Simpósio Hipertexto e Tecnologias na Educação; 1º Colóquio Internacional de Educação com Tecnologias: aprendizagem móvel dentro e fora da escola; 2013; Pernambuco, *Anais eletrônicos*. Recife: UFPE, 2013. Disponível em: <http://goo.gl/oV9nIJ> Acesso: 28 de novembro de 2013.

MEURER, J.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, R. (Orgs). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

MEURER, J.; DELLAGNELO, A. *Introdução à Análise do Discurso*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

MILLARD, P. “Títulos da Lupatech despencam com aumento de apostas em calote”. *Exame*, 22 nov. 2011, p.32.

MÜLLER, L. “Caminhos e sentidos da informação no mercado de ações”. *Política e sociedade*, v.6, 2005, pp. 133-164.

MUSZKAT, D. *Resposta a ofício/CVM/SEP/GEA-1/Nº324*. São Paulo, 5 ago. 2010.

OGX PETRÓLEO E GÁS PARTICIPAÇÕES S.A. “Fato relevante: OGX anuncia descoberta no blbo BM-C-43”, Bovespa: OGXP3; OTC: OGXPY.PK. Rio de Janeiro: 07 out. 2009 Disponível em: <<http://siteempresas.bovespa.com.br/consbov/ArquivosExibe.asp?-site=&-protocolo=228571>> Acesso: 24/03/2014.

OGX PETRÓLEO E GÁS PARTICIPAÇÕES S.A. “Fato relevante: previsão de início de produção é antecipada para o princípio de 2011”, Bovespa: OGXP3; OTC: OGXPY.PK. Rio de Janeiro, 26 jan. 2010. Disponível em: < [http://siteempresas.bovespa.com.br/DWL/FormDetalheDownload .asp?site=C&prot=358331](http://siteempresas.bovespa.com.br/DWL/FormDetalheDownload.asp?site=C&prot=358331) > Acesso: 24/03/2014.

OGX PETRÓLEO E GÁS PARTICIPAÇÕES S.A. “Esclarecimentos sobre consultas CVM/BOVESPA”, comunicado ao mercado. Ofício/CVM/SEP/GEA-731/2012. 23/11/2012. Disponível em: < > Acesso: 24/03/2014.

PAVEAU, M.; SARFATI, G. *As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática*. São Carlos: Claraluz, 2006.

PIMENTA, S. *O signo da receptividade: uma visão sócio-construcionista da interação*. Belo Horizonte: FALE / UFMG, 2006.

PORTELLA-FILHO, P. *O ajustamento na América Latina: crítica ao modelo de Washington*. Lua Nova, 32, p. 101-131, 1994.

POSITIVO INFORMÁTICA S.A. “Esclarecimentos sobre consultas CVM/BOVESPA”, comunicado ao mercado. Ofício/CVM/SEP/GEA-2 054/08. 16/02/2009. Disponível em < <http://www.econoinfo.com.br/comunicados/POSITIVO-INF/Comunicado-ao-mercado/753838476161?p=1> > Acesso: 24/03/2014.

RACY, S. Minoritário. *O estadão*. São Paulo, 23 mai. 2012. Disponível em: < <http://blogs.estadao.com.br/sonia-racy/minoritario/> > Acesso em: 20 de maio de 2012.

RESENDE, V.; RAMALHO, V. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

RODRIGUES-JÚNIOR, S. “A representação de personagens gays na sua coletânea de contos Stud e em sua tradução as aventuras de um garoto de programa”. In: *Trabalhos em Linguística Aplicada*. Campinas, v. 46, p. 263-281, jul/dez, 2007.

ROLLA, L. Resposta a ofício/CVM/SEP/GEA-1/Nº200/2013. Belo Horizonte, 20 mai. 2013.

SANDRONI, P. *Crítica de Mandelbrot* (28 mar. 2007). Disponível em: <<http://sandroni.com.br/?p=81>.> Acesso em: 03/01/2009.

SANDRONI, P. *Dicionário de economia do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Editora Cultrix, 1975.

SPINK, M. (org). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SOUSA, J. *Elementos de jornalismo impresso*. Porto: BOCC, 2001. Disponível em:< <http://bocc.unisinos.br/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>> Acesso em: 11 de abril de 2014.

THOMPSON, J. *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes, 1995.

THOMPSON, J. *A mídia e a modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1998.

TRAQUINA, N. *Teorias do Jornalismo: por que as notícias são como são*. v. 1. Florianópolis: Insular, 2005.

TUCHMAN, G. (1993). “A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas”. In N. Traquina (Ed.), *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega.

SCHUDSON, M. “A esfera pública e os seus Problemas – reintroduzir a questão do Estado”. In: *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 21-22, Comunicação e Política, Lisboa: Edições Cosmos, 1995.

VAN LEEUWEN, T. *Discourse and practice*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

WOLFFEBBÜTTEL, A. “O que é índice Gini”. *Desafios do desenvolvimento (IPEA)*. Rio de Janeiro, v.1, ed. 4, 01 nov. 2004.

ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz: a “literatura” medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ANEXOS

ANEXO (1)

UOL Assine 0800 703 3000 SAC Bate-papo E-mail BOL Notícias Esporte Entretenimento Mulher Rádio TV UOL Shopping

FOLHA DE S. PAULO
LOGIN
ASSINE A FOLHA
ATENDIMENTO

FOLHA DE S. PAULO

SÃO PAULO 22.7°C
OUTRAS CIDADES

*** UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

QUINTA-FEIRA, 1º DE MAIO DE 2014 17H55

Site OK

Opinião - Política - Mundo - Economia - Cotidiano - Esporte - Cultura - F5 - Tec - Classificados - Blogs - SEÇÕES

ÚLTIMAS NOTÍCIAS Erramos: Vinte anos após sua morte, Senna é o maior ídolo do esporte, diz Utafolha

EN ES

edição impressa

SÁBADO, 25 DE MAIO DE 2013

Índice geral do jornal de hoje

Navegue por editoria

mercado ★★

TAMANHO DA LETRA + - | COMUNICAR ERROS | IMPRIMIR | LINK | COMPARTILHAR

← TEXTO ANTERIOR

PRÓXIMO TEXTO →

ENERGIA

Cemig fura 'bloqueio' para adquirir distribuidoras em recuperação

DE SÃO PAULO - A Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais) se consolidará como maior distribuidora de energia do país caso a recuperação judicial da Rede Energia seja aprovada pelos credores nas próximas semanas. O processo tramita na 2ª Vara de Falências de São Paulo.

A Folha apurou que a Cemig negocia nos bastidores a aquisição da Cemat (MT) e da Celtins (TO), principais distribuidoras da Rede. Os valores não foram divulgados.

O problema é que essa negociação secreta viola o contrato de exclusividade entre o atual controlador da Rede, o empresário Jorge Queiroz Moraes Junior, a CPFL e a Equatorial Energia.

No final de 2012, esse contrato tirou da disputa interessados como a Copel e a Energisa, que até hoje contestam a forma como a Rede está sendo vendida.

Para eles, o ideal seria que a disputa fosse aberta (e não exclusiva) ou que a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) retomasse as concessões e fizesse novo leilão.

Consultada, a Cemig não confirma e nem nega a negociação. (AB E JW)

← TEXTO ANTERIOR

PRÓXIMO TEXTO →

fac-símile da capa

Edição São Paulo | Edição Nacional

EXPERIMENTE A VERSÃO DIGITAL
SÓ PARA ASSINANTES DA FOLHA

editorias

Fac-símile da capa
Poder
Mundo
Saúde + Ciência
Mercado
Cotidiano
Esporte
Ilustrada
Quadrinhos

Corrida
Ribeirão

opinião

Editoriais
Tendências/Debates
Painel do Leitor
Erramos
Semana do leitor

semanais

Folhateen
Saber
The New York Times
Tec
Equilíbrio
Fovest
Comida
Turismo
Folhinha
Ilustríssima
Especial

PUBLICIDADE

Chegou a hora de matar saudades da maior cantora brasileira de todos os tempos

COLEÇÃO FOLHA O MELHOR DE **elis** REGINA

PUBLICIDADE

A FOLHA SEGUETUDO O QUE MERECE SER SEGUIDO.

siga folha

PUBLICIDADE

CURSOS ON-LINE

EF EnglishTown

Home Theater

A partir de R\$ 119,00

ANEXO (2)



COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG

COMPANHIA ABERTA

CNPJ 17.155.730/0001-64

NIRE 31300040127

Comunicado ao Mercado Esclarecimento sobre consultas CVM/BOVESPA

A **COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG**, companhia aberta, com ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo, Nova Iorque e Madri, vem a público, nos termos da Instrução CVM nº 358 de 03/01/2002, conforme alterada e em resposta ao Ofício/CVM/SEP/GEA-1/Nº200/2013, prestar esclarecimentos, à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), à BM&FBovespa S.A. (“Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuro”) e ao mercado em geral sobre a notícia veiculada no dia 25/05/2013, na versão eletrônica do jornal “Folha de São Paulo” intitulada:

“CEMIG FURA BLOQUEIO PARA ADQUIRIR DISTRIBUIDORAS EM RECUPERAÇÃO

[...] A Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais) se consolidará como a maior distribuidora de energia do país caso a recuperação judicial da Rede Energia seja aprovada pelos credores nas próximas semanas. O processo tramita na 2ª Vara de Falências de São Paulo.

A Folha apurou que a Cemig negocia nos bastidores a aquisição de duas das principais distribuidoras da Rede Energia, a Cemat (MT) e a Celtins (TO). Os valores não foram divulgados.

O problema é que essa negociação secreta viola o contrato de exclusividade entre o atual controlador da Rede, o empresário Jorge Queiroz Moraes Junior, a CPFL e a Equatorial Energia. [...]

Relativamente à notícia acima, reafirmamos que a Companhia tem avaliado diversas alternativas de investimento que possam agregar valor à operação de seus ativos atuais. No entanto, não existe até o momento nenhum compromisso relativamente aos ativos mencionados que justifique uma manifestação formal ao mercado, conforme já informado anteriormente através das nossas respostas aos Ofícios CVM/SEP/GEA-1/Nº461/2012, de 31/05/2012 CVM/SEP/GEA-1/Nº479/2012, de 13/06/2012, e CVM/SEP/GEA-1/Nº684/2012, de 13/09/2012.

A Companhia reitera seu compromisso de buscar oportunidades de investimento que atendam aos requisitos de rentabilidade estabelecidos por seus acionistas e de divulgar toda e qualquer informação relevante, quando efetivada.

Belo Horizonte, 28 de maio de 2013.

Luiz Fernando Rolla
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

ANEXO (3)



Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. CEMAT
Companhia Aberta
NIRE nº. 51.300.001.179
CNPJ nº. 03.467.321/0001-99

COMUNICADO AO MERCADO

REF: OFÍCIO/CVM/SEP/GEA-1/Nº201/2013 - Esclarecimento Sobre Consultas CVM/BOVESPA

Fazemos referência ao Ofício/CVM/SEP/GEA-1/Nº201/2013, datado de 27 de maio de 2013 ("Ofício") e recebido pela Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. ("CEMAT") em 28 de maio de 2013.

Referido Ofício determina esclarecimentos sobre matéria veiculada na versão eletrônica do Jornal Folha de São Paulo ("Folha"), em 25 de maio de 2013, intitulada "Cemig fura bloqueio para adquirir distribuidoras em recuperação".

Com relação à matéria veiculada e em atendimento ao Ofício, a Administração da CEMAT, concessionária de distribuição de energia elétrica sob Intervenção Administrativa da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), esclarece aos acionistas e ao mercado em geral que desconhece as origens das informações veiculadas pela Folha e tampouco se tais informações são verídicas.

A Administração da CEMAT reitera seu compromisso de divulgar aos seus acionistas e ao mercado em geral, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, e alterações, toda e qualquer informação relevante, quando efetivada.

Cuiabá, 28 de maio de 2013

Jaconias de Aguiar
Interventor
Resolução ANEEL nº 3.647/2012

Eduardo Augusto Gomes de Assumpção
Diretor Financeiro, Administrativo e de Relações com Investidores

ANEXO (4)

← → http://blogs.estadao.com.br/sonia-racy/minoritario/

Minoritário - Sonia Racy - E... x

ESTADÃO.COM.BR/Blogs

NOTÍCIAS POLÍTICA ECONOMIA ESPORTES LINK DIVIRTA-SE PME Opinião Acervo Rádio Eldorado Piauí Broadcast Político Classificados iLocal

São Paulo Brasil Internacional Saúde Ciência Educação Planeta Cultura Paladar Aliás Blogs · Colunistas · Vídeos · Fotos · Infográficos · Tópicos · Horóscopo

FALE AGORA COM UM DE NOSSOS ATENDENTES. CLIQUE AQUI

• AGORA NO ESTADÃO •

TRÂNSITO Haddad decide construir túneis de R\$ 219 milhões

VINDA DO PAPA 'Esquenta' da Jornada deve reunir 15 mil em São Paulo

POLÍTICA Dilma prepara vetos à 'agenda positiva' do Congresso

EGITO Confrontos no Cairo deixam ao menos 7 mortos



SONIA RACY

Direto da fonte

Minoritário

23.mai.2012 | 1:08

Recomendar 39 pessoas recomendaram isso. Seja o primeiro entre seus amigos.

+1 Tweet 22

O Banco do Brasil resolveu ser mais light em sua tentativa de abocanhar o Santander Brasil – aproveitando que a situação da economia espanhola vai de mal a pior.

Corre em Brasília que o BB pode fazer proposta para comprar menos de 49% do banco, desde que o negócio também envolva o Votorantim.

Além de Robson Rocha, presidente do conselho da Previ, fala-se de Ivan de Sousa Monteiro, vice do BB e aliado a Aldemir Bendine, para a presidência do fundo no lugar de Ricardo Flores. A decisão deve se dar depois do dia 29, data da eleição direta para outros cargos.

Em tempo: o novo estatuto da Previ estabelece que o presidente tem de ser funcionário da ativa do BB!

Comentar...

Comentar

Gisele Abdala Amendola · São Paulo
Será que o BB comprará o Santander?????????
Responder · Curtir · 23 de maio de 2012 às 10:46

Gabriel Claudio Lopes · FIEO
Seria bom para o Brasil se voltasse a ser 100% brasileiro. Mandem esses exploradores espanhóis de volta pra "terrinha quebrada" de onde vieram.
Responder · Curtir · 23 de maio de 2012 às 11:57

ANEXO (5)

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES AO MERCADO

Empresa Banco do Brasil S.A.	Responsável: Vice-presidência de Gestão Financeira e Relações com Investidores	
Destinatário: Comissão de Valores Mobiliários e Bolsas de Valores		
Natureza da Informação: Comunicado ao Mercado	Local e data: Brasília, 24/05/2012	
Contato: Gustavo Henrique Santos de Sousa	Cargo: Gerente Geral de Relações com Investidores	Telefone: 61 3102 1124

COMUNICADO AO MERCADO

Ofício CVM/SEP/GEA-1 443/2012

Rio de Janeiro (RJ), 24/05/2012

.....

ASSUNTO: Solicitação de esclarecimentos

Senhor Diretor,

Reportamo-nos à matéria veiculada na versão eletrônica do jornal "Estadão" em 23.05.2012, intitulada "Minoritário", na qual constam as notícias abaixo transcritas:

MINORITÁRIO

O Banco do Brasil resolveu ser mais light em sua tentativa de abocanhar o Santander Brasil – aproveitando que a situação da economia espanhola vai de mal a pior.

Corre em Brasília que o BB pode fazer proposta para comprar menos de 49% do banco, desde que o negócio também envolva o Votorantim...

A respeito, determinamos que V.S.^a esclareça se a notícia é verdadeira, e, se confirmada sua veracidade, deverá explicar os motivos pelos quais entendeu não se tratar de fato relevante.

Tal manifestação deverá incluir referência a este ofício, e ser encaminhada ao Sistema IPE, categoria *Comunicado ao Mercado*, tipo *Esclarecimentos sobre consultas CVM/Bovespa*.

....

Atenciosamente,

Nilza Maria Silva de Oliveira
Gerente de Acompanhamento de Empresas-1

À Senhora
Nilza Maria Silva de Oliveira
Gerência de Acompanhamento de Empresas-1
Comissão de Valores Mobiliários
Rio de Janeiro (RJ)

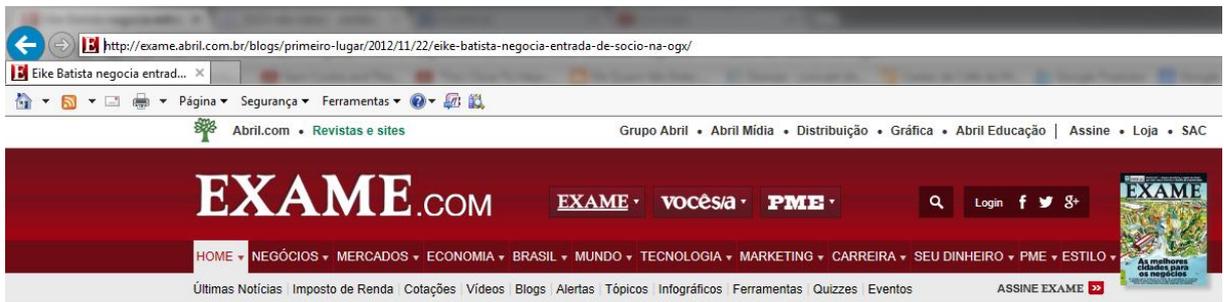
Prezada Senhora,

Em resposta ao questionamento dessa Comissão no Ofício CVM/SEP/GEA-1 443/2012, de 24.05.2012, acima transcrito, informamos, a respeito da notícia veiculada na imprensa sobre a aquisição de participação acionária do Banco Santander Brasil, que o Banco do Brasil não se encontra em negociações dessa natureza, já tendo sido, inclusive, negada pelas assessorias de imprensa de ambos os bancos.

Atenciosamente,

Gustavo Henrique Santos de Sousa
Gerente Geral de Relações com Investidores

ANEXO (6)



Home / Blogs / Primeiro Lugar On-line

A A A

Primeiro Lugar On-line

22.11.2012 - 13h32

Eike Batista negocia entrada de sócio na OGX

[Tweeter](#) 30 [Recomendar](#) 22 [+1](#) 4 [Share](#) 1 [M](#) (2)

Tiago Lethbridge

[Seguir](#)

O empresário Eike Batista está negociando a venda de uma participação na OGX para petroleiras estrangeiras. Mais especificamente, está à venda uma fatia de 25% nas áreas de exploração da OGX na Bacia de Campos. Calcula-se que o negócio, se concluído, levante cerca de 3 bilhões de dólares para a empresa. Há dois anos, Eike Batista tentou fazer uma transação semelhante, mas as negociações esbarraram no preço. No fim de 2010, a OGX valia 70 bilhões de reais. De lá para cá, as coisas pioraram bastante para a companhia: o valor de mercado caiu para 16 bilhões de reais. Agora, portanto, a conversa com as petroleiras estrangeiras acontece em termos mais favoráveis aos compradores — a esperança da OGX é justamente que a entrada de um sócio ajude a recuperar o valor das ações. As conversas estão adiantadas e os favoritos à aquisição são petroleiras chinesas. Procurado, o grupo EBX, de Eike, não comentou a informação.

Esta nota foi publicada na edição 1029 de EXAME, que chegou às bancas nesta quinta-feira.

Comentários (2)

[Termo de uso](#) | Comentários sujeitos a moderação

Para deixar um comentário você precisa se identificar. Escolha um dos tipos de identificação abaixo:



[Termos de uso](#) | Comentários sujeitos a moderação

Ricardo Foster

Wise step forward but there many others and wiser

22.11.2012 | [Ler comentário completo](#) |

Marcel Vitoreli

Sr Lethbridge, hj a OGX NEGOU que haja qq negociacao nesse sentido. Qual o papel da EXAME como veiculo de informacao (ou desinformacao)? Papeis volateis , ...

22.11.2012 | [Ler comentário completo](#) |

[Expandir todos os 2](#)

[Siga os blogs de EXAME.com no Twitter](#)



Tiago Lethbridge é Redator-Chefe da revista EXAME
tiaglethbridge@abril.com.br



Ana Luiza Leal é repórter da revista EXAME
ana.leal@abril.com.br



Cristiane Mano é editora da revista EXAME
cristiane-mano@abril.com.br



Giuliana Napolitano é editora da revista EXAME
gnapolitano@abril.com.br



Guilherme Manechini é reporter da revista EXAME
gmanechini@abril.com.br



Humberto Maia Júnior é repórter da revista EXAME
humberto.maia@abril.com.br



Lucas Amorim é editor da revista EXAME
lucas.pereira@abril.com.br



Maria Luiza Filgueiras é repórter da revista EXAME
maria.filgueiras@abril.com.br



Tatiana Bautzer é repórter da revista EXAME
tatiana.bautzer@abril.com.br



Thiago Bronzatto é repórter da revista EXAME
thiago.bronzatto@abril.com.br



ANEXO (7)



Rio de Janeiro, 23 de novembro de 2012

À
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
Rua Sete de Setembro, nº 111, 2º andar – Centro
20050-901- Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Josimar Malheiros de Souza Junior
Gerente de Acompanhamento de Empresas – 1

Ref.: OFÍCIO/CVM/SEP/GEA-1/Nº 731/2012
Solicitação de esclarecimentos

Prezados Senhores,

OGX Petróleo e Gás Participações S.A. (“Companhia” ou “OGX”), com sede na Praça Mahatma Gandhi nº14 - 19º andar, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.957.093/0001-96, vem, respeitosamente, em atendimento ao OFÍCIO CVM/SEP/GEA-1/Nº 731/2012 (“Ofício”), prestar os esclarecimentos necessários.

O Ofício faz referência a reportagem veiculada na Revista Exame, em 22 de novembro de 2012, sob o título “Eike Batista negocia entrada de sócio na OGX” (“Reportagem”), solicitando que a Companhia esclareça se as informações são verídicas e se haveria a necessidade de divulgá-las como fato relevante.

Vimos, por meio desta, esclarecer que a Companhia, tal como outras empresas do ramo, está sempre atenta a oportunidades de negócios que envolvam a compra e venda de ativos ou parcerias para atuações em conjunto nas atividades de exploração e produção de petróleo. Informamos, entretanto, que na presente data não há qualquer negociação em andamento para venda de 25% da participação da Companhia nos ativos da bacia de Campos, tal como veiculado na Reportagem.

A Companhia informa, por fim, que não se posicionou junto à Revista Exame, pois tem como política não comentar rumores de mercado acerca de seus negócios.

Sendo estes os esclarecimentos que entendemos pertinentes em razão dos questionamentos formulados no Ofício, a Companhia se coloca à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais que sejam julgados necessários.

Atenciosamente,

Roberto Bernardes Monteiro
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
OGX Petróleo e Gás Participações S.A.

C/C: BM&F BOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
At.: Sr. Nelson Barroso Ortega
Ref.: GAE 4850-12

ANEXO (8)

24/4/2014

Títulos da Lupatech despencam com aumento de apostas em calote - Mercados

EXAME.COM

Caiu | 22/11/2011 09:31

Títulos da Lupatech despencam com aumento de apostas em calote

Queda ocorre com apostas de investidores de que a empresa está perto de um calote

Peter Millard, da **Bloomberg**

Rio de Janeiro - Os títulos da **Lupatech** SA estão caindo em meio às apostas de investidores de que a empresa está perto de um calote, dados os receios de que um empréstimo de seu segundo maior acionista não será suficiente para cobrir os custos da dívida.

O rendimento dos títulos perpétuos da maior fornecedora de equipamentos e serviços para o setor de petróleo do país subiu 18 pontos-base, ou 0,18 pontos percentuais, para o recorde de 19,19 por cento ontem. O preço caiu para uma baixa intradiária de 50 centavos por dólar de valor de face.

O presidente da Lupatech, Alexandre Monteiro, disse em 11 de novembro que a Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, fundo de pensão dos funcionários do maior cliente da empresa, a Petróleo Brasileiro SA, vai emprestar R\$ 60 milhões para ajudar no pagamento da dívida. A companhia, cujo fluxo de caixa é suficiente para cobrir cerca de um terço das despesas com juros, também está vendendo ativos para levantar recursos depois que a Petrobras atrasou pedidos nos últimos três anos.

"Basicamente, eles estão insolventes", disse Juan Cruz, analista de dívida corporativa de mercados emergentes no Barclays Plc em Nova York, em entrevista por telefone. "A história deveria fazer sentido

Moody's cortou nota

O rendimento dos títulos perpétuos subiu 642 pontos-base desde 19 de outubro, quando a Moody's Investors Service cortou a nota de crédito da Lupatech em um nível, para Caa2. O custo médio de captação para empresas da América Latina com nota de crédito similar caiu 24 pontos-base, para 12,28 por cento, no mesmo período, segundo dados do Credit Suisse Group AG. Em 10 de janeiro, a Lupatech, sediada em Caxias do Sul, terá que pagar US\$ 6,8 milhões de cupom de seus títulos perpétuos.

A nota Caa2 da Lupatech, que indica 29 por cento de probabilidade de calote em um ano, é nove níveis inferior à da dívida do governo brasileiro.

A dívida de longo prazo era equivalente a 54 por cento do capital da empresa no terceiro trimestre, comparado a uma taxa de 89 por cento para empresas globais no mesmo setor, segundo dados da Bloomberg. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização, medida de fluxo de caixa conhecida pela sigla Ebitda, representou 36 por cento das despesas com juros da Lupatech no terceiro trimestre.

"Posso garantir a vocês que estamos trabalhando muito duro para não deixar a empresa declarar concordata", disse Monteiro em teleconferência com analistas em 11 de novembro. "Estamos muito,

muito à vontade com a viabilidade do negócio.”

Apoio do BNDES

A companhia tem o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, segundo Monteiro. O BNDES é dono de 11 por cento da Lupatech e a Petros detém 15 por cento.

“O BNDES tem uma fatia grande e será difícil para o banco permitir que a Lupatech caia em concordata ou deixe de pagar suas dívidas”, disse Artur Delorme, analista da Ativa SA no Rio de Janeiro, em entrevista por telefone.

O rendimento dos bônus perpétuos da Lupatech subiu 18 pontos-base, para 19,19 por cento ontem, segundo o Trace, sistema de preços de títulos da Autoridade Reguladora da Indústria Financeira dos Estados Unidos.

A companhia realizou aquisições nos últimos quatro anos, antecipando o crescimento da produção de petróleo após a Petrobras descobrir o maior campo das Américas desde Cantarell, no México, em 1976. As vendas da Lupatech caíram após a Petrobras alterar sua estratégia, focando-se em projetos de exploração que não utilizam os produtos e serviços da companhia, disse Filipe Goossens, analista da Moody's.

Petrobras adiou projetos

A Petrobras adiou alguns projetos de produção para os quais a Lupatech pretendia fornecer cordas de ancoragem e válvulas para exploração de campos na região do pré-sal antes do vencimento de algumas licenças, disse o analista.

A Petrobras disse em comunicado em 11 de novembro que adiou em dois anos o plano de declarar comercialmente viável o campo de Carioca, descoberto em 2007. Carioca fica na mesma área de Lula e Libra, os dois maiores depósitos de petróleo das Américas em mais de três décadas. Adiamentos na votação da nova lei para os royalties no Congresso também paralisaram novos leilões para exploração de petróleo, o que pode piorar ainda mais a perspectiva para a Lupatech.

“Quanto ao pré-sal, a Petrobras vai poder usar os produtos e serviços que a Lupatech fornece, mas isso só daqui a dois, três ou quatro anos”, disse Goossens em entrevista por telefone de Nova York. “Enquanto isso, eles precisam fazer uma ponte entre hoje e esse momento futuro.”

O rendimento dos títulos soberanos em dólar do Brasil com vencimento em 2021 aumentou 6 pontos-base, para 3,57 por cento ontem, segundo dados compilados pela Bloomberg. Os papéis da Petrobras de mesmo prazo pagam 4,8 por cento.

A Petros não respondeu e-mails e telefonemas solicitando comentário para esta reportagem. As assessorias de imprensa do BNDES e da Petrobras, ambas no Rio de Janeiro, se recusaram a fazer comentários. Lupatech, quando contatada pela Bloomberg para comentários, referiu todas as questões à teleconferência de 11 de novembro.

ANEXO (9)



LUPATECH S.A.
CNPJ/MF nº 89.463.822/0001-12
NIRE 43300028534
Companhia Aberta de Capital Autorizado – Novo Mercado

COMUNICADO AO MERCADO Resposta a Ofício BM&FBOVESPA GAE nº 2472/2011

Caxias do Sul, 25 de novembro de 2011 – A Lupatech S.A. (BM&FBOVESPA: LUPA3) (OTCQX: LUPAY) (Lupatech Finance LTD 9^{7/8} Perpetual Bonds: ISIN USG57058AA01) (“Lupatech” ou “Companhia”), empresa brasileira líder no fornecimento de produtos e serviços para o setor de petróleo e gás, recebeu nesta data o Ofício BM&FBOVESPA GAE nº 2472/2011, com o seguinte conteúdo:

GAE 2472/11
25 de novembro de 2011

LUPATECH S.A.
Sr. Alexandre José Guerra de Castro Monteiro
Diretor de Relações com Investidores

Prezado senhor,

Tendo em vista as últimas oscilações registradas com as ações de sua emissão, o aumento do número de negócios e da quantidade negociada, conforme abaixo, vimos solicitar que nos seja informado com a maior brevidade possível, se há algum fato, do conhecimento de V.S.as., que possa justificá-los.

Ações ON									
Preços (R\$ por ação)									
Data	Abertura	Mínimo	Máximo	Médio	Último	Oscil. %	Nº neg.	Quantidade	Volume
10/11/2011	7,47	6,85	7,66	7,11	6,85	-8,66	1.734	1.072.500	7.629.880,00
11/11/2011	7,00	6,90	7,02	6,95	6,90	0,72	442	331.500	2.303.173,00
14/11/2011	7,05	6,88	7,10	6,98	6,97	1,01	413	167.600	1.169.814,00
16/11/2011	6,96	6,64	7,00	6,75	6,68	-4,16	454	423.900	2.862.231,00
17/11/2011	6,70	6,50	6,92	6,67	6,85	2,54	1.089	789.500	5.268.617,00
18/11/2011	6,92	6,60	6,93	6,74	6,60	-3,64	483	208.000	1.401.096,00
21/11/2011	6,50	6,23	6,50	6,31	6,26	-5,15	527	357.800	2.256.136,00
22/11/2011	6,24	5,78	6,60	6,00	5,78	-7,66	1.067	907.400	5.443.715,00
23/11/2011	5,69	4,50	5,69	4,94	4,65	-19,55	3.146	2.529.900	12.498.142,00
24/11/2011	4,69	3,38	4,74	3,72	3,45	-25,80	6.398	7.467.700	27.764.748,00

Atenciosamente,
Nelson Barroso Ortega
Gerência de Acompanhamento de Emissores
BM&FBOVESPA S.A. Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros



c.c. CVM - Comissão de Valores Mobiliários
Sr. Fernando Soares Vieira - Superintendência de Relações com Empresas
Sr. Waldir de Jesus Nobre - Superintendência de Relações com o Mercado e Intermediários

Em resposta ao referido ofício, a Companhia esclarece que acreditamos que as últimas oscilações registradas com as ações de nossa emissão sejam consequência de reportagem publicada pela Bloomberg em 22 de novembro de 2011, com o título: "Títulos da Lupatech despencam com aumento de apostas em calote", onde é sugerido que o mercado estaria apostando em um calote da Companhia em seus títulos de dívida perpétuos ("Bônus Perpétuos") emitidos no mercado internacional.

A reportagem foi escrita de forma unilateral, sem manifestação por parte da Companhia e sem qualquer fato que pudesse comprovar as suspeitas levantadas pela reportagem. A Companhia sempre esteve em dia com os pagamentos de juros sobre os Bônus Perpétuos e não tem qualquer intenção em não concluir o pagamento sobre os juros desses títulos a vencer em 10 de janeiro de 2012.

Diante do exposto, entendemos que a notícia teve caráter meramente especulativo, causando grande impacto sobre o valor dos títulos mobiliários de emissão da Companhia e gerando grande desconforto na comunidade de investidores mundo afora.

Na data de ontem, um de nossos principais acionistas – BNDES - se manifestou em favor da Companhia, informando que tem como objetivo estratégico o fortalecimento da cadeia de fornecedores para gás e petróleo. E neste contexto, confirmou que está em discussão com a Lupatech a respeito de 'alternativas de mercado' para o fortalecimento da estrutura de capital da companhia, visando implementar o seu plano

Portanto, esta reportagem e conseqüentemente os temores instalados por ela, é o único fato que acreditamos ser a razão pelas oscilações registradas com as ações de nossa emissão nos últimos dias.

Atenciosamente,

Alexandre Monteiro
Presidente e Diretor de Relações com Investidores